

# ESTAMOS JUNTOS POR PORTUGAL

1º SUBSCRITOR:

A L E  A N D R E P O Ç O

# ÍNDICE

## AMBIENTE



- 1. E-WASTE: O NOVO TIPO DE LIXO QUE NÃO PODEMOS IGNORAR**  
CRIAÇÃO DE TARA PARA MATERIAL ELÉTRICO, PILHAS E BATERIAS USADAS. 13
- 2. NÃO QUEIRAS UM MUNDO DE PLÁSTICO**  
TAXA EM TODOS OS SACOS E EMBALAGENS DE PLÁSTICO OU COM PLÁSTICO NA SUA COMPOSIÇÃO. AUMENTO DA TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS. 15
- 3. A PESSOA NO CENTRO DO FUTURO DO PLANETA**  
INCENTIVOS FISCAIS AO CONSUMIDOR NA COMPRA DE PRODUTOS A GRANEL. ALTERAÇÃO DO SÍMBOLOS DE RECICLAGEM PARA ESQUEMA DE SEMÁFORO. 16
- 4. MOBILIDADE URBANA PARA TODOS**  
ELETRIFICAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS. PASSE GRATUITO PARA ESTUDANTES. CAR SHARING NAS FROTAS DO ESTADO. 17
- 5. INOVAÇÃO E DESIGN COMO RESPOSTA PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**  
GENERALIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS GREEN BUILDINGS CERTIFICADOS COM LEED. 18
- 6. PROTEGER A ÁGUA. VALORIZAR A VIDA.**  
IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE RECOLHA E GESTÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS. SUBSTITUIÇÃO DA RELVA POR VEGETAÇÃO SUSTENTÁVEL. 20
- 7. ENERGIA DO VENTO EM ALTO-MAR**  
MAPEAMENTO DE ZONAS PROPÍCIAS À INSTALAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA OFF-SHORE. LINHA DE INVESTIMENTO PARA A EXPANSÃO DESTAS INSTALAÇÕES. 21

## EMPREGO



- 1. O MEU PRIMEIRO DINHEIRO**  
MECANISMO DE FATURAÇÃO ISOLADA, PARA JOVENS TRABALHADORES-ESTUDANTES ATÉ AOS 25 ANOS, COM UM LIMITE DE 12 FATURAS POR ANO, COM UM VALOR MÁXIMO DE 5 MIL EUROS, SEM RETENÇÃO NA FONTE OU INSCRIÇÃO NA SEGURANÇA SOCIAL. **23**
- 2. SALVAR A GERAÇÃO À RASCA**  
TRANSIÇÃO GRADUAL DOS CONTRATOS A TERMO PARA O CONTRATO ÚNICO COM UM MERCADO MAIS FLEXÍVEL, MAS QUE PROTEJA O JOVEM. **24**
- 3. A TECNOLOGIA A TRANSFORMAR A FLEXIBILIDADE LABORAL**  
CONSAGRAÇÃO NA LEGISLAÇÃO LABORAL DO DIREITO DE OPÇÃO PELO REGIME DE TELETRABALHO. O DIREITO A “DESLIGAR”. INCENTIVOS FISCAIS À TRANSIÇÃO DIGITAL. **25**
- 4. OS “FALSOS” RECIBOS VERDES**  
EQUIPARAÇÃO ENTRE PRESTAÇÕES DE TRABALHO INDEPENDENTE E AS SITUAÇÕES DE VÍNCULO LABORAL RELATIVAMENTE A TODOS OS DIREITOS DE PROTEÇÃO SOCIAL. **27**
- 5. CHOQUE FISCAL JOVEM**  
ISENÇÃO DE TSU NO INÍCIO DA CARREIRA, SEM PERDA DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS ASSOCIADOS. IRS JOVEM ATÉ AOS 30 ANOS NOS 5 PRIMEIROS ANOS DE ATIVIDADE PROFISSIONAL. **29**
- 6. OS PORTUGUESES: UM POVO ANFITRIÃO**  
FERRAMENTAS DE *BUSINESS INTELLIGENCE*. FUNDOS COMUNITÁRIOS PARA REQUALIFICAÇÃO NO SECTOR DO TURISMO COM A INOVAÇÃO COMO EIXO ESTRATÉGICO. NOVO MODELO FORMATIVO PARA PROFISSIONAIS DO TURISMO. **30**

## HABITAÇÃO



- 1. QUERO ESTUDAR!**  
PROGRAMA DE HABITAÇÃO JOVEM PARA ESTUDANTES COM RENDAS CONTROLADAS. CONTINUAR O COMBATE PELO AUMENTO DE CAMAS NAS RESIDÊNCIAS. **35**
- 2. QUERO SAIR DE CASA!**  
DISPONIBILIZAÇÃO DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DO ESTADO PARA ARRENDAMENTO ACESSÍVEL. REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA PORTA 65 COM ELIMINAÇÃO DE RENDA MÁXIMA ADMITIDA E AJUSTE DOS VALORES DE RENDA-REFERÊNCIA AO CONCELHO. **37**

- 3. QUERO CONSTRUIR O MEU PROJETO DE VIDA!**  
ISENÇÃO DE IMT A JOVENS ATÉ AOS 35 ANOS QUE ADQUIRAM A SUA PRIMEIRA CASA PARA HABITAÇÃO PERMANENTE. **38**
- 

## EDUCAÇÃO



- 1. A ESCOLA COMO ELEVADOR SOCIAL**  
UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA; INCLUSÃO DA COMPONENTE ARTÍSTICA COMO ÁREA-CHAVE; CONSTRUÇÃO DE UM PERCURSO EDUCATIVO PERSONALIZADO À IMAGEM DOS INTERESSES DOS ALUNOS. **39**
- 
- 2. A VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR SERVE OS INTERESSES DO ALUNO**  
REVISÃO DO MODELO DE CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES COM VISTA À DESCENTRALIZAÇÃO DO RECRUTAMENTO. **41**
- 
- 3. UM ENSINO VERDADEIRAMENTE SUPERIOR**  
REVISÃO DA FÓRMULA DE FINANCIAMENTO DE ENSINO SUPERIOR TENDO EM CONSIDERAÇÃO O DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. DEFINIÇÃO DA MISSÃO DO SUBSISTEMA UNIVERSITÁRIO E SUBSISTEMA POLITÉCNICO. **43**
- 
- 4. ESCOLA DO SÉCULO XXI**  
REFORÇO DA APRENDIZAGEM, COMODIDADE E INTERAÇÃO ENTRE CONTEÚDOS, PROFESSORES E ALUNOS, ATRAVÉS DE UMA ABORDAGEM RESPONSÁVEL À TECNOLOGIA. **44**
- 
- 5. AS COMPETÊNCIAS PARA ALÉM DO CONHECIMENTO**  
REFORMULAÇÃO PROGRAMÁTICA DO ENSINO RECORRENTE COM A APOSTA NOS *PROJECT BASED LEARNING*, FOCADOS NA AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS, SEM DESCURAR A AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO. **46**
- 
- 6. A CIÊNCIA COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO**  
EQUIPARAÇÃO DAS BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO A CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO A TERMO COMO INVESTIMENTO NO *BRAIN GAIN* NACIONAL. **47**
- 
- 7. TU ÉS ESPECIAL**  
ACESSO AUTOMÁTICO AO ESTATUTO DE ALUNO COM NEE AQUANDO DO INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR POR VIA DO CONTINGENTE DAS NECESSIDADES ESPECIAIS. **49**
-

## CULTURA



- 1. A VALORIZAÇÃO DA EXPRESSÃO ARTÍSTICA**  
CRIAÇÃO DO ESTATUTO ARTISTA-ESTUDANTE. **52**
- 2. PORTUGAL NO MEU ADN**  
ATRIBUIÇÃO DE PASSES INTRA-RAIL PARA TODOS OS JOVENS QUE CELEBREM 18 ANOS. **53**
- 3. NA CULTURA RESIDE A ALMA DO POVO**  
REALIZAÇÃO DE CENSO CULTURAL.  
ESTATUTO ESPECIAL PARA OS TRABALHADORES DA CULTURA. **54**
- 4. MAIS CULTURA**  
DESCONTO DE 50%, ATÉ AOS 30 ANOS, EM QUALQUER MUSEU OU PALÁCIO. PROJETO CULTURA DIGITAL. DIVULGAÇÃO DE PROGRAMAS CULTURAIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO. **55**
- 5. DIREITOS DE AUTOR NUM TEMPO EM QUE TU ÉS AUTOR**  
TRANSPOSIÇÃO DO ARTIGO 13º PARA PORTUGAL COM ATENÇÃO AO INTERESSE DOS JOVENS ARTISTAS POR FORMA A MINIMIZAR BARREIRAS. **56**
- 6. OS MEDIA COMO GARANTIA DA DEMOCRACIA**  
DEBATE SOBRE OS MODELOS DE FINANCIAMENTO E SUBSISTÊNCIA INDEPENDENTE DA COMUNICAÇÃO SOCIAL. **58**

## SAÚDE



- 1. SAÚDE NUM CLICK**  
EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE. SNS NUM CLICK. RELATÓRIOS CLÍNICOS COM LINGUAGEM ACESSÍVEL. FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE LITERACIA EM SAÚDE POR VIA DOS INSTRUMENTOS FISCAIS VIGENTES ASSOCIADOS AO CONSUMO DE PRODUTOS NOCIVOS À SAÚDE. **59**
- 2. E-HEALTH E A TELE... SAÚDE**  
REGULAMENTAÇÃO DA TELEMEDICINA E E-HEALTH. **60**
- 3. SAÚDE MENTAL E FELICIDADE**  
APOSTA EM EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES NA COMUNIDADE. RASTREIO VALIDADO PARA O SUICÍDIO. CRIAÇÃO DO CHEQUE-PSICÓLOGO. APOSTA NA TELECONSULTA. **61**

- 4. COMBATE AO SEDENTARISMO E TEMPO DE ECRÃ EXCESSIVO**  
 AMBIENTES PÚBLICOS PROMOTORES DE EXERCÍCIO FÍSICO COMO COMBATE AO SEDENTARISMO E AO USO EXCESSIVO DE ECRÃS. **63**
- 
- 5. PREVENÇÃO DOS COMPORTAMENTOS DE RISCO E VIOLÊNCIA NO NAMORO**  
 CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO DE PREVENÇÃO DAS IST E VIOLÊNCIA NO NAMORO. **64**
- 
- 6. ÀS EMERGÊNCIAS RESPONDE-SE COM EVIDÊNCIA CIENTÍFICA E RAPIDEZ**  
 CONTROLO DE EMERGÊNCIAS DE SAÚDE PÚBLICA INTEGRADO NUMA ESTRUTURA MULTILATERAL. **65**

## SEGURANÇA SOCIAL E NATALIDADE



TETO MÁXIMO PARA AS PENSÕES. SISTEMA MISTO CAPITALIZAÇÃO. INCENTIVOS À PARTICIPAÇÃO FORMAL NO MERCADO DE TRABALHO E COMBATE À FRAUDE CONTRIBUTIVA. CRIAÇÃO DO REGISTO FORMAL DE AFORRO. APOSTA NA NATALIDADE.

**66**

## PORTUGAL POR INTEIRO



- 1. LEVAR O ESTADO PARA TODO O TERRITÓRIO**  
 ALTERAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO COM MIGRAÇÃO FASEADA DE ORGANISMOS PÚBLICOS PARA TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE. **69**
- 
- 2. POR UM INTERIOR COM OPORTUNIDADES**  
 PLANO ESTRATÉGICO DE INVESTIMENTO PARA O INTERIOR DO PAÍS PARA ONDE AS VERBAS EXTERNAS POSSAM SER DIRECIONADAS. ALÍVIO FISCAL DO IRC. **70**
- 
- 3. ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE TALENTO**
- a. CIDADES ULTRA-RÁPIDAS**  
 REDE DE INTERNET ULTRA-RÁPIDA ALIADA A CHOQUE FISCAL, NUM TERRITÓRIO DE BAIXA DENSIDADE, PARA FIXAÇÃO DE EMPRESAS TECNOLÓGICAS COM EMPREGOS BEM REMUNERADOS. **71**
- 
- b. I. EDUCAÇÃO ORIENTADA PARA O EMPREGO DE CADA REGIÃO**  
 REFORMAR A MENTALIDADE *ONE SIZE FITS ALL* E REPENSAR O ENSINO VOCACIONAL CANALIZANDO-O PARA O EMPREGO ESPECIALIZADO DE CADA REGIÃO. **73**
- 
- b. II. INCENTIVOS PARA ESTUDAR NO INTERIOR DE PORTUGAL**  
 REINTRODUÇÃO DA “BOLSA MAIS SUPERIOR” UNIVERSAL. **74**

	<b>c. FIXAR EMPRESAS NO INTERIOR</b> CONDIÇÕES EXCEPCIONAIS DE HABITAÇÃO PARA OS TRABALHADORES DESLOCADOS PARA O INTERIOR DO PAÍS. RECRUTAMENTO PRIORITÁRIO AOS RESIDENTES DO INTERIOR. INCENTIVOS FISCAIS PARA AS EMPRESAS.	<b>75</b>
<b>4.</b>	<b>IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA SAÚDE</b> SAÚDE NO CENTRO DA AÇÃO GOVERNATIVA. FERRAMENTAS DE CARACTERIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES EM SAÚDE. INDICADORES EM SAÚDE ORIENTADOS PARA GANHOS EM SAÚDE. EXPLORAR A FIGURA DA USF TIPO C. PROXIMIDADE ASSISTENCIAL POR VIA DA TELEMEDICINA.	<b>76</b>
<b>5.</b>	<b>MOBILIDADE – UM PORTUGAL</b> MOBILIDADE COM EIXO ESTRATÉGICO PARA UM PAÍS COESO E PARA O EMPREGO. REDUÇÃO DOS CUSTOS DE TRANSPORTES DE MERCADORIAS. ELETRIFICAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS.	<b>78</b>
<b>6.</b>	<b>A DIMENSÃO ATLÂNTICA DO NOSSO PAÍS – PORTUGAL INSULAR</b>  <b>a. REGIÕES 360º</b> NEUTRALIDADE CARBÓNICA. INVESTIMENTO NAS ÁREAS STEAM E NA RELAÇÃO ENTRE O SECTOR PRIVADO E OS CENTROS DE INVESTIGAÇÃO. APOSTA NA CONTINUIDADE TERRITORIAL. PASSE SUB-23 EM CIRCUNSTÂNCIAS DE IGUALDADE.	<b>80</b>
	<b>b. + AUTONOMIA</b> AUTONOMIA FISCAL. ALTERAÇÃO DA LEI DAS FINANÇAS REGIONAIS. FIM DO CARGO DE REPRESENTANTE DA REPÚBLICA.	<b>81</b>

## JOVEM 360º: O CIDADÃO DO MUNDO



<b>1.</b>	<b>EURES PARA TODOS</b> ALARGAMENTO A MAIS EMPREGADORES. APROXIMAÇÃO AOS POLOS UNIVERSITÁRIOS.	<b>81</b>
<b>2.</b>	<b>ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS ERASMUS A TEMPO E HORAS</b> MANUTENÇÃO DA ATRIBUIÇÃO MENSAL DA BOLSA, MAS COM PAGAMENTO DE UMA TRANCHE INICIAL ANTES DO INÍCIO DO PROGRAMA.	<b>85</b>
<b>3.</b>	<b>ÉS TU QUE ESCOLHES</b> MAIS ECTS POR CADEIRA. INCENTIVO ÀS CADEIRAS OPCIONAIS. POTENCIAR BOLSAS DE MESTRADO A ALUNOS CARENCIADOS E EXPANDIR OS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.	<b>86</b>

## O SISTEMA POLÍTICO



EQUILÍBRIO DA REPRESENTATIVIDADE DOS ÓRGÃOS ELEITOS. CONSAGRAÇÃO DE CÍRCULOS UNINOMINAIS, COMPLEMENTARES COM CÍRCULOS PLURINOMINAIS. VOTO ELETRÓNICO.

88

## MISSÃO 2021: JOVENS TODO O TERRENO



AUSCULTAR E OUVIR AS ESTRUTURAS. PLANO DE AÇÃO DA CPN DA JSD PARA OS NÚCLEOS RESIDENCIAIS, CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS PARA AS AUTÁRQUICAS 2021. MAIS JOVENS NO PODER AUTÁRQUICO. CONVENÇÃO AUTÁRQUICA DA JSD.

90

## REVOLUCIONAR A JSD



## 1. QUERO SER DA JSD!

## 1.1. MAIS TRANSPARÊNCIA NA FILIAÇÃO

PACK MILITANTE INTERATIVO. FILIAÇÃO DIGITAL DE MENORES.

93

## 1.2. DESBUROCRATIZAR É APROXIMAR

LUTAR PELA TRANSIÇÃO AUTOMÁTICA DOS MILITANTES MENORES DA JSD PARA O PSD.

93

## 1.3 DO PAPEL AO DIGITAL

FIM DOS PROCESSOS EM PAPEL.

94

## 1.4. ALL ABOARD?

ENCONTRO ANUAL DOS NOVOS MILITANTES – “JSD ON BOARDING”.

94

## 1.5. O CORPO DE VOLUNTÁRIOS DA JSD

CORPO DE VOLUNTÁRIOS DA JSD EM QUE QUALQUER MILITANTE PODERÁ PARTICIPAR.

94

## 2. TRABALHAR EM REDE – A CHAVE PARA O SUCESSO DE UMA GERAÇÃO

## 2.1. SHARK TANK DA JSD

CRIAÇÃO DE CONCURSO DE IDEIAS PARA APROXIMAR OS MILITANTES DA ESTRUTURA.

95

## 2.2. TU ÉS CIDADÃO DO MUNDO

CONCURSOS PROMOVIDOS PELA JSD PARA PROPORCIONAR EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL.

95

## 2.3. REVOLUÇÃO 4.0: A REDE À DISTÂNCIA DE UM CLICK

ESPAÇO RESERVADO A CADA ESTRUTURA NO SITE DA JSD. APP DA JSD.

96



2.4. JSD À VELOCIDADE DA LUZ DESMATERIALIZAÇÃO DOS PROCESSOS ELEITORAIS E REFERENDOS ONLINE	96
2.5. CONCRETIZAR A REVOLUÇÃO CRIAÇÃO DO GABINETE DA REVOLUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA JSD.	97
2.6. PORTUGAL POR INTEIRO INEXISTÊNCIA DE ASSIMETRIAS ENTRE FICHEIROS REGIONAIS E NACIONAIS	97
<b>3. JSD - PORTA-VOZ DOS JOVENS, CONSCIÊNCIA CRÍTICA DO PSD</b>	
3.1. “UMA ESTRUTURA EM QUE SÓ NÃO CONHECEMOS O NOME DE TODOS, PORQUE SOMOS TANTOS E HÁ CADA VEZ MAIS A QUEREREM JUNTAR-SE A ESTE SONHO” – ALEXANDRE POÇO REATIVAR NÚCELOS RESIDENCIAIS E CONCELHIAS.	98
3.2. FAZER DA JSD A MELHOR ESTRUTURA POLÍTICA A COMUNICAR EM PORTUGAL ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO IRREVERENTE VOCACIONADA AOS JOVENS FORA DA ESTRUTURA.	98
3.3. OS DEPUTADOS ELEITOS DA JSD: OS TEUS PORTA-VOZES CLARIFICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS DEPUTADOS ELEITOS DA JSD. APROXIMAÇÃO DO PODER POLÍTICO AOS JOVENS ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS: “EU PERGUNTO POR TI”; “PEDIDO DE REUNIÃO”; “EXPOR UMA IDEIA”.	99
<b>FORMAÇÃO</b>	
CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE DIGITAL DA JSD.	100





#ESTAMOSJUNTOS

**TENHO ORGULHO EM SER DA JSD.  
E TENHO ORGULHO EM SÊ-LO  
AO VOSSO LADO!**



*“Ser da Jota é ser diferente”, diz o nosso hino. Mas, diferente em quê?*

Em duas coisas fundamentais: na coragem e na responsabilidade.

O militante da JSD é naturalmente corajoso. É ousado quando pensa e livre quando fala. Arregaça as mangas e luta pelo seu futuro. Não deixa que os outros decidam por si.

Para além disso, o militante da Jota transporta a enorme responsabilidade de um passado grandioso. A JSD tem sido um grande motor de mudança. De 1974 até hoje, batalhámos por reformas arrojadas em nome de uma maior igualdade de oportunidades para cada criança que nasce no nosso País, para cada jovem que aqui vive.

**E se a criança e o jovem de hoje são os adultos de amanhã, a nossa emancipação e realização devem estar no centro da política.**

Os militantes da JSD sabem-no muito bem: temos mesmo de ir a jogo!

Portugal depende de cada um de nós! Do Norte ao Sul, do Interior ao Litoral, do Porto Santo ao Corvo, dos que são estudantes e dos que já estão no início da sua vida profissional, dos que se interessam mais pela tecnologia e pela inovação e dos que se apaixonam pela cultura e pela expressão artística. Dos que gostam de política e dos que não acreditam nela. Dos que não estudam nem trabalham. Todos somos construtores do presente e do futuro.

Não tenho qualquer dúvida de que esta geração é a mais capaz de viver e fazer essa construção. Jovens que se mobilizam pelo planeta, pela cidadania e responsabilidade social, não descurando o percurso profissional. **Jovens que amam o seu país, mas que se sentem em casa em qualquer cidade no mundo. É por isso que somos a Geração 360º.**

A Geração 360º nasceu sem o conceito de fronteiras a limitar-lhe a liberdade e o pensamento. A Geração 360º dá mais importância aos movimentos do que aos partidos. E a Geração 360º, olhando para o Mundo como a sua casa, fez do Mundo a sua causa.

Todas as gerações tiveram um desígnio. Umhas tiveram de fazer a guerra, outras foram as construtoras da paz. Umhas abriram as rotas da emigração, outras fizeram a descolonização. Umhas lutaram pela independência, outras pela democracia. **O desígnio da Geração 360º é construir uma sociedade humanizada neste contexto cada vez mais digital e de inteligência artificial.**

É essa geração que devemos mobilizar. **Se o presidente da JSD é, por natureza, o líder da juventude portuguesa, eu quero liderar a nossa geração!**



**Otimista, por excelência, digo-vos: nos desafios, vejo oportunidades.**

Se é verdade que a pandemia COVID-19 veio desafiar destinos, é também verdade que a resiliência é fator de sucesso. Se é verdade que a inteligência artificial pode eliminar 1.8 milhões de empregos, é também verdade que está nas nossas mãos prepararmo-nos para isso.

Com inteligência, coragem e liberdade.

Mas onde está essa liberdade se o jovem se vê limitado por uma economia de baixos salários ou se a atual emergência climática ameaça a sustentabilidade de muitos territórios no futuro? Como pode existir igualdade de oportunidades se não conseguimos estudar noutra cidade devido aos custos do alojamento? Como pode haver felicidade se é tão custosa a emancipação? O que é preciso fazer por esta geração que viverá, historicamente, duas crises? É preciso garantir que tratamos as pessoas como pessoas, humanizando verdadeiramente a sociedade.

É preciso uma visão social-democrata para que ninguém fique para trás; para que as diferenças de proveniência regional ou económica não limitem o sonho; para que a solidariedade não seja palavra morta.

É preciso pegar no nosso ultrapassado modelo escolar e trazê-lo para a atualidade. Porque a Escola do Século XXI não são os *tablets*. **Trazer tecnologia para a sala de aula tem de significar avanços na aprendizagem, na formação de professores, na comodidade, na promoção da igualdade de oportunidades no acesso à escola e**

**na interação entre conteúdos, professores e alunos.**

E é preciso rever a política salarial. Apesar de um aumento gradual, Portugal continua a ter dos piores salários mínimos nacionais, segundo dados da OCDE. Não queremos continuar a ouvir elogios ociosos por sermos a geração mais qualificada de sempre se essa qualificação não for acompanhado de uma inteligente remuneração. É que a política de remunerações mostra bem a visão estratégica de um país. Estamos disponíveis para continuar a perder cérebros para o estrangeiro? Estamos disponíveis para continuar a sufocar uma geração que se quer emancipar? Ou queremos aproveitar todo o potencial da nossa capacidade?



**Para que fique bem claro o mote deste projeto: quero liderar uma JSD que defenda a liberdade, a igualdade de oportunidades e a felicidade.**

Uma Jota personalista, para quem a política só serve se defendermos as escolhas e o projeto de vida de cada um. Uma Jota próxima das pessoas, uma estrutura em que só não conhecemos o nome de todos, porque somos tantos e há cada vez mais a quererem juntar-se a este sonho.

**Quero liderar uma JSD todo-o-terreno – eu gosto de estar no terreno, sempre presente, sempre a trabalhar!**

Uma Jota presente nas autarquias, onde ajudamos a mudar a vida das pessoas! Uma Jota que dará cartas nas próximas regionais nos Açores – lá estaremos! Uma Jota com voz em cada estrutura do Partido, das Concelhias à Comissão Política Nacional, passando pelas Distritais e Regionais. **E uma Jota que se relacione com a sociedade civil, porque o fim último da sua ação serão sempre, sempre, as pessoas.**

**Quero um país em que o local onde nascemos, vivemos, estudamos ou trabalhamos não nos limite.** Quero um país que nos permita sonhar e que seja território fértil para a ambição da nossa geração.

**Conto contigo para construirmos esse futuro, esse país e essa Jota.  
A nossa JSD.**

**O meu nome é Alexandre Poço, esta é a minha candidatura, este é o meu programa.**

**#ESTAMOSJUNTOS POR PORTUGAL!**



# AMBIENTE

#ESTAMOSJUNTOS

## 1. E-WASTE – O NOVO TIPO DE LIXO QUE NÃO PODEMOS IGNORAR

### CRIAÇÃO DE TARA PARA MATERIAL ELÉTRICO, PILHAS E BATERIAS USADAS.

Num mundo cada vez mais digital, estima-se que existam 500 milhões de telemóveis não utilizados e que se encontram a “apanhar pó”<sup>1</sup>. Em 2016, ao todo, foram criadas 42 milhões de toneladas de e-waste, sendo que a sua taxa de processamento correto se situará na casa dos 10% a 40%<sup>2</sup>. A estimativa é de que este valor cresceu em anos mais recentes para cerca de 50 milhões de toneladas ao ano. Para 2021, por exemplo, a previsão é que este valor atinja um novo máximo, situando-se na casa das 52.2 milhões de toneladas métricas por ano. É ainda importante mencionar que se estima que apenas cerca de 20% deste material tem sido efetivamente reciclado<sup>3</sup>.

Atualmente, os equipamentos elétricos e eletrónicos, resíduos de pilhas e acumuladores, entre outros produtos, estão sujeitos ao pagamento de uma taxa (ecovalor) por parte dos seus produtores ou importadores. Estas taxas visam suportar os custos da gestão dos produtos quando atingem o seu final de vida, incluindo a sua recolha seletiva, valorização e descarte dos resíduos<sup>4</sup>. No entanto, exigir um correto tratamento só é possível se os resíduos forem entregues de forma adequada aos produtores ou importadores, para que sejam de facto

1 - Haque, T., "Introduction to Electronics Recycling". The Balance Small Business, 2019.

2 - Baldé, C. P., Forti, V., Gray, V., Kuehr, R., Stegmann, P., "The Global E-waste Monitor 2017". United Nations Collections, 2017

3 - UN report: Time to seize opportunity, tackle challenge of e-waste, <https://www.unenvironment.org/news-and-stories/press-release/un-report-time-seize-opportunity-tackle-challenge-e-waste>

4 - Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Portal do Estado do Ambiente, Ecovalor - Taxas associadas à gestão de fluxos específicos de resíduos

responsáveis pelo seu tratamento. A Quercus alerta<sup>5</sup> que uma **única pilha ou bateria depositada incorretamente pode libertar mercúrio, níquel, cádmio, lítio e chumbo suficientes para contaminar uma área equivalente a um campo de futebol durante 50 anos ou até 200 000 litros de água, mais do que toda a água consumida por um ser humano durante toda a sua vida.**

Assim, compreendemos que é necessária uma maior valorização dos comportamentos cívicos face ao tratamento de todo o tipo de resíduos. Colocando a atenção em boas práticas que possam representar uma solução para este problema, podemos observar o que já é feito na *Nova School of Business and Economics*<sup>6</sup>, onde embalagens (de metal e de vidro) de refrigerantes vazias podem ser inseridas em máquinas que automaticamente processam as ditas embalagens, enviando o valor da tara diretamente para a conta *Paypal* do utilizador. Propomos replicar este modelo, que já provou que funciona e funciona com os jovens de hoje – adultos de amanhã – a todo o tipo de material elétrico, pilhas e baterias usadas.

**A tara para material elétrico, pilhas e baterias usadas é uma medida em linha com a "sociedade digital do séc. XXI" e que, segundo o barómetro de 2017 da OCDE, vai ao encontro das principais preocupações da geração 360º – a sustentabilidade do planeta Terra.**

Esta medida **beneficia todos os que, de forma responsável, descartem os seus materiais eletrónicos, as suas pilhas e as suas baterias.** Adicionalmente, a receita criada pela imposição da tara, ou melhor dizendo, a receita criada devido aos consumidores que, por sua opção, não recuperam o valor da tara, pode ser canalizada para o tratamento de resíduos, ou ainda para campanhas de sensibilização. Não obstante, e no caso de o consumidor recuperar, de facto, o valor da tara, esta recuperação poderia ser feita diretamente para uma conta bancária à sua escolha, ou ainda doando diretamente para uma instituição sem fins lucrativos.

Um outro resultado positivo desta medida será a reutilização do material elétrico, já que plástico, metal e vidro são materiais abundantes em materiais elétricos, e estes materiais são facilmente recicláveis. A título de exemplo, a gigante tecnológica Apple revelou ter recuperado o equivalente a 20 milhões de dólares através da reciclagem de *iPads*, *Macs* e *iPhones* em 2015<sup>7</sup>. Por outro lado, esta medida deve ser acompanhada por **um reforço de fiscalização da reciclagem e tratamento destes resíduos muito nocivos para o ambiente.** O papel das entidades reguladoras e fiscalizadoras deste sector deve ser reforçado.

Esta medida cria **um sentimento de gratificação instantânea, algo que é, como sabemos, fundamental para as gerações Y e Z<sup>8</sup>, que correspondem à nossa geração 360º.** Ou seja, não só estaríamos a contribuir ativamente para resolver uma das principais preocupações dos jovens (o de cuidar do meio ambiente), mas também estaríamos a contribuir para um incremento da sua felicidade.

---

5 - Quercus, Pilhas e Acumuladores, disponível em <https://www.quercus.pt/fileiras-residuos/3614-pilhas-e-acumuladores>

6 - Cascais Ambiente, "Sistema de depósito de embalagens de bebidas chega à Nova SBE". Cascais.pt, 2019.

7 - Apple, "Environmental Responsibility Report". Annual Reports, 2016.

8 - QNY Creative, "Generation Z: A Compendium of Reports and Views". QNY Creative Publications, 2017.



## 2. NÃO QUEIRAS UM MUNDO DE PLÁSTICO

### TAXA EM TODOS OS SACOS E EMBALAGENS DE PLÁSTICO OU COM PLÁSTICO NA SUA COMPOSIÇÃO. AUMENTO DA TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS.

O plástico afirmou-se enquanto material durável, resistente, de fácil utilização e de custo baixo de produção, permitindo a sua disseminação a praticamente todos os aspetos da vida humana. **Estima-se que anualmente sejam produzidos 400 milhões de toneladas de plástico, dos quais 36% se destinam a embalagens, a forma mais visível da utilização deste material<sup>9</sup>.** Desta forma, uma parte muito significativa do plástico produzido a nível mundial é de **utilização única**.

Após utilização, o plástico tem quatro destinos possíveis: reciclagem, incineração, colocação em aterros ou simplesmente ser descartado no ambiente de forma não controlada. A reciclagem efetiva ainda é reduzida, com apenas 2% do total de resíduos de embalagens deste material. **Segundo a ONU, de todo o plástico descartado a nível mundial em 2015, apenas 10% teve uma utilidade no fim do seu ciclo de vida. Estima-se que, em 2025, haja 12 biliões de toneladas de plástico no ambiente.**

Dado este cenário, é de grande importância lutar contra esta problemática, que pode ser efetuada por dois caminhos, ambos contribuindo para o mesmo objetivo: i) aumentar a quantidade de plástico reciclado e; ii) diminuir a utilização deste material, quando possível.

Para tal, avançamos com algumas propostas neste sentido:

1. Implementar uma **taxa em todos os sacos e embalagens de plástico ou com plástico na sua composição**, mesmo sendo reutilizáveis, com foco nos de uso único, havendo um sistema de depósito disponível nas grandes superfícies comerciais para recolha destes materiais:
  - a. A taxa aplicada deve variar consoante os impactos ambientais causados pela produção, recuperação ou descarte do produto, nível e qualidade da reciclagem possível após fim de vida e uso específico do produto.
2. **Aumentar a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) para a valorização energética das Incineradoras e da co-incineração.** Atualmente, apenas 25% da TGR se aplica a estas operações, pelo que este desconto incentiva a queima em detrimento da reciclagem.

---

<sup>9</sup> - United Nations Environment Programme, 2018: Single-Use Plastics - A Roadmap for Sustainability

### 3. A PESSOA NO CENTRO DO FUTURO DO PLANETA

## INCENTIVOS FISCAIS AO CONSUMIDOR NA COMPRA DE PRODUTOS A GRANEL. ALTERAÇÃO DO SÍMBOLOS DE RECICLAGEM PARA ESQUEMA DE SEMÁFORO.

Segundo estatísticas de 2019 do INE, em 2018 cada português gerou em média 507,8 Kg de lixo, o que totaliza 5.2 milhões de toneladas de resíduos urbanos que são encaminhados para aterros. Em 2019 foram recicladas 175 mil toneladas de resíduos em Portugal, contudo, sabemos hoje que metade do plástico recolhido para reciclagem na UE é exportado por falta de capacidade, tecnologia ou recursos financeiros para que a reciclagem seja realizada no país de recolha. Além disso, a produção e incineração de plástico emite globalmente aproximadamente 400 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub><sup>10</sup>.

A União Europeia publicou recentemente “*The European Strategy for Plastics in a Circular Economy*”, realçando a urgência da definição de uma estratégia para repensar o uso de plástico, sobretudo os descartáveis, sublinhando o papel da economia circular. Simultaneamente, um estudo publicado pela “*Friends of the Earth Europe*” e pela “*Zero Waste Europe*” relaciona o uso de embalagens de plástico com o aumento do desperdício alimentar.

Propomos, assim, três medidas que pretendem reduzir, automaticamente, o elevado consumo de plástico e embalagens em Portugal, por via da implementação progressiva de hábitos de consumo mais sustentáveis para o ambiente:

- 4. Revogação de legislação que impeça a comercialização de produtos a granel** (por exemplo, arroz DL 157/2017 que determina que “O arroz e a trinca de arroz destinados ao retalho são obrigatoriamente pré-embalados” – art. 7º) **em harmonia com aquilo que tem sido feito no resto da Europa**, nomeadamente Alemanha, Inglaterra, Itália e em França, onde não existe tal proibição. Pelo contrário, a tendência tem sido a de legislar o incentivo do consumo a granel e sem embalagens, como medida de combate ao efeito nocivo do plástico e do BPA.
- 5. Implementação de incentivos fiscais aos consumidores na compra de produtos a granel.** Uma forma de beneficiar o consumidor final e que faz parte de um caminho para alterar também a mentalidade dos retalhistas através da pressão dos consumidores, tudo sem impor maior carga fiscal sobre os intervenientes.
- 6. Criação da obrigatoriedade, para os produtores de todo o tipo embalagens, de incluir um símbolo que se destine a informar o consumidor através de um esquema de cores se a embalagem que está a comprar é reciclável (verde), de difícil reciclagem (amarelo) ou impossível de reciclar (encarnado), bem como a indicação clara do tipo de plástico que compõe a embalagem com número visível.** Esta proposta, que se baseia na teoria da Arquitetura da Escolha (*nudging*)<sup>11</sup> pretende intervir no comportamento dos consumidores melhorando as suas decisões de compra no sentido de uma compra mais sustentável.

<sup>10</sup> - <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20181212STO21610/residuos-de-plastico-e-reciclagem-na-ue-factos-e-numeros>

<sup>11</sup> - [https://www.audible.co.uk/pd/Summary-of-Nudge-Improving-Decisions-About-Health-Wealth-and-Happiness-Audiobook/B07933Y6TY?source\\_code=M2M14DF-T1BkSH082015011R&ds\\_rl=1235779&ipRedirectOverride=true](https://www.audible.co.uk/pd/Summary-of-Nudge-Improving-Decisions-About-Health-Wealth-and-Happiness-Audiobook/B07933Y6TY?source_code=M2M14DF-T1BkSH082015011R&ds_rl=1235779&ipRedirectOverride=true)



## 4. MOBILIDADE URBANA PARA TODOS

### ELETRIFICAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS. PASSE GRATUITO PARA ESTUDANTES. CAR SHARING NAS FROTAS DO ESTADO.

São inúmeros os produtores de autocarros elétricos. A título de exemplo, a empresa TOSA (pertencente ao conglomerado Helvético-Sueco ABB) já produz autocarros urbanos que operam de forma análoga a autocarros urbanos a *diesel*<sup>12</sup>. Neste exemplo, a energia necessária para a locomoção do autocarro é recolhida nas várias paragens de autocarro ao longo do percurso, enquanto os passageiros entram e saem (em cerca de 15 segundos), possibilitando o cumprimento de horários tradicionais. A TOSA não se encontra sozinha: ao todo, já existem cerca de 50 empresas, a nível mundial, que fabricam este tipo de autocarros elétricos<sup>13</sup>.

Por outro lado, quer os comboios, quer os metropolitanos (onde se incluem os de superfície) movidos exclusivamente a eletricidade já são antigos, com os primeiros protótipos apresentados ainda durante o século XIX<sup>14</sup>. De resto, o seu uso é comum em países desenvolvidos, e Portugal não é exceção<sup>15</sup>.

Ainda assim, em 2016 o sector dos transportes continuava a configurar um dos sectores de atividade com maior consumo de energia dependente dos derivados do petróleo, sendo que cerca de 75,5% desses consumos é atribuído ao sector dos transportes<sup>16</sup>. Com estes consumos, **o sector dos transportes foi responsável, em 2016, por cerca de 24,7% das emissões de gases de efeito de estufa em Portugal, registando entre 1990 e 2016 um aumento de 62%**<sup>17</sup>. **Portugal tem uma das maiores integrações de fontes de energia renovável, sendo que a eletrificação dos transportes constitui uma oportunidade para a descarbonização, contribuindo determinantemente para se atingirem os objetivos do roteiro para a neutralidade carbónica 2050.**

Apesar de a eletrificação dos transportes coletivos de maior preponderância (ferroviário e rodoviário) representar um investimento inicial elevado, a respetiva poupança de combustível torna este investimento com um interessante, quando considerados percursos mais longos e maior número de viagens, baseando os custos de gasóleo (cerca de 1,5 euros por litro) contra os da eletricidade (0,1402 euros por kWh), para consumos que variam na rodovia entre 35/45 litros aos 100km se movido a gasóleo e de 0,8kWh por km se elétrico<sup>18</sup>. Assim, para além do investimento, é necessário o incentivo ao uso do transporte coletivo.

<sup>12</sup> - ABB Press Release, "ABB demonstrates technology to power flash charging electric bus in 15 seconds" ABB News, 2013.

<sup>13</sup> - Repinsky, J. "Are Electric Buses the Future of Transportation?" Gogo Charters, 2017.

<sup>14</sup> - Day, L. e McNeil, I., "Biographical dictionary of the history of technology", Londres: Routledge, 1966.

<sup>15</sup> - Infraestruturas de Portugal, "Ferrovia: números da rede", 2019

<sup>16</sup> - Relatório do Estado do Ambiente 2019. Agência Portuguesa do Ambiente, 2019..

<sup>17</sup> - Descarbonização em Portugal. EDP, 2020. <https://www.edpdistribuicao.pt/pt-pt/redes-do-futuro-mobilidade-eletrica/o-futuro-da-mobilidade/eletrificacao-dos-transportes>, consultado em 12/02/2020.

<sup>18</sup> - Ribeiro, D. (2017). Análise da viabilidade económico-ambiental da mudança de mobilidade coletiva urbana convencional para a mobilidade elétrica: um contributo para o caso de Lousada. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Economia e Gestão do Ambiente pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Assim, defendemos a expansão da eletrificação da ferrovia e rodovia pública nacional, aliada a um programa de incentivos ao uso do transporte público coletivo para as deslocações diárias urbanas, suburbanas e pendulares inter-regionais. Nomeadamente, propomos que os passes dos transportes públicos sejam gratuitos para todos os estudantes. Defendemos também que o Estado, enquanto agente promotor da utilização de transportes públicos, imponha uma percentagem de trabalhadores públicos cujos passes devem ser obrigatoriamente gratuitos, substituindo assim as frotas públicas desmesuradas e despesistas. A JSD defenderá o *car sharing*, com um número diminuto de carros a ser disponibilizado por entidade pública para circunstâncias necessárias.

## 5. INOVAÇÃO E DESIGN COMO RESPOSTA PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

### GENERALIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS GREEN BUILDINGS CERTIFICADOS COM LEED.

Os edifícios, como hoje os conhecemos, são responsáveis por cerca de 18% das emissões mundiais, isto é, pela produção anual de 9 biliões de toneladas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>). Segundo as Nações Unidas, se nada for feito, a pegada ecológica produzida pelos edifícios poderá duplicar até 2050. Este é um assunto da agenda da geração 360º, que é, por excelência, a geração da sustentabilidade e do bem-estar.

O conceito dos *green buildings* primam pela preservação e utilização inteligente e eficiente dos recursos naturais a que estão expostos, nomeadamente, energia solar passiva, ativa e fotovoltaica, dos sistemas de acumulação e redução de desperdício de água, de materiais e dos terrenos de maneira mais eficaz do que edifícios tradicionais. Estes edifícios são concebidos com recurso a materiais mais permeáveis e isolantes com o objetivo de reduzir o seu impacto ambiental. Através deste tipo de construção, permitir-se-á reduzir a energia necessária para o aquecimento do edifício e para a acumulação de água das chuvas. **Se a necessidade de diminuir a pegada ecológica se dá pela diminuição da produção de energia per si, estes edifícios também contribuem para a redução da pegada ecológica por via da diminuição de desperdício de lixo, através da sua utilização para a produção da própria energia com biomassa. Os green buildings respondem com inovação e design em prol de maior eficiência energética isto é, em prol das gerações vindouras<sup>19</sup>.** Qualquer edifício pode ser um green building: uma casa, uma empresa, uma escola, um hospital, um centro comunitário, desde que obedeça aos princípios acima elencados.

Este conceito não é abstrato, e já se consubstanciou em alguns edifícios como o Taipei 101 (LEED - Platinum), o Tower na PNC Plaza (LEED - Platinum) e em Portugal como a SONAE Maia Business Center (LEED - Gold), o Edifício Sede do Grupo EDP (LEED - Gold) e o Portugal Telecom Operations Center (LEED - Platinum) e, no futuro, o novo módulo do aeroporto do Porto (LEED - TBC)<sup>20</sup>. Importa agora reproduzir esta boa prática e torná-la regra.

<sup>19</sup> - Choi, C., Removing market barriers to green development: principles and action projects to promote widespread adoption of green development practices. *The Journal of Sustainable Real Estate*, 2009. 1(1): p. 107-138.

<sup>20</sup> - <https://expresso.pt/economia/2020-02-19-Porto-vai-ter-no-novo-terminal-intermodal-o-maior-polo-de-absorcao-de-carbono-da-cidade>



Taipei 101



Sede do Grupo EDP

Segundo estudos realizados pelo *Massachusetts Technology Collaborative* nos Estados Unidos da América (EUA), comparando 33 *green buildings* determinou-se que, a **20 anos, existe um benefício de 400-600€ por metro quadrado, num edifício certificado como LEED (Leadership in Energy and Environmental Design)**. Através da **redução do custo energético, do custo da água, com a diminuição dos desperdícios, com o menor custo de manutenção e a menor pegada ecológica, estes edifícios revelam-se mais-valias económicas.**

Os *green buildings* que obtiveram a certificação *Green Star* na Austrália demonstraram produzir 62% menos emissões de gases de efeito estufa do que a média dos edifícios australianos, e 51% menos água potável do que se tivessem sido construídos para cumprir os requisitos mínimos da indústria. Os *green buildings* certificados pelo *Indian Green Building Council* (IGBC) resultam em poupanças de energia de 40% a 50% e de água de 20% a 30% em comparação com os edifícios convencionais na Índia. Os *green buildings* que obtiveram a certificação *Green Star* na África do Sul demonstraram uma poupança média de 30% a 40% de energia e emissões de carbono por ano, e entre 20% a 30% de água potável por ano, quando comparados com a norma da indústria. Os *green building* que obtiveram a certificação *LEED* nos EUA e em outros países têm demonstrado consumir 25% menos energia e 11% menos água do que os edifícios não verdes.

**Os benefícios da construção verde vão para além da economia e do meio ambiente, tendo também demonstrado trazer impactos sociais positivos. Muitos destes benefícios estão em torno da saúde e bem-estar das pessoas que trabalham em escritórios verdes ou vivem em casas verdes.** Trabalhadores em escritórios verdes e bem ventilados registam um aumento de 101% na pontuação cognitiva (função cerebral)<sup>21</sup>. Funcionários em escritórios com janelas dormiram em média 46 minutos a mais por noite<sup>22</sup>. Pesquisas sugerem que uma melhor qualidade do ar interior (baixas concentrações de CO<sub>2</sub> e poluentes, e altas taxas de ventilação) pode levar a melhorias no desempenho de até 8%<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> - Harvard T.H. Chan School of Public Health / Syracuse University Center of Excellence / SUNY Upstate Medical School, 2015

<sup>22</sup> - American Academy of Sleep Medicine, 2013

<sup>23</sup> - Park e Yoon, 2011

Com a aposta na arquitetura de ponta, é possível maior qualidade do ar, melhor temperatura e maior iluminação natural, o que segundo estudos realizados<sup>24</sup>, impacta num aumento de produtividade que pode ir de 0,5% a 34%. Mas, não é só na produtividade que as condições dos edifícios têm influência. Afinal, quase todas as pessoas passam a maioria dos seus dias no interior de edifícios. Sabe-se que a qualidade do ar no interior dos edifícios é 10 a 100 vezes pior do que o ar livre<sup>25</sup>, pelo que **melhoria da qualidade do ar associada a este tipo de construção tem consequências graves na saúde das populações que têm relevância no seu bem-estar.**

Os *green buildings* devem ser a norma e não a exceção. Propomos, seguindo o exemplo de inúmeros países, uma caldeira única por prédio em vez de uma **caldeira por habitação, aplicando-se a mesma regra aos painéis solares.** As políticas de futuro, e que não se prendem com resultados imediatos, mas que se centram na sustentabilidade, devem ser o paradigma. **Defendemos que os novos edifícios públicos apliquem a metodologia de construção deste tipo de edifícios, bem como incentivos à construção privada verde, que pode estar correlacionada com a certificação LEED obtida.**

## 6. INOVAÇÃO E DESIGN COMO RESPOSTA PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

### IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE RECOLHA E GESTÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS. SUBSTITUIÇÃO DA RELVA POR VEGETAÇÃO SUSTENTÁVEL.

Aliado ao aumento populacional (estima-se em 2050 uma população mundial de 10 biliões), existe um aumento da procura de água potável o que, condicionado pelas, cada vez mais frequentes, ondas de calor, agrava e adensa o problema da escassez de água em vários pontos do nosso planeta. Segundo a ONU, **a previsão é de que, em 2030, a procura de água excederá em 40% a quantidade de água disponível no mundo, sendo que o relatório de 2019 do Instituto Mundial de Recursos coloca Portugal em risco elevado de escassez de água, com situação de seca em 96% do território nacional à data de maio desse ano<sup>26</sup>.**

Defendemos a implementação de sistemas de recolha e gestão de águas pluviais que funcionem a nível municipal destinados a promover a redução do desperdício de água. Estes sistemas, que se pretende que realizem o tratamento e armazenamento das águas da chuva, poderão reduzir o desperdício de água em todas as operações em que a utilização de água potável não se demonstre necessária – como a água de autoclismos, rega, lavagens de roupa ou qualquer outro tipo de lavagens. Estes sistemas devem ser instalados em locais como jardins municipais e edifícios públicos, desde que a sua aplicação seja tecnicamente viável, bem como em todas as novas infraestruturas públicas, em linha com a preocupação na aposta em *green buildings*.

24 - <http://staging.community-wealth.org/sites/clone.community-wealth.org/files/downloads/paper-kats.pdf>

25 - US Environmental Protection Agency, "Indoor Air Quality," January 6, 2003. Available at: <http://www.epa.gov/iaq/>.

26 - [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/portugal-enfrenta-risco-elevado-de-escassez-de-agua-segundo-relatorio\\_n1165150](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/portugal-enfrenta-risco-elevado-de-escassez-de-agua-segundo-relatorio_n1165150)

Pretendemos que esta proposta seja apenas o começo do investimento em sistemas de gestão de água mais racionais que possam preparar Portugal para o futuro, considerando ainda que no interior do País já podemos verificar zonas de seca extrema durante o verão, com especial destaque para o Alentejo e o Algarve.

Face aos custos de instalação dos sistemas e condutas, **propomos que no âmbito da descentralização de competências, seja atribuído pelo Estado aos municípios alguns benefícios fiscais por um período de 5 anos, para que estes implementem os sistemas supracitados no tempo previsto. Serão mudanças locais, com impactos globais.**

De acordo com um estudo realizado em 2015<sup>27</sup>, **nos países desenvolvidos os relvados ocupam cerca de 70% a 75% dos espaços verdes das cidades**, sendo que nos EUA, por cada dia de verão, são consumidos aproximadamente 1.5 mil milhões de metros cúbicos de águas municipais para irrigar toda esta área. **Estes relvados são bastante suscetíveis às mudanças climáticas, demonstrando uma capacidade reduzida para a retenção de água.** Por outro lado, o prado, além de mais eficaz na retenção de água, perde menos água através da evapotranspiração, permitindo uma maior absorção de água pelos solos, o que auxilia na manutenção dos lençóis freáticos<sup>28</sup>. Propomos portanto, para uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos, que se proceda à **substituição da relva por outras espécies de vegetação herbácea mais sustentável nos espaços públicos, por parte dos municípios.**

## 6. ENERGIA DO VENTO EM ALTO-MAR

### MAPEAMENTO DE ZONAS PROPÍCIAS À INSTALAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA OFF-SHORE. LINHA DE INVESTIMENTO PARA A EXPANSÃO DESTAS INSTALAÇÕES.

A energia eólica *off-shore* é uma fonte de energia limpa e renovável que aproveita a força do vento que sopra em alto-mar, em que este alcança uma velocidade maior e mais constante, devido à inexistência de barreiras. De forma a rentabilizar ao máximo este recurso, são desenvolvidas megaestruturas assentadas sobre o leito marinho, dotadas de várias inovações técnicas.

As vantagens deste tipo de sistemas são inúmeras, nomeadamente: ser uma energia renovável, inesgotável e não poluente; o recurso eólico existente no mar é superior em relação ao existente em terra (até ao dobro em relação a um parque *onshore* médio); o impacto visual e acústico é muito



<sup>27</sup> - Ignatieva, M. et al. (2015). "Lawn as a cultural and ecological phenomenon: A conceptual framework for transdisciplinary research". *Urban Forestry & Urban Greening*, Volume 14, Issue 2, 2015, páginas 383-387. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1618866715000436>.

<sup>28</sup> - <https://conservationtools.org/guides/151-from-lawn-to-meadow>

pequeno, permitindo dessa forma aproveitar superfícies muito extensas; e a facilidade do transporte marítimo tornou possível que no mar os aerogeradores alcancem potências unitárias e tamanhos muito maiores do que em terra. Estes parques estão localizados em águas não muito profundas (até 60 metros de calado) e afastados da costa, das rotas de tráfego marinho, das instalações estratégicas navais e dos espaços de interesse ecológico. Em média, na União Europeia, os parques eólicos *off-shore* encontram-se a 33 quilómetros da costa, sendo a profundidade média de 27,1 metros<sup>29</sup>.

**Portugal, em 2019, iniciou a exploração da energia eólica *off-shore***, com o primeiro parque eólico marítimo com o projeto *WindFloat Atlantic*, instalado em plataformas flutuantes. Encontra-se a 20 quilómetros da costa, em Viana do Castelo<sup>30</sup>. Antes houve, em 2011, um projeto piloto da EDP em parceria com a Inovcapital e a Principle Power, com a instalação de uma torre eólica flutuante ao largo da Aguçadoura, perto da Póvoa de Varzim. Durante 5 anos, a turbina eólica de 2 megawatts presente na torre permitiu produzir eletricidade suficiente para alimentar 1300 casas, tirando partido dos ventos fortes do Oceano Atlântico<sup>31</sup>.

**Sendo esta uma energia limpa, renovável, com um potencial energético interessante, e estando Portugal dotado de uma das maiores áreas económicas exclusivas de mar, consideramos que este é um caminho de futuro para a autossuficiência energética, para o desenvolvimento sustentável e a redução de emissões, conforme o Acordo de Paris.** Assim sendo, **propomos a realização de um levantamento de zonas propícias à instalação deste tipo de estruturas, em que não exista colisão com outras atividades desenvolvidas, nomeadamente pescas, defesa, comércio, turismo, entre outras, e que se proponha uma linha de investimento para a expansão deste tipo de instalação de produção de energia.**

---

<sup>29</sup> - <https://www.iberdrola.com/meio-ambiente/como-funcionam-os-parques-eolicos-offshore>, consultado em 25.03.2020

<sup>30</sup> - <https://noctula.pt/projeto-windfloat-atlantic-primeiro-parque-eolico-maritimo-em-portugal/>

<sup>31</sup> - <https://www.edp.com/pt-pt/historia-eolicas-em-alto-mar>





# EMPREGO

#ESTAMOSJUNTOS

## 1. O MEU PRIMEIRO DINHEIRO

**MECANISMO DE FATURAÇÃO ISOLADA, PARA JOVENS TRABALHADORES-ESTUDANTES ATÉ AOS 25 ANOS, COM UM LIMITE DE 12 FATURAS POR ANO, COM UM VALOR MÁXIMO DE 5 MIL EUROS, SEM RETENÇÃO NA FONTE OU INSCRIÇÃO NA SEGURANÇA SOCIAL.**

Os jovens do século XXI lutam pelas causas em que acreditam, envolvem-se na sociedade e tem uma participação cívica ativa. Está no ADN da geração 360º a busca por experiências e intercâmbios, com uma voz que sabem que podem usar, para se prepararem para chegar mais longe. Para isso **procuram, cada vez mais cedo, experiências profissionais enquanto estudam**. Isso permite obter independência financeira para experiências, como viajar, mais cedo. **Portugal não deve criar obstáculos a que os seus jovens se tornem ativos no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que se tornam cidadãos do mundo.**

À semelhança do modelo *Sole Trade*, no Reino Unido, **a JSD defenderá que os jovens trabalhadores até aos 25 anos e ainda na sua condição de estudantes tenham à sua disposição, com diferentes critérios, o já existente mecanismo de faturação isolada em moldes mais latos**. Este mecanismo existe, em regra, para sujeitos passivos que apenas tenham a necessidade de passar uma fatura por ano. De forma a agilizar a “coleta” dos jovens e a carga burocrática que têm de suportar para ter apenas um “*part-time* de verão” ou um “*hobby remunerado*”,

este regime especial permitirá a estes jovens emitir, até um limite máximo de 12 faturas por ano, com um valor máximo de 5 mil euros, sem que sofram obrigatoriamente retenções na fonte e sem terem de se inscrever na segurança social. Isto deixará os jovens mais livres e autónomos no momento de iniciarem a sua vida profissional, permitindo a conciliação de atividades extra com os estudos.

## 2. SALVAR A GERAÇÃO À RASCA

### TRANSIÇÃO GRADUAL DOS CONTRATOS A TERMO PARA O CONTRATO ÚNICO COM UM MERCADO MAIS FLEXÍVEL, MAS QUE PROTEJA O JOVEM.

Em 2018, a taxa de desemprego foi 7% da população ativa<sup>32</sup>. Para observar uma taxa de desemprego inferior, 6,6%, é necessário recuar a 2004. Isto significa que Portugal é hoje um país com uma maior percentagem de população ativa a trabalhar, de forma temporária ou permanente. Apesar de serem números animadores, escondem fragilidades que devem preocupar a JSD.

O mercado de trabalho continua segmentado entre contratos a termo – com baixo nível de proteção, pouca formação e baixos salários – e contratos sem termo, com melhores condições e maior proteção dos trabalhadores. Entre 2008 e 2018, em Portugal, 63% dos trabalhadores jovens com menos de 25 anos tinham contratos a termo. Esta é uma área prioritária para a Juventude Social Democrata<sup>33</sup>.

Não obstante o impacto nos mais jovens, este é um problema transversal a toda a sociedade:

- Entre 2000 e 2017, o número de contratos a termo para trabalhadores com mais de 25 anos subiu 50%;
- Em 2014, 84% de todos os trabalhadores com contratos a termo afirmavam que se encontravam nestas condições laborais porque não conseguiram celebrar contratos sem termo.

A segmentação não é unicamente uma característica do mercado de trabalho português. Entre 1983 e 2014, nenhum país (à exceção da Espanha) conseguiu reverter a tendência de crescimento dos contratos de trabalho a termo entre a população jovem<sup>34</sup>. Apenas 30% dos trabalhadores com contrato de trabalho a termo em 2014 passaram a ter um contrato de trabalho sem termo em Portugal. No resto da Europa a heterogeneidade é considerável.

Os crescentes níveis de contratos de trabalho a termo poderiam ser atenuados caso houvesse: i) uma fácil transição para contratos sem termo; ii) uma flexibilização e redução do custo da dispensa destes últimos

<sup>32</sup> - Os dados mais recentes à altura da redação desta moção.

<sup>33</sup> - Decent work in Portugal 2008-2018, International Organization of Labour

<sup>34</sup> - Eichhorst et al., 2017



**trabalhadores** – principal causa da segmentação do mercado de trabalho. **Os proponentes da ideia do contrato único defendem a redução desse custo nos contratos sem termo de forma a eliminar os incentivos das empresas em preferir contratos de trabalho sem termo.**

Enquanto o Governo Socialista optou por acentuar a precariedade dos jovens portugueses ao substituir a contratação a termo dos jovens pelo alargamento do período experimental (sem que no seu término haja qualquer compensação), **a JSD acredita que o caminho passa por um “contrato único” que, simultaneamente, proteja os jovens e permita às empresas contratar.**

O caminho rumo ao contrato de trabalho único faz-se com escolhas. Nesse sentido, **é necessário escolher a flexibilidade à rigidez, a liberdade ao peso excessivo do Estado.** Isto implica, ao mesmo tempo, (i) facilitar o despedimento por parte de empregadores quando o trabalhador não corresponde às expectativas e (ii) facilitar a contratação de novos trabalhadores aliviando os custos das empresas, ligados à incerteza de terem escolhido a pessoa certa. **Criar um mercado mais flexível tem de ser acompanhado por um sistema social que ajude o trabalhador a enfrentar os períodos de mobilidade entre dois empregos, protegendo-o de forma a permitir a sua mobilidade.**

Acima de tudo, **acreditamos ser necessário rever a lei laboral no sentido de remover conceitos demasiado abrangentes e propícios a interpretações dúbias, que permitem a existência de situações que não são verdadeiramente excecionais ou temporárias.** Para que seja possível criar a realidade ideal de um “contrato de trabalho único” é necessário permitir a utilização do contrato de trabalho a termo apenas em cenários realmente excecionais.

### **3. A TECNOLOGIA A TRANSFORMAR A FLEXIBILIDADE LABORAL**

## **CONSAGRAÇÃO NA LEGISLAÇÃO LABORAL DO DIREITO DE OPÇÃO PELO REGIME DE TELETRABALHO. O DIREITO A “DESLIGAR”. INCENTIVOS FISCAIS À TRANSIÇÃO DIGITAL.**

**A pandemia da COVID-19 impulsionou a transição digital e o teletrabalho, enquanto realidade que, inevitavelmente, se impôs.** Uma mudança relâmpago, imposta pela obrigatoriedade do teletrabalho ditada pela declaração de estado de emergência, abriu a **janela de oportunidade de ampliar e iniciar novas metodologias e dinâmicas nos nossos empregos, que persistirão no tempo.**

**Estamos, contudo, cientes de que esta rápida transformação revelou diversas ineficiências.** Desde logo, devido ao facto de haver um vasto leque de profissões que não conseguem ser desempenhadas através de teletrabalho.

Acresce o facto de, em Portugal, ainda persistir população empregada com baixos níveis de literacia digital, o que dificulta o acesso a esta nova forma de trabalho.

Neste momento, ainda é precoce avaliar o impacto do teletrabalho na produtividade, mas já é possível retirar algumas conclusões que resultam de pontos críticos na experiência do trabalho à distância. **A necessidade de gestão do tempo entre tempo de trabalho e tempo para a família (*work-life balance*) são apontadas como as maiores barreiras encontradas<sup>35</sup>, deixando bem claro a necessidade de haver uma regulamentação eficaz. O teletrabalho não pode ser sinónimo de desregulamentação do horário de trabalho, pelo contrário, deve ser o momento em que o trabalhador consegue uma melhor articulação entre a sua vida profissional e vida familiar fruto de uma maior flexibilidade laboral.**



**Este é o momento de potenciar as oportunidades desta súbita mudança no mercado de trabalho aproveitando, nomeadamente, o fator flexibilidade para uma maior coesão territorial.** O teletrabalho mostrou que a presença física num escritório ou numa empresa deixou de ser um requisito essencial e preferencial. **Daqui para a frente a problemática do êxodo do interior para o litoral, na procura de mais e melhores empregos, pode deixar de fazer sentido** uma vez que o trabalho à distância possibilita que qualquer pessoa aceda a um posto de trabalho independentemente da sua localização geográfica.

Recentemente, o Governo assumiu<sup>36</sup>, através do Plano de Estabilização Económica e Social, o objetivo de até ao final da legislatura ter 25% dos funcionários públicos em teletrabalho. Cá estaremos para fiscalizar a eficiência do Governo no cumprimento desta meta.

Consequentemente, face ao exposto acima, a JSD defenderá:

- Uma maior **regulamentação através da consagração na legislação laboral do direito de opção pelo regime de teletrabalho;**

<sup>35</sup> - OLABOR, "Trabalho e Desigualdades No Grande Confinamento", Abril 2020, Pág. 28  
Para Consulta: [file:///C:/Users/Jaao%20Correas/Downloads/estudo\\_desigualdade\\_confinamento%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Jaao%20Correas/Downloads/estudo_desigualdade_confinamento%20(1).pdf)

<sup>36</sup> - <https://expresso.pt/economia/2020-06-07-Governo-quer-25-dos-funcionarios-publicos-em-teletrabalho-ate-ao-final-da-legislatura>

- Nos casos em que o teletrabalho esteja previsto no contrato de trabalho deve ser estabelecido **o direito inerente ao trabalhador de “desligar” após terminada a sua jornada de trabalho**, impossibilitando a sobrecarga do trabalhador após o seu horário legalmente previsto;
- **Dar a possibilidade ao trabalhador de conciliar o teletrabalho com o trabalho presencial**, ou seja, parte da semana de trabalho é feita presencialmente e a restante parte da semana é feita na modalidade de trabalho à distância, a fim de não haver uma quebra nas rotinas do trabalhador e continuar a **fomentar as relações interpessoais entre os diversos colaboradores da organização** que continuam a afigurar-se de extrema importância para um bom funcionamento e crescimento das entidades empregadoras;
- Criação de incentivos **fiscais à transição digital**<sup>37</sup>, aperfeiçoando o atual SIFIDE de forma a contemplar investimentos no âmbito do *outsourcing* ou licenças de *software*. Através de um crédito fiscal, estes investimentos seriam abrangidos pelos incentivos previstos no Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial de forma a fomentar o co-desenvolvimento de parcerias entre startups e incumbentes.

## 4. OS “FALSOS” RECIBOS VERDES

# EQUIPARAÇÃO ENTRE PRESTAÇÕES DE TRABALHO INDEPENDENTE E AS SITUAÇÕES DE VÍNCULO LABORAL RELATIVAMENTE A TODOS OS DIREITOS DE PROTEÇÃO SOCIAL.

O termo “recibo verde” é vulgarmente associado aos trabalhadores independentes e à forma como estes faturam os seus serviços aos seus clientes. Um trabalhador independente deve cumprir alguns requisitos para assegurar essa mesma independência, tais como a ausência de hierarquia formal e a existência de autonomia na realização do trabalho para o qual foi contratado. Assim, **um trabalhador independente deve ser uma pessoa que colabora com uma empresa sem que para tal tenha um tradicional contrato de trabalho**, pois a sua autonomia profissional implica que o foco da sua relação com o seu cliente seja cumprir objetivos. O “recibo verde” deve ser um contrato de prestação de serviços sem estar vinculado a um horário, local de trabalho ou chefia.

O “trabalhador” a recibos verdes não beneficia de qualquer indemnização por cessação da sua relação de serviço, está obrigado ao cumprimento de requisitos específicos para o recebimento de subsídio de desemprego e não beneficia de qualquer direito de aviso prévio para a sua dispensa. Compreende-se, portanto, que a **relação “prestador de serviço (materialmente trabalhador) – empregador” (“mascarado de cliente”) se rege numa base muito precária** quando falamos em recibos verdes. Também em relação aos trabalhadores independentes, **as empresas que beneficiam dos seus serviços não pagam, por exemplo, a Taxa Social Única (TSU) que corresponde a 23,75% do valor do salário bruto**, resultando em poupanças enormes por parte das empresas. Podemos, assim,

<sup>37</sup> - Global Shapers Community Lisbon, “50 Medidas para um debate intergeracional de fundo na sociedade portuguesa após COVID-19”, 27 Maio de 2020, Pág. 7

eleger este como o principal motivo para as empresas/entidades empregadores se “mascararem” de clientes (e daí a denominação de “falsos” recibos verdes) e contratarem prestadores de serviços, ao invés de contratarem trabalhadores, quando o que precisam verdadeiramente é de reforçar o seu quadro de pessoal trabalhador.

Foi a partir de 2018 que se passou a considerar que **todos os trabalhadores que recebam 50%, ou mais, do valor anual dos seus rendimentos de uma única entidade, são economicamente dependentes desta**, mesmo os que sejam formalmente trabalhadores independentes, constituindo-se uma obrigação contributiva por parte da entidade contratante. Nestes casos, o trabalhador independente pode inclusivamente apresentar a sua declaração de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) como funcionário da categoria A.

Posto isto, **um dos principais problemas do regime laboral português dos nossos dias são os “falsos recibos verdes”, ou seja, trabalhadores que apesar de serem formalmente autónomos e independentes, a realidade demonstra que o seu cliente não é mais do que a sua verdadeira entidade empregadora** e que tem com esta todos os deveres como se existisse um contrato de trabalho. No entanto, **a inexistência do contrato de trabalho, coloca o trabalhador (“falso independente”) numa situação de menor proteção social** face ao trabalhador que têm a sua situação regularizada com a celebração de um contrato de trabalho. Em resultado, **estes trabalhadores não constituem um maior encargo para as entidades empregadoras** (por exemplo, TSU, formação, seguros de acidentes de trabalho, férias, indemnização por cessação de funções).

**Propomos, assim, que o Código do Trabalho<sup>38</sup> passe a prever uma equiparação entre prestações de trabalho independente (em dependência económica, como supra explicado) e as situações de vínculo laboral, não apenas no que diz respeito a direitos de personalidade, igualdade e não discriminação, segurança e saúde no trabalho (conforme previsto no Código do Trabalho) ou de alguns direitos sociais (como tem o legislador vindo a tentar equiparar), mas relativamente a todos os direitos de proteção social.**

O estudo aprofundado desta matéria é crucial para o jovem do século XXI que anseia por uma oportunidade de demonstrar no mercado de trabalho o seu valor e mérito, mas que também quer a estabilidade suficiente que lhe permita dar passos importantes na sua vida pessoal e pelo seu bem-estar. Posto isto, várias soluções são equacionáveis, tais como a redução a escrito obrigatória dos contratos de trabalho ou de prestação de serviço, a obrigatoriedade de fixação de um valor indexante para o pagamento de salários/honorários, de um número mínimo e máximo de horas de trabalho, de um número de dias de férias, de um regime de aviso prévio para cessação da prestação de trabalho/serviço, de um regime de compensação por cessação de funções ou mesmo a simplificação dos pressupostos ou inversão do ónus da prova para a proposição de uma ação judicial de reconhecimento de um contrato de trabalho.

Cientes de que todas as possíveis soluções *supra* identificadas têm pontos positivos e negativos, consideramos que **a JSD não pode esconder-se atrás de eventuais dificuldades na busca da solução mais justa e deve, antes, estar na linha da frente no combate a situações de injustiça social, como a que aqui apresentamos.**

Assim sendo, apesar de acreditarmos que a equiparação da proteção social no desemprego, na doença, na parentalidade e na velhice deve estar fixada na lei, para trabalhadores dependentes e independentes de acordo com critérios de igualdade, não negamos que, enquanto tal não acontecer, outras soluções intermédias, de progresso no sentido da maior justiça social, podem ser encontradas.

---

38 - No seu artigo 10.º.

Com esta proposta é possível atacar situações precárias de jovens trabalhadores independentes que almejam o reconhecimento do seu contrato de trabalho e a aquisição dos direitos de proteção social respetivos. Um jovem 360º é um jovem livre, mas preocupado com o seu futuro e com o seu bem-estar, é um jovem que sonha e ambiciona, mas que se preocupa com a qualidade de vida que terá no futuro.

## 5. CHOQUE FISCAL JOVEM

### ISENÇÃO DE TSU NO INÍCIO DA CARREIRA, SEM PERDA DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS ASSOCIADOS. IRS JOVEM ATÉ AOS 30 ANOS NOS 5 PRIMEIROS ANOS DE ATIVIDADE PROFISSIONAL.

O acesso ao emprego é unanimemente escolhido como um dos mais importantes pilares que permitirá aos jovens de hoje, adultos de amanhã, livremente alcançar a sua felicidade, como passaporte para a realização pessoal. Para cumprir este desiderato, é necessário construir um mercado justo e competitivo, que potencie a atração de investimento e criação de emprego para os jovens. No entanto, nos dias de hoje assistimos a um estrangulamento fiscal dos jovens que anseiam a sua emancipação. **Onde reside a liberdade de um jovem que tem salários que limitam os seus projetos a médio ou longo prazo, isto é a sua emancipação?**

Atualmente um jovem tem muitas dificuldades em tornar-se independente, mesmo que altamente qualificado, pois vê-se, invariavelmente, com baixos salários, elevada tributação e parco rendimento líquido disponível. **Os jovens portugueses são dos últimos, no contexto europeu, a emancipar-se.** Neste sentido, entendemos que se deve criar verdadeiros incentivos à contratação jovem, ao mesmo tempo que se adota uma política contributiva mais amiga dos jovens, sem querer ver as novas gerações excluídas da economia e da sociedade.

**Defenderemos a isenção de Taxa Social Única (TSU) para jovens nos primeiros três anos de trabalho, sem a perda dos benefícios sociais associados.** Mas, a JSD quer ir mais longe, porque a juventude portuguesa precisa de ir mais longe. Esta medida é essencial para incentivar as entidades empregadoras a preferir a contratação de jovens, uma vez que resultará em menores custos de contratação. É, no entanto, necessário apostar no lado ativo desta relação bilateral – o lado onde está sempre a JSD – o dos jovens.

**Da política deste Governo Socialista não devemos esquecer o ataque à contratação de jovens com a eliminação do benefício da criação líquida de emprego jovem,** aproveitando mais um truque de ilusionismo, ao propor para o Orçamento do Estado para 2020, **a introdução de um desconto para o IRS jovem que é tudo menos um desconto universal e não discriminatório,** uma vez que só se aplica a uma categoria de rendimentos e que, e que com critérios tão exigentes, obstaculiza e limita uma vez mais grandemente a sua aplicação prática.

Quando já outros países, como a Polónia, testam incentivos de taxa 0% de imposto sobre o rendimento para jovens, a JSD não pode deixar de querer ser realista, mas também não pode não almejar um IRS verdadeiramente jovem:

- Para jovens até dos 30 anos;
- Aplicável a todas as categorias de rendimento;
- Nos cinco primeiros anos de atividade profissional;
- Para rendimentos brutos anuais até aos 30 mil euros anuais;
- E com uma aplicação progressiva a partir dos 30 mil euros anuais.

Se Portugal é hoje um país fiscalmente atraente para reformados e emigrantes regressados, não pode deixar à margem os jovens trabalhadores. **A JSD será a primeira organização política a defender um regime fiscal igualmente atraente para os jovens trabalhadores em Portugal que lhes permita ter condições de se emanciparem, com naturais impactos noutras áreas, como os índices de natalidade.**

Estas medidas impactarão num acréscimo de rendimento e poder de compra isto é, num incentivo à conquista da independência dos jovens adultos, uma das suas maiores preocupações. **Acreditamos numa sociedade em que ser jovem não é fator de desvantagem.** A JSD defenderá que a adoção de **medidas corajosas e inovadoras que visem potenciar as oportunidades dos jovens são benéficas para a sociedade como um todo** e fundamentais para a construção de uma comunidade mais desenvolvida, coesa e que conta com as novas gerações.

## 6. OS PORTUGUESES: UM POVO ANFITRIÃO

### FERRAMENTAS DE BUSINESS INTELLIGENCE. FUNDOS COMUNITÁRIOS PARA REQUALIFICAÇÃO NO SECTOR DO TURISMO COM A INOVAÇÃO COMO EIXO ESTRATÉGICO. NOVO MODELO FORMATIVO PARA PROFISSIONAIS DO TURISMO.

O turismo constituiu e constitui um dos fenómenos mais importantes, senão o mais importante, dos séculos XX e XXI. Começou a desenvolver-se com a implementação dos caminhos-de-ferro e com a construção dos navios a vapor, e há que reconhecer que foi o povo do Reino Unido que iniciou este caminho. Temos no nosso país *“dois casos típicos de extraordinária vocação turística, a Madeira e o Algarve que foram revelados para o turismo atual pela mão dos turistas ingleses, sempre à procura do bom clima que lhes faltava na velha Albion”*<sup>39</sup>.

**O turismo é um dos sectores referência da economia nacional** e por isso, deverá merecer atenção especial na discussão política de âmbito juvenil. A JSD deverá estar na linha da frente desta discussão, visto ser o turismo quem

mais promove, e principalmente nos últimos anos mais promoveu, **o crescimento económico do País**. Portanto, reforçou o seu papel como motor de desenvolvimento das regiões, não só do ponto de vista da **criação de emprego**, mas também da **coesão territorial**.

O turismo hoje tem uma relevância assinalável também na economia mundial. Representou em 2019, 10% do PIB, 10% do emprego total, 7% das exportações e ainda 30% do total das exportações de serviços. **Em Portugal, estima-se que em 2019 este sector tenha contribuído para a criação de 16,4% do PIB e 8,2% do emprego** – registando um número de cerca de aproximadamente 400 000 empregos (contribuição total). Para além de ser um negócio com **forte peso nas exportações, é a única atividade exportadora que paga 100% do IVA em Portugal**, aumentando assim ainda mais a sua importância no quadro do desenvolvimento económico nacional e regional.

Até hoje, o turismo em Portugal vivia momentos realmente muito positivos. Temos fatores que nos ajudam a ganhar a sustentabilidade, e que temos que tentar manter (pelo menos os que dependem do nosso trabalho): i) clima extraordinário; ii) destino seguro e, um grande fator de competitividade que é a relação do iii) preço vs qualidade.

A superação desta crise gerada pela pandemia da COVID-19 obrigará ainda a uma postura de maior colaboração entre todos os agentes do sector para que os destinos possam ser ainda mais competitivos, mas também para a concretização de ideias que ajudem a mitigar, numa primeira fase, a perda de receitas e o aumento de custos por via das medidas sanitárias que estão e terão de ser implementadas. Temos assim que fazer mais. Há muitas áreas que têm de ser trabalhadas, entre elas: **Business Intelligence, inovação da oferta e ainda uma aposta clara nos recursos humanos**:

## 1. FERRAMENTAS DE BUSINESS INTELLIGENCE

Num sector em que a tomada de decisão é altamente suportada por dados reais e atuais, nomeadamente na gestão diária dos estabelecimentos e na promoção turística, é fundamental **o País desenvolver políticas públicas que conduzam a uma obrigatoriedade mais alargada no sector, de fornecimento de dados estatísticos, bem como deverá ser de obrigação pública o seu tratamento (ou com parceiros especializados e internacionalmente reconhecidos) e fornecimento aos players regularmente** de forma a garantir melhores decisões. A informação a ser trabalhada:

- Em tempo real e *forward-looking*;
- Dados da oferta e da procura:
  - Por segmento e região (performance e rendibilidade);
  - Identificando taxas de crescimento para *break-even*;
  - *Dashboards* de *Guest Satisfaction* por destino;  
Performance da Oferta e da Procura (via **consultoras internacionais especializadas e com elevada credibilidade**), comparando ainda essa performance com destinos concorrentes.
- Performance da cadeia de valor.

Esta obrigatoriedade na prestação de dados **não deverá servir para aumentar a burocracia às empresas**, sendo desta forma necessário o cruzamento de dados entre as várias entidades públicas às quais as empresas são e serão obrigadas a reportar informação. Assim, permite-nos também passar uma imagem de confiança aos **investidores externos** que queiram investir no turismo, facilitando o seu acesso a dados atuais e fidedignos que irão facilitar a sua tomada de decisão, possibilitando que a mesma seja mais ágil e com segurança.



## 2. INOVAÇÃO DA OFERTA<sup>40</sup> – A REQUALIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS LIGADA À INOVAÇÃO

Os *millennials* de hoje, como vimos, são simultaneamente os *baby boomers* do futuro e Portugal tem atualmente a oportunidade de os atrair e de cativar, mas para isso acontecer, é necessária uma requalificação da oferta existente, estando o foco nos principais destinos turísticos. Esta não deverá ser uma reforma superficial em termos de estrutura dos empreendimentos turísticos, mas uma atualização profunda em termos de conceito do produto. Portugal terá de aproveitar **os fundos comunitários para melhorar a oferta hoteleira utilizando a inovação como um eixo estratégico**, percebendo a evolução dos padrões de consumo dos atuais e futuros clientes, que estão em constante transformação. Assim também será na comercialização e na digitalização de toda a cadeia de valor do turismo. Esta temática deverá estar também na agenda aquando da negociação do novo pacote de fundos comunitários com Bruxelas, criando uma exceção para as regiões mais desenvolvidas quanto à possibilidade de apoio a projetos na área do turismo.

## 3. FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS – FOCO NOS JOVENS

É importante **identificar as necessidades que o sector tem ao nível da formação dos seus recursos humanos** e quais as suas principais limitações, permitindo assim **construir propostas que vão no sentido de colmatar tais necessidades**. As limitações atuais são elevadas e o **Governo deveria olhar com maior atenção para as Escolas Superiores de Turismo que estão debaixo da sua tutela**, porque muitas delas – e algumas de grande prestígio nacional, estão obsoletas e carecem de investimento público. Este investimento deverá ser também **em regime de parceria com o sector privado**, maior interessado em que o ensino seja de qualidade e que os alunos correspondam às necessidades reais que enfrentam diariamente. Urge reativar a rede formativa e as parcerias internacionais e fazer do destino Portugal um polo de formação de excelência. **AJSD defende que um novo modelo formativo para o profissional do turismo<sup>41</sup>**.

Reformulação da base de aprendizagem turística, canalizando-a para a responsabilidade de academia e dos privados. Aglutinação das escolas de turismo por parte das instituições de ensino superior – com os ganhos de escala académicos que tal propicia e o cross learning potencia – que teriam assim cursos pré-académicos, financiados por privados que receberiam incentivos ao desenvolvimento de Hotéis-Escola. O financiamento do ensino seria de responsabilidade maioritariamente privada sob supervisão académica e numa lógica de adequação constante da oferta à procura. **Esta formação será crucial para fomentar o emprego jovem qualificado nesta área, mas terá de ser associado a uma flexibilização laboral efetiva.**

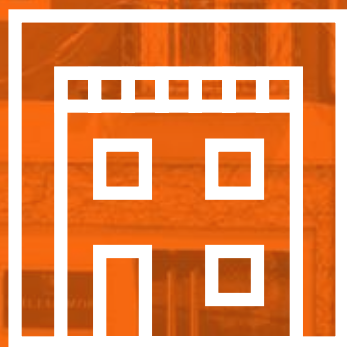
Assim, a **alteração da lei laboral** é crucial para o real aumento da competitividade do sector e da criação de emprego estável e duradouro. Sendo certo que foi uma preocupação do anterior governo PSD/CDS a promoção da flexibilização laboral em sede de concertação social, que beneficiou toda uma economia e estimulou a criação de emprego. Esta flexibilização é ainda mais importante em sectores que vivem em ambientes sazonais e com mão-de-obra intensiva, como o turismo.

Só com um sector do turismo mais competitivo é que poderemos aspirar a ter um crescimento económico sustentado, estimulando assim a criação de novas oportunidades de emprego com consequente diminuição do desemprego, principalmente jovem.

<sup>40</sup> - In Documento elaborado por Bruno Inácio e Tomás Gonçalves em Junho 2015 – Proposta temática de Turismo – Plataforma “Mais Futuro, Mais Portugal”

<sup>41</sup> - In Documento elaborado por Bruno Inácio e Tomás Gonçalves em Junho 2015 – Proposta temática de Turismo – Plataforma “Mais Futuro, Mais Portugal”





# HABITAÇÃO

#ESTAMOSJUNTOS

**O acesso à habitação digna é condição necessária para o bem-estar de cada um de nós.** Porém, os custos relativos à habitação, sejam eles um empréstimo para casa própria ou uma renda, partilhados ou suportados a nível individual, **representam uma percentagem muito significativa dos encargos mensais.**

**A geração 360º - a mais qualificada de sempre - vê-se condicionada não pela sua falta de qualificações, mas pela desproporção entre os seus rendimentos - num país em que o salário base médio mensal é de cerca de 1.000 euros para quem trabalha por conta de outrem - e o custo da habitação, resultando num entrave à sua emancipação.** Onde está a liberdade de um jovem que encontra este entrave à construção da sua família ou no acesso ao Ensino Superior pela impossibilidade de pagar um quarto?

O ranking de qualidade de vida do *Deutsche Bank* compara, anualmente, em cerca de 50 cidades, a qualidade de vida, utilizando como indicador o rendimento disponível líquido de rendas. No topo da tabela encontram-se cidades nas quais, apesar dos custos habitacionais elevados, o rendimento auferido pelos trabalhadores permite uma boa qualidade de vida após deduzirem estes custos. No topo do ranking temos, por exemplo, Zurique, onde o rendimento disponível após impostos e renda é de mais de 3 500 euros. Lisboa ocupou o 36º lugar em 2017 e o 42º em 2019, atrás de cidades como Bangalore (Índia) e Kuala Lumpur (Malásia). Portugal está ao nível de Varsóvia, com pouco mais de 450 euros de rendimento disponível após impostos e renda. Por um lado, **os rendimentos médios baixos em Portugal e a forte carga fiscal suportada (direta ou indiretamente) têm parte da responsabilidade. No entanto, o aumento dos custos da habitação não é um problema exclusivo das metrópoles, condicionando a liberdade do jovem de Norte a Sul do País, até às Regiões Autónomas.**

**Portugal viu os preços medianos do arrendamento subir cerca de 9,2% entre junho de 2018 e junho de 2019.** As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto registaram respetivamente 16% e 12,7% de aumento para o mesmo período. No entanto, outras zonas do País, como o Algarve e a Região Autónoma da Madeira, registam também

custos por metro quadrado superiores à média do País, superiores inclusivamente aos valores registados na Área Metropolitana do Porto. No Algarve e na Madeira, arrendar um T2 com 100m<sup>2</sup> custou quase mais 70 euros em 2019 face a 2018. Aveiro e o Cávado, por exemplo, registaram aumentos no arrendamento de mais de 9% e 11% respetivamente entre junho de 2018 e junho de 2019. Para o mesmo período, na Beira Baixa e Médio Tejo arrendar custava quase mais 9%, enquanto para o Alto Minho, Viseu e Região Autónoma dos Açores os aumentos foram na ordem dos 7%. Verificaram-se poucas regiões nas quais o custo do arrendamento tenha diminuído, sendo Trás-os-Montes e Alto Alentejo as zonas com descidas mais expressivas, cerca de 3%.

Para quem pretende adquirir habitação, o panorama é de enorme exigência. Segundo o INE, o valor mediano das vendas por metro quadrado de alojamentos familiares aumentou, para casas de tipologia T1 e T2, respetivamente 9% e 8%, de junho de 2018 para junho de 2019. Significa isto que para adquirir uma habitação familiar de 100m<sup>2</sup>, um português médio necessitou de mais de 100 000 euros, aos quais se adicionam os impostos a suportar na aquisição. A Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve lideram o *ranking* das regiões com maior custo de aquisição por metro quadrado. Várias zonas do País tiveram um crescimento acima de 10% do preço de aquisição por metro quadrado. Olhando por exemplo para a tipologia T2, verificam-se subidas de mais de 10% do valor por metro quadrado por exemplo no Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto, Viseu e Região Autónoma dos Açores.

A evolução de preços pode ser explicada por diversos fatores. Por um lado, em zonas urbanas com turismo, naturalmente a procura por parte de turistas e residentes não habituais terá direcionado parte da oferta existente para estes mercados, com maior poder de compra. Por outro lado, a estagnação da nova construção durante os anos de crise, acompanhada de uma maior procura, promovida pela decisão interna de compra adiada durante a crise, incentivada pela redução das taxas de juro e spreads bancários praticados, também contribuí para o aumento do preço. **A nossa visão é de que devemos promover respostas para todos os sectores da população, sem recorrer a mecanismos comprovadamente obsoletos de controlo de rendas ou utilização coerciva de património privado, que nada mais atingem a médio prazo a não ser a asfixia do mercado.**

**Para determinados sectores da sociedade – famílias carenciadas, cidadãos seniores com vulnerabilidades económicas, entre outros – acreditamos que o Estado deve desempenhar o seu papel social**, uma realidade que nos últimos anos tem sido frequentemente atribuída de forma forçada aos privados. Os agentes privados têm um papel muito relevante do lado da oferta, tanto a nível do investimento e promoção imobiliária para nova construção e reabilitação, mas também ao nível da sua escolha individual entre arrendamento a famílias, jovens, estudantes e as utilizações alternativas do seu património.

**Defendemos um mercado de habitação para o século XXI, livre, solidário, baseado em respostas privadas, públicas e sociais, dirigidas de forma equilibrada a toda a população: famílias de classe média, jovens, estudantes, população sénior e grupos sociais mais desfavorecidos.**

## 1. QUERO ESTUDAR!

### PROGRAMA DE HABITAÇÃO JOVEM PARA ESTUDANTES COM RENDAS CONTROLADAS. CONTINUAR O COMBATE PELO AUMENTO DE CAMAS NAS RESIDÊNCIAS.

Um jovem que quer estudar, não tem necessariamente de frequentar os estabelecimentos de ensino superior ou profissional da sua área de residência. Deve ter a oportunidade de escolher a instituição onde quer prosseguir os seus estudos e, por conseguinte, deslocar-se para essa área. **Independentemente do nível socioeconómico da família, a JSD acredita que, para uma verdadeira igualdade de oportunidades, esta escolha deve ser livre, e o Estado deve assumir um papel crucial na promoção da continuação dos estudos e no acesso a habitação para os estudantes.**



Segundo os dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Ministério do Ambiente de novembro de 2018, que constituem a base do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, **estima-se que existam, neste momento, 113 mil alunos deslocados no ensino superior público. Porém, existem apenas 15 mil camas que se encontram distribuídas por 192 residências.** Verificamos que no fim do ano de 2017 eram apenas disponibilizadas mais 360 camas do que no ano de 2009, aumento insuficiente quando comparamos com o aumento do número de estudantes deslocados no mesmo período principalmente nos grandes centros urbanos.

O estudo supracitado refere ainda que são mais de 60 000 os estudantes bolseiros (no âmbito da ação social

no Ensino Superior) em Instituições Ensino Superior (IES) Públicas. No entanto, não existem camas suficientes em residências universitárias, restando assim, para quem está deslocado, um apoio de cerca de 130 euros, valor insuficiente para quem se desloca para estudar nas grandes cidades.

Em Portugal, a oferta de residências para estudantes está bastante abaixo da média Europeia. Apenas cerca de 12% dos estudantes vivem em residências, contra 18% da média europeia e, muito aquém dos 20%/30% dos países nórdicos como a Dinamarca ou a Finlândia.

O Governo tem anunciado várias medidas de reforço da oferta de camas para estudantes do Ensino Superior, bem como a mobilização dos imóveis públicos devolutos. No entanto, estes anúncios não têm sido acompanhados de execução, mantendo-se todos os problemas até aqui identificados. Por exemplo, em outubro 2018 anunciou 2 000 camas para estudantes, tendo feito aprovar, em fevereiro de 2019, o Decreto-Lei n.º 30/2019. Consequentemente, anunciou um programa que permite, em teoria, disponibilizar 11 500 camas para estudantes até 2023 – para a sua concretização, seria necessário garantir uma média de 2 300 camas por ano. Além das recorrentes críticas ao programa, por estar assente em números poucos fidedignos, até ao momento, a única concretização que se consubstanciou foi um anúncio, em agosto de 2019, de cerca de 600 novas camas disponibilizadas para o ano letivo de 2019/2020, muito aquém dos valores expressivos esperados.

Assim, propomos como medidas essenciais:

- 1. A publicação de uma lista de todos os imóveis e terrenos devolutos e desocupados dos municípios e administração central;**
- 2. O lançamento de um Programa de Habitação Jovem com casas e quartos para estudantes. Partindo de imóveis ou terrenos dos municípios ou administração central, estes seriam vocacionados para arrendamento a estudantes e arrendamento jovem com rendas controladas, tendo em mente princípios de sustentabilidade dos edifícios e promovendo rendas acessíveis. Estes projetos poderiam ser desenvolvidos pelos municípios, com respeito pelos princípios da subsidiariedade e garantindo o apoio central aos projetos das autarquias, dotadas de um conhecimento próximo da realidade habitacional, ou cedidos em regime de concessão. Propõe-se que o investimento e a gestão operacional possa ser realizada em conjunto com privados ou mesmo com recurso a linhas de financiamento europeias.** As rendas cobradas serão necessariamente mais baixas, dado o reduzido investimento inicial em terrenos e infraestruturas, e os municípios – ao obter parte das receitas – terão a possibilidade de reinvestir em novos projetos;
- 3. A JSD continuará a defender o aumento do número de camas em residências estudantis em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas, uma das áreas em que o Governo do Partido Socialista mais tem falhado à nossa geração.**

## 1. QUERO SAIR DE CASA!

# DISPONIBILIZAÇÃO DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DO ESTADO PARA ARRENDAMENTO ACESSÍVEL. REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA PORTA 65 COM ELIMINAÇÃO DE RENDA MÁXIMA ADMITIDA E AJUSTE DOS VALORES DE RENDA-REFERÊNCIA AO CONCELHO.

Com a entrada da nossa geração no mercado de trabalho, esta ambiciona a sua emancipação. Nesta fase, deparamo-nos com rendas proibitivas face ao rendimento médio, bem como vários obstáculos, como a necessidade de adiantar rendas e cauções. Os jovens portugueses são dos europeus que mais tarde se autonomizam, permanecendo em casa dos pais em média até aos 29,2 anos, contra uma média de 26 anos a nível europeu.

O Programa Porta 65 é o programa nacional de apoio ao arrendamento jovem, através da atribuição de apoio financeiro para pagamento das rendas, entre 12 meses e 5 anos, até aos 35 anos. O orçamento deste programa é fixado no Orçamento do Estado, sendo os apoios atribuídos a candidatos com mais pontuação no conjunto de vários critérios de candidatura.

Este programa apresenta uma elevada taxa de rejeição de candidaturas (49,7% das candidaturas em 2019 ficaram sem apoio, ainda assim menos que os 65% de 2018) bem como, um desfasamento das rendas praticadas, com sua atualização, desde o início do programa, em apenas cerca de 12%, enquanto os preços de mercado das rendas subiram entre 30% a 100%<sup>42</sup>.

Apesar de em 2019 o Orçamento do Estado ter mantido o financiamento para o Porta 65, houve um alargamento da idade de candidatura dos 30 para os 35 anos e o período de apoio máximo de 3 para 5 anos, resultando com certeza num aumento dos candidatos rejeitados. Aliás, em 2017 já cerca de 70% das candidaturas que cumpriam os critérios ficavam sem apoio por falta de orçamento.

O apoio do programa Porta 65 está também sujeito a um teto máximo de renda, associada à tipologia do imóvel, publicado anualmente por município. Não é possível submeter a candidatura se o contrato de arrendamento não cumprir o critério do valor de renda para a tipologia em causa. Se por um lado, as rendas máximas admissíveis são iguais em todos os concelhos de cada região, o que não corresponde às assimetrias que se verificam em cada região; por outro lado, os limites de renda são comuns a diferentes tipologias de casas. Por exemplo, os T0 e os T1 têm o mesmo teto máximo. Esta agregação aumenta a dificuldade de o candidato encontrar casas elegíveis.

Assim, a JSD propõe, além da disponibilização de terrenos e edifícios do Estado para arrendamento acessível,

<sup>42</sup> - Observador, <https://observador.pt/2020/02/03/arrendamento-jovem-metade-das-candidaturas-ao-porta-65-chumbada-nos-ultimos-concursos/>



uma reestruturação do Programa Porta 65:

1. **Eliminar o conceito de renda máxima admitida a concurso, criando uma renda-referência**, isto é, um jovem que arrende acima do valor de renda-referência poderá candidatar-se ao subsídio, sendo que este incidiria apenas no máximo sobre o montante de referência. Mantém-se assim um forte incentivo à procura de uma habitação com renda abaixo do preço de mercado, não excluindo aqueles que, respeitando todos os restantes critérios, não consigam obedecer à renda máxima admitida e que, até agora, eram excluídos apenas por isso.
2. **Ajuste dos valores de renda-referência, aproximando-os dos preços praticados em cada concelho;**
3. **Tornar a atribuição do apoio mais simples, mediante apenas a submissão do Número de Identificação Fiscal do jovem.** Os modelos submetidos anualmente para apuramento do IRS contêm toda a informação necessária sobre idade, rendimentos, agregado familiar e valor de renda suportada, pelo que seria simples implementar um sistema de atribuição de benefício diretamente a todos os jovens.

### 3. QUERO CONSTRUIR O MEU PROJETO DE VIDA!

## ISENÇÃO DE IMT A JOVENS ATÉ AOS 35 ANOS QUE ADQUIRAM A SUA PRIMEIRA CASA PARA HABITAÇÃO PERMANENTE.

Numa fase em que a nossa geração começa a pensar no seu futuro e nos seus projetos pessoais, poderá ser a ambição de muitos a de arrendar ou adquirir uma casa maior. É essencial aplicar medidas de promoção da habitação jovem nesta fase, dado que a independência dos jovens trabalhadores e a sua capacidade futura de poupança e de investimento são cruciais para a construção das suas vidas. Não é possível atingir estes objetivos com uma prestação de casa ou uma renda asfixiantes.

Um jovem que se queira emancipar através da compra de um imóvel tem de ter não só uma disponibilidade financeira significativa para suportar pelo menos o valor não abrangido pelo crédito bancário (tipicamente 10% a 20% do valor de venda) como também disponibilidade financeira para pagar pesados impostos (IMT e Imposto de Selo, que podem chegar a quase 9% do valor de venda). Esta necessidade de disponibilidade financeira cria barreiras claras aos jovens que, em início de vida, não dispõem de uma poupança generosa ou de apoio familiar.

**Neste sentido defendemos o alívio da carga fiscal exigida aos jovens que desejem adquirir a sua primeira habitação, nomeadamente, isentar de IMT os jovens até aos 35 anos que adquiram a sua primeira casa para habitação permanente.** Entendemos que a isenção de IMT alivia a carga fiscal aos jovens, apoiando a sua emancipação e, se for essa a sua opção, a constituição de família, promovendo a igualdade de oportunidades no acesso a habitação e a redução de carga fiscal numa fase crítica da vida da geração 360º.



# EDUCAÇÃO

#ESTAMOSJUNTOS

## 1. *ESCOLA COMO ELEVADOR SOCIAL*

**UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA; INCLUSÃO DA COMPONENTE ARTÍSTICA COMO ÁREA-CHAVE; CONSTRUÇÃO DE UM PERCURSO EDUCATIVO PERSONALIZADO À IMAGEM DOS INTERESSES DOS ALUNOS.**

Não compactuando com um país no qual o local onde se nasce ou o rendimento mensal do agregado familiar possa determinar o futuro e a ambição de um jovem, a JSD defenderá a igualdade de oportunidades à partida. Todos os jovens devem ter acesso a escolas de qualidade com currículos adequados. A escola como pilar de justiça e elevador social.

Espera-se que após a conclusão da escolaridade obrigatória, qualquer aluno esteja dotado de competências transversais, transdisciplinares e assentes num consistente leque de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores. Nenhuma família deverá sentir o peso de que o seu contexto social – muitas vezes fruto de difíceis inevitabilidades – condiciona para sempre o futuro da criança que decidirem trazer ao mundo. **Cada contexto familiar é um mundo de singularidade com significado ímpar. As famílias devem orgulhar-se da sua história. A sociedade deverá poder orgulhar-se de proteger e promover a justiça social.**

Alguns passos têm sido dados, como a definição do novo currículo para o Ensino Secundário, com particular relevância na componente de Cidadania e Desenvolvimento e ainda, a promoção de um permanente diálogo com a comunidade educativa, usufruindo de uma maior flexibilidade na gestão curricular e, no caso específico do Ensino Secundário, “a possibilidade de adoção de um percurso formativo próprio através de permuta e substituição de disciplinas, no respeito pelas componentes específica e científica de cada curso”<sup>43</sup>.

Acreditamos, no entanto, que para a escola funcionar como verdadeiro elevador social e promotor de igualdade de oportunidades, muito ainda há por fazer, nomeadamente:

- **A universalização do acesso à creche e jardim de infância, dos 6 meses aos 5 anos**, com respostas sociais, públicas e privadas, tendencialmente gratuitas;
- **A inclusão da componente artística como área-chave para a aquisição e desenvolvimento de competências;**
- A possibilidade de **cada aluno construir um percurso educativo à imagem dos seus interesses**, independentemente do curso a que pertença.

Se é sabido que os primeiros anos de vida são fundamentais para o crescimento das crianças, possuindo um grande impacto no desenvolvimento futuro das suas capacidades cognitivas e de socialização, determinando em muito no que se definirá cada pessoa, a JSD defende a **universalização do acesso à creche e jardim de infância, dos 6 meses** - quando termina a licença parental - **aos 5 anos de idade**, com respostas sociais, públicas e privadas, tendencialmente gratuitas. Colocando o foco na igualdade de oportunidades, a creche ou o pré-escolar não pode ser para as elites, sobretudo quando a evidência nos diz que o estímulo intelectual nos primeiros anos de vida determina a capacidade intelectual da idade adulta.

Creemos que a escola deve ser centrada no aluno, nas suas características individuais enquanto jovem 360º, na sua aprendizagem e no seu desenvolvimento. Quando falamos de educação, falamos de formar indivíduos possuidores de uma sólida e consistente preparação social, cultural e intelectual; indivíduos que estabeleçam uma ponte entre a própria educação e a comunidade envolvente.

Por este motivo, para além da Cidadania e Desenvolvimento defendemos **uma aposta clara no ensino com base na vertente artística, sendo a arte um elemento fundamental ao desenvolvimento do ser humano**. Num primeiro plano, ao seu próprio desenvolvimento e estrutura, como indivíduo e pessoa, e num segundo plano, não menos importante, como cidadão pertencente a uma comunidade e a uma cultura. Ele é, em si, herdeiro de uma história e do que o rodeia, e esta irá “cobrar-lhe” a sua ação, o seu testemunho.

A **expressão dramática assume um papel preponderante**, como disciplina que procura a construção de projetos cooperativos, em que todos possam encontrar espaço para se expressarem. Procura trabalhar o individual no coletivo, criando condições de desenvolvimento da criatividade pessoal, com ritmos próprios, bem como diferentes estilos de participação. O saber estar com os outros, aprender a relacionar-se, a interpretar a realidade e a integrar-se nela, facilita a aquisição de competências tanto no desenvolvimento dos atos expressivos, como na descoberta do mundo, das pessoas e dos objetos (por exemplo, projeto Escola iNova 20@25)<sup>44</sup>.

<sup>43</sup> - Decreto-Lei n.º 55/2018, 6 de julho – Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens

<sup>44</sup> - Programa Escola iNova 20@25 Cascais



Com a ascensão da tecnologia, acreditamos que a **abertura ao processo artístico consiste em si a garantia da humanização da educação**, uma janela para o mundo, para um mundo colorido de oportunidades diversas, um incentivo à observação, à assimilação, à reflexão, ao pensamento crítico, à construção e desconstrução. **Cabe à escola, desde cedo, alimentar esse pensamento criativo e possibilidade de abertura à imaginação e criatividade.**

Por outro lado, se atentarmos exclusivamente ao ensino secundário, o atual quadro legislativo supracitado sendo positivo é pouco ambicioso, referindo-se apenas a permuta de disciplinas nos cursos científicos-humanísticos, e à substituição de disciplinas nos cursos artísticos especializados e Cursos Profissionais.

**Defendemos que a troca de disciplinas seja uma faculdade ao dispor de todos os cursos. Cada aluno da geração 360º que valoriza os percursos individualizados deve ser livre de optar em função dos seus interesses.** Defendemos por isso, com algumas salvaguardas (por exemplo, aprendizagens essenciais, matrizes curriculares-base, sobreposição de horário), que a oferta curricular deve ser do conhecimento do aluno quando ingressa no ensino secundário. As diferenças entre tirar um curso científico-humanístico na Escola A ou Escola B devem ser o mínimo possível, porém, um aluno pode optar pela Escola A ou Escola B em função do leque de disciplinas optativas que as diferencia, sendo essa escolha centrada no aluno e nos seus interesses. Consideramos que, deste modo, o aluno poderá usufruir de um **percurso personalizado, individualizado e que garante a aquisição das aprendizagens essenciais** (parte de um tronco comum circunscrito a um leque de disciplinas) e, cumulativamente, pode contar com outras disciplinas que o próprio aluno seleciona.

## 2. A VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR SERVE OS INTERESSES DO ALUNO

### REVISÃO DO MODELO DE CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES COM VISTA À DESCENTRALIZAÇÃO DO RECRUTAMENTO.



O principal interesse na valorização da carreira dos professores é o aluno. A sua motivação e dedicação aos alunos comprovam-se fundamentais num contexto de crescente digitalização, tecnologização, robotização, inteligência artificial e da necessidade pedagógica de adaptar as escolas aos desafios de um mundo em mudança e com desafios inesperados como o que vivemos com a COVID-19. O mundo exige aos professores um percurso constante de formação, adaptação e aprendizagem. Concomitantemente, o papel relevantíssimo dos nossos professores é acompanhado por um duplo fenómeno: **até 2030 mais de metade dos professores irão aposentar-se e a atratividade da profissão encontra-se a diminuir.**

Tendo por base um estudo do Conselho Nacional de Educação (CNE) referente à aposentação de professores sabe-se que cerca de 52 000 professores – num total de 90 000 – poderão reformar-se nos próximos 10 anos. Só no Pré-Escolar, os dados apontam para 73% de saídas por aposentação. Do mesmo estudo depreende-se que há uma diminuição da procura de cursos de mestrado nas áreas de formação para a docência. Associado a este fator, a realidade indica-nos também que hoje os melhores alunos não desejam ser professores.

Deste modo, o que podemos avizinhar para os próximos anos é **uma redução substancial do número de professores em funções, em virtude de um grande número de professores a aposentar-se e um reduzido número de profissionais a iniciar carreira.**

Assim sendo, consideramos que **a revisão do modelo de contratação de professores é urgente, tendo em vista a descentralização da decisão de recrutamento**, procurando convergir com os cenários que já se encontram estabelecidos pela Europa. Nesta perspetiva, a JSD defenderá:

- **Acompanhar as dinâmicas na procura e oferta de professores, planeando a médio-longo prazo as necessidades presentes e futuras;**
- **Orientar as promoções e a progressão salarial com a participação dos professores em atividades regulares de formação e desenvolvimento contínuo.** A valorização da profissão e do papel dos professores, com vista ao aumento da atratividade da carreira docente, deve nortear este esforço necessário para reforçar a formação;
- **Aposta num modelo de descentralização da decisão de recrutamento de professores** revendo o atual modelo centralista, cada vez mais ultrapassado. Um modelo reformista, que considere **o mérito e as competências dos professores, as necessidades dos projetos educativos, as características de cada município/região e a estabilidade do corpo docente**, procurando assim valorizar a carreira de professor e melhorar a aprendizagem das novas gerações.

### 3. UM ENSINO VERDADEIRAMENTE SUPERIOR

## REVISÃO DA FÓRMULA DE FINANCIAMENTO DE ENSINO SUPERIOR TENDO EM CONSIDERAÇÃO O DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. DEFINIÇÃO DA MISSÃO DO SUBSISTEMA UNIVERSITÁRIO E SUBSISTEMA POLITÉCNICO.

Atualmente, o **financiamento do Ensino Superior português encontra-se tripartido entre o Estado, as Instituições de Ensino Superior** e as famílias portuguesas sendo que, nos últimos anos, temos assistido a um claro aumento do peso das receitas próprias na vida das Instituições de Ensino Superior em resultado de um estrangulamento financeiro de algumas Instituições.

Este **subfinanciamento das Instituições de Ensino Superior** resulta de dois fatores. Por um lado, de uma desatualização estrutural face à realidade das Instituições que, conseqüentemente, torna a atual fórmula de financiamento do Ensino Superior inaplicável nos dias de hoje. Por outro lado, de um defraudar de expectativas relativamente às Instituições de Ensino Superior que não viram as suas receitas por via do Orçamento do Estado aumentadas apesar da redução da propina e das alterações nos rendimentos do corpo docente e não docente. Alterações que tiveram impacto na vida financeira das Instituições.

Assim, o Ensino Superior português, a **par do seu problema estrutural de difícil distinção entre politécnico e universitário, tem tido problemas de financiamento**. É, por isso, importante encontrar o equilíbrio entre a **responsabilidade financeira tão desejada numa economia de recursos escassos e a inclusão de todos aqueles que queiram fazer parte do Ensino Superior sendo certo que, nesta perspetiva, o sistema de ação social é um pilar fundamental**. De forma a contornar esta dificuldade de financiamento das Instituições de Ensino Superior, propomos:

- **Revisão da fórmula de financiamento de Ensino Superior** possibilitando a consagração do desempenho das Instituições de Ensino Superior como fator diferenciador, **com critérios específicos de indicadores de eficiência**, não tendo, assim, o fator histórico como critério único de financiamento;
- Introdução da **possibilidade das universidades estarem aptas a adquirir e gerir património científico, cultural e de interesse público**;
- Permitir que os **ex-alunos possam doar**, automaticamente ou pontualmente, **parcelas do seu vencimento à sua instituição de saída** ou onde tenham feito parte do seu **percurso formativo**;
- Tornar as **receitas de patentes, centros de investigação ou protótipos isentas de contribuição**, retendo mais capital financeiro nas universidades;

- **Definir claramente**, através da revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, **a missão do Subsistema Universitário e Subsistema Politécnico**;
- Elaborar **listas de oferta formativa para cada um dos dois subsistemas**, não obstante verificarem-se cursos que se enquadrem nos dois subsistemas.

## 4. ESCOLA DO SÉCULO XXI

### REFORÇO DA APRENDIZAGEM, COMODIDADE E INTERAÇÃO ENTRE CONTEÚDOS, PROFESSORES E ALUNOS, ATRAVÉS DE UMA ABORDAGEM RESPONSÁVEL À TECNOLOGIA.



Torna-se cada vez mais consensual que **a educação contemporânea necessita de uma reestruturação que dê resposta quer aos desafios dos jovens da geração 360º, quer ao mundo onde esta geração vive**. Comprovou-se essa necessidade, perante a inesperada pandemia do coronavírus. A plateia física foi substituída pelas câmaras e assim ressurgiu a telescola. **Com a emergência brusca desta nova forma de ensinar e de aprender, introduziram-se mudanças há muito ansiadas, mas criou novas desigualdades**.

O debate sobre a digitalização da escola deixou de se centrar apenas na “tecnologização” da sala de aula. As questões que emergem são: será que trazer *tablets* para dentro da escola é trazer verdadeiramente a tecnologia para a sala de aula? Terá a escola os seus limites nas suas 4 paredes?

As salas de aula de há dois séculos são exatamente iguais às salas de aula de hoje. Num modelo de um professor diante de 30 alunos. **O mundo, no entanto, mudou significativamente. Acelerou e digitalizou-se. Tornou-se mais criativo.** A educação, como pilar basilar da sociedade, exige essa mesma digitalização e criatividade.

A sala de aula é o “laboratório” do amanhã, do qual vão resultar os adultos do futuro. **Falar de tecnologia deve ser muito mais do que falar apenas de instrumentos.** Abordar a escola do futuro tem de significar formas de potencializar a aprendizagem, a comodidade e melhoria na interação entre conteúdos, professores e alunos. Tem de significar uma **abordagem responsável perante a tecnologia**, já que a tecnologia, na ausência de orientações específicas, pode diminuir a qualidade da aprendizagem<sup>45</sup>. Porém, também é sabido que escolas que integram tecnologia na sala de aula de forma planeada e não arbitrária, com objetivos a alcançar, tendem a ter mais sucesso na sua implementação<sup>46</sup>.

Assim, defendemos:

- Promover a **inclusão de tecnologia como auxiliar do trabalho dos alunos e professor**, não os substituindo ou diminuindo a sua exigência;
- Salas de aula com acesso a **serviços em cloud** para partilha de materiais de trabalho, recursos didáticos e trabalho *online*;
- Dotar as escolas de meios para possibilitar a **oferta de aulas em videoconferência**, nomeadamente, para alunos impossibilitados de estar excecionalmente em contexto presencial (p. ex., motivos de saúde, ausência por motivos familiares), garantindo o acesso a todos os alunos aos meios necessários;
- **Reformular as componentes de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)** de forma a que seja incluída na componente programática conteúdos de Programação (p. ex., código) e de Segurança e Privacidade online;
- **Promover a partilha de recursos educativos interagrupamentos a nível nacional**, para facilitar o acesso a fontes fidedignas de informação que potencializam a aprendizagem e reduzam assimetrias entre regiões;
- Revisão dos currículos académicos para que incluam **o ensino de programação desde o 1º ciclo de estudos e introdução à inteligência artificial.**

<sup>45</sup> - Wood, E., Mirza, A. & Shaw, L. (2018). Using technology to promote classroom instruction: assessing incidences of on-task and off-task multitasking and learning. *Journal of Computing in Higher Education*, 30, 553–571.

<sup>46</sup> - Baylor, A. & Ritchie, D. (2002). What factors facilitate teacher skill, teacher morale, and perceived student learning in technology-using classrooms? *Computers & Education*, 39, 395–414. [https://doi.org/10.1016/S0360-1315\(02\)00075-1](https://doi.org/10.1016/S0360-1315(02)00075-1)

## 5. AS COMPETÊNCIAS PARA ALÉM DO CONHECIMENTO

### REFORMULAÇÃO PROGRAMÁTICA DO ENSINO RECORRENTE COM A APOSTA NOS *PROJECT BASED LEARNING*, FOCADOS NA AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS, SEM DESCURAR A AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO.

Em Portugal, o ensino recorrente é uma opção formativa que permite obter uma certificação equivalente, de acordo com a lei portuguesa, à que é obtida nos percursos de regime geral, sendo uma via de acesso à educação para todas as pessoas que não usufruíram ou não completaram a escolaridade na idade própria, destinando-se a jovens com idade igual ou superior a 15 anos e a adultos. <sup>47 48 49 50</sup>

Em 2018 esta modalidade de ensino representava cerca de 8% do total de alunos dos ensinos básico e secundário inscritos neste tipo de ensino. Apesar disso, segundo a União Europeia (UE), face ao insucesso acumulado dos alunos portugueses ao longo do 1º, 2º e 3º ciclos, **Portugal acaba por ser o segundo país da UE, logo a seguir à Polónia, em que os jovens concluem mais tarde o 12º ano.** <sup>51 52</sup>

A geração 360º tem interesse pela participação no processo criativo <sup>53 54</sup>, valoriza a expressão individual <sup>55</sup>, e responde a incentivos como a incorporação da aprendizagem intrapessoal nos trabalhos de grupo <sup>56</sup>. Assim, **acredita-se que é fulcral que os programas educativos se adaptem ao perfil e ao interesse dos alunos, oferecendo abordagens que sejam simultaneamente criativas e dinâmicas, focadas na aquisição de competências nunca descurando, no entanto, a aquisição do conhecimento.** É exemplo disso a aprendizagem por projetos, ou *project based learning*, em que a sala de aula é transformada, recorrendo-se a tecnologia e projetos de aprendizagem que fomentam a integração do conhecimento com soluções palpáveis e concretas <sup>57 58</sup>. No entanto, importa realçar que este modelo de organização é tão ou mais benéfico quanto a capacidade dos alunos de pensarem sobre

47 - Decreto-Lei n.º 42/2012, de 22 de fevereiro: [https://dre.pt/pesquisa/-/search/542849/details/maximized?print\\_preview=print-preview&perPage=100&q=Lei+n.º-C2%BA%2010%2F97](https://dre.pt/pesquisa/-/search/542849/details/maximized?print_preview=print-preview&perPage=100&q=Lei+n.º-C2%BA%2010%2F97)

48 - Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho: <https://dre.pt/home/-/dre/178548/details/maximized>

49 - Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/179057/details/maximized>

50 - Portaria n.º 242/2012, de 10 de agosto: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/175165/details/maximized>

51 - <https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+b%3a1sico+total+e+por+modalidade+de+ensino-1039>

52 - <https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+secund%3a1rio+total+e+por+modalidade+de+ensino-1042>

53 - V, Tom. et al. Taregeting Millennials in Beauty Innovation. 2017. Global Data.

54 - S, Ronan. Millennials and the Future of Customization. 2017. Global Data.

55 - rue Gen: Generation Z and its implications for companies. 2018. McKinsey&Company

56 - S, Corey, et al. Generation Z Educating and Engaging the Next Generation of Students. 2017. Wiley Digital Archives.

57 - Solomon, G. (2003). Project-based learning: A primer. TECHNOLOGY AND LEARNING-DAYTON-, 23(6), 20-20.

58 - lumenfeld, P. C., Soloway, E., Marx, R. W., Krajcik, J. S., Guzdial, M., & Palincsar, A. (1991). Motivating project-based learning: Sustaining the doing, supporting the learning. Educational psychologist, 26(3-4), 369-398.

a sua própria aprendizagem<sup>59 60</sup>. Isto é, importa que sejam asseguradas disciplinas promotoras do raciocínio e reflexão como a filosofia e outras áreas “clássicas” como o português e a matemática.

O **ensino baseado em projetos** já existe em alguns projetos-piloto em Portugal e com resultados inspiradores. A título de exemplo, o projeto “Robot Ajuda!”, da Escola Secundária Arco-Íris, em Moscavide e Portela, ficou entre os vencedores do prémio proposto pela Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação 2018 (WSIS Prizes 2018). A aventura educativa de transformar a metodologia de ensino, levando robots como material pedagógico para dentro da sala de aula, permite despertar nos alunos o interesse em disciplinas como a matemática, a física, a química e a programação, funcionando como catalisador do estudo interdisciplinar. Inúmeros estudos comprovam que o ensino por projetos, com introdução de ferramentas tecnológicas, resulta em maior aquisição de conhecimento bem como maior motivação por parte dos alunos.

A JSD defenderá uma **reformulação programática do ensino recorrente no 3º ciclo** implementando-a com respeito pelas realidades sociais locais, em escolas-piloto, com professores que tenham acesso a formação, preparando-os para um trabalho eficaz e atualizado<sup>61</sup>. Afinal, não existe educação sem professores. **Defendemos uma reformulação programática que seja adaptada aos interesses dos jovens de hoje, à medida dos seus sonhos e ambições e que, ao manter a exigência da avaliação do processo de ensino** - com exames teóricos e práticos, em que possa ser testada a real aquisição de conhecimento - **crie metodologias para que esta aquisição de conhecimento seja mais eficaz.**

## 6. A CIÊNCIA COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO

### EQUIPARAÇÃO DAS BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO A CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO A TERMO COMO INVESTIMENTO NO *BRAIN GAIN* NACIONAL.

Desde o início do século que, **em Portugal, se tem registado uma tendência crescente na frequência de Mestrados e Doutoramentos**. Se no ano 2000 as instituições de ensino superior registaram somente 2 955 alunos em Doutoramento, em 2019 alcançou-se os 21 090 alunos<sup>62</sup>. Apesar disso, segundo a OCDE, **Portugal ainda regista uma baixa percentagem de pessoas com doutoramento concluído**, quando comparada com países como a Alemanha, Suíça ou o Reino Unido, países onde os doutorados estão também concentrados em atividades de investigação ou docência ao invés de estarem nas empresas.

Se a geração 360<sup>º</sup> aposta cada vez mais na sua formação e qualificação, importa que este se torne um tema de

59 - Mills, J. E., & Treagust, D. F. (2003). Engineering education—Is problem-based or project-based learning the answer. *Australasian journal of engineering education*, 3(2), 2-16.

60 - Bell, S. (2010). Project-based learning for the 21st century: Skills for the future. *The clearing house*, 83(2), 39-43.

61 - Tamim, S. R., & Grant, M. M. (2013). Definitions and uses: Case study of teachers implementing project-based learning. *Interdisciplinary Journal of problem-based learning*, 7(2), 3

62 - <https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+n%c3%advel+de+forma%c3%a7%c3%a3o-1023>





reflexão. Os números da OCDE falam por si: **o sector privado em Portugal absorve apenas 4% dos doutorados**. A consequência é lógica e sustentada pelos dados da OCDE, revelando um **aumento de pós-doutorados em situação laboral precária, sem contratos de trabalho e com perspectivas limitadas de ingresso na carreira académica**. Há cada vez mais jovens mais qualificados e com menos condições de trabalho.

Em Portugal, a **Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)** é a principal entidade sobre a dependência do Governo que subsidia a ciência, concedendo bolsas de doutoramento para investigação. Contudo, **o número de bolsas atribuídas por esta instituição não tem acompanhado o ritmo de crescimento do número de alunos**. O número de bolsas em execução teve o seu pico máximo no ano de 2011, com 8 676 bolsas; desde então o número tem vindo a reduzir, tendo chegado aos 4 817 no ano de 2017, apesar da propaganda socialista<sup>63</sup>.

**Não obstante o número de bolsas ser insuficiente, acresce a isso que a atribuição das mesmas é feita de forma ineficaz**. Segundo a OCDE, **o financiamento de bolsas de doutoramento pela FCT não é direcionado nem para as áreas de investigação identificadas como prioritárias nem para as áreas em que há maior necessidade de ter quadros qualificados**. Recentemente, Portugal foi confrontado com uma realidade assustadora: apenas 8,26% dos candidatos conseguiram o prometido e tão esperado contrato de trabalho científico (300 dos 3 631 candidatos)<sup>64</sup>.

**Num contexto marcadamente europeu, coloca-se a questão: não fará sentido encararmos os investigadores doutorandos como uma oportunidade de *brain gain* para Portugal?** De facto, se considerarmos que a ciência é feita, obviamente, por investigadores individuais e pessoas integradas num contexto social, importa olhar a questão do emprego científico do ponto de vista das oportunidades com condições de trabalho adequadas e segurança laboral<sup>65 66</sup>.

<sup>63</sup> - <https://www.pordata.pt/Portugal/Bolsas+de+doutoramento+concedidas+aprovadas+e+em+execu%c3%a7%c3%a3o+%e2%80%93+FCT-351>

<sup>64</sup> - <https://www.publico.pt/2019/11/28/p3/cronica/concurso-emprego-cientifico-2018-1895434>

<sup>65</sup> - Ackers, L. (2005). Promoting scientific mobility and balanced growth in the European research area. *Innovation*, 18(3), 301-317.

<sup>66</sup> - Heitor, M., Horta, H., & Mendonça, J. (2014). Developing human capital and research capacity: Science policies promoting brain gain. *Technological Forecasting and Social Change*, 82, 6-22.

Nesta sequência, face ao exposto acima, defendemos:

- Permitir que **as bolsas de investigação possam ser equiparadas a um contrato individual de trabalho a termo**, eventualmente de renovação automática, com obrigatoriedade de contribuições para a Segurança Social e com os mesmos direitos desse regime de contrato (p. ex. direito a férias, subsídio de férias, direito a baixa médica e licenças);
- **Rever a periodicidade do concurso de bolsas de investigação**, de modo a que um projeto de investigação ao qual já tenha sido atribuída uma verba, não esteja sujeito a novo concurso, excetuando os casos em que haja alteração do objetivo ou metodologia. Por forma a salvaguardar a monitorização e avaliação do projeto, a FCT procede à avaliação da execução do projeto através de relatórios anuais elaborados para o efeito;
- **Criação de mais parcerias entre o Estado, via FCT, e empresas** voltadas para Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Inteligência Artificial, Educação e Saúde, visando a integração dos investigadores doutorados nas suas equipas;
- Promover, nas Universidades, a **introdução da componente letiva orientada para o desenvolvimento de competências de comunicação científica** bem como de preparação, revisão e publicação científica;
- Incentivar a **autonomia das Universidades no que concerne aos seus centros de investigação**, nomeadamente, ao nível do recrutamento de novos investigadores.

## 7. TU ÉS ESPECIAL

### ACESSO AUTOMÁTICO AO ESTATUTO DE ALUNO COM NEE AQUANDO DO INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR POR VIA DO CONTINGENTE DAS NECESSIDADES ESPECIAIS.

A escola deve ter um papel inclusivo, garantindo que todos os alunos sem exceção aprendam. Ao mesmo tempo deve ser o motor da realização dos seus sonhos. **Se defendemos uma inclusão no meio escolar, então devemos valorizar a diferença e não encará-la como um problema.** A escola do futuro deve ser um espaço com recursos e meios para todos os alunos, incluindo os alunos com limitações e necessidades educativas especiais (NEE).

**Em 2008 foi publicado um Decreto-Lei que visava a integração de várias medidas para os alunos com NEE**, na medida em que estudantes com dislexia, disortografia, discalculia, déficit de atenção, entre outros diagnósticos, passavam a beneficiar de medidas ajustadas aos seus problemas. Mais tempo na realização dos testes, despenalização do erro, testes adaptados, leitura de prova, apoio personalizado com os próprios professores, redução do número de alunos por turma, valorização das perguntas mais assertivas, entre muitas outras.



As muralhas e os muros que vão crescendo durante todo o percurso escolar são muitos. Com o novo Decreto-Lei 54/2018, que prometia promover a inclusão na escola, os alunos com NEE viram os seus direitos comprometidos e suportados por normas ineficientes. **O decreto-lei gera muitas dúvidas na comunidade educativa**, nomeadamente a professores de ensino especial, não deixando explícitos quais os alunos abrangidos e quais as medidas que devem ser tomadas.

**Devemos garantir que os jovens não perdem os seus direitos ao mudarem de escola ou na transição de ciclos. O mesmo acontece na transição para o ensino superior**, em que existe falta de informação sobre o contingente especial para candidatos ao superior com deficiência.

Para alcançar a igualdade de oportunidades, a **JSD defenderá**:

- **O acesso automático ao estatuto do Estudante com NEE aquando do ingresso no Ensino Superior por via do contingente das necessidades especiais;**
- **A revisão do Decreto-Lei 54/2018 de modo a clarificar os apoios e o acompanhamento especializado aos Estudantes com NEE;**
- **A adaptação das instalações desportivas universitárias de forma a adaptá-las a alunos com NEE;**
- **O reforço dos Serviços de Apoio nas Instituições de Ensino Superior com técnicos de apoio especializado, capazes de prestar o apoio necessário aos estudantes com NEE.**



# CULTURA

#ESTAMOSJUNTOS

## PROMOÇÃO DA TOLERÂNCIA E VALORIZAÇÃO DO RESPEITO PELA DIFERENÇA.

Em Portugal, a cultura tem ocupado um plano secundário da nossa realidade política e social, com subfinanciamento crónico, contribuindo em grande parte para a precariedade da cultura em Portugal. **Não obstante as dificuldades e obstáculos que enfrenta, a cultura em Portugal tem resistido e crescido, oferecendo e representando para o País uma enorme riqueza imaterial.**

**Estudos recentes comprovam os inúmeros benefícios que a participação cultural acrescenta não só à pessoa humana, mas também à vida em sociedade<sup>67</sup>. Estes benefícios verificam-se ainda mais fortemente no que toca à geração 360º e à sua relação com a cultura.** Uma vez que esta geração dedica-se com grande profundidade ao desenvolvimento da sua personalidade. Enquanto meio de expressão livre, promove a construção da identidade pessoal, alimenta o pensamento crítico e fortalece a autoestima, tantas vezes minorizada. A nível social, a participação cultural contribui para a aproximação entre pessoas, povos e experiências. A cultura tem de estar na agenda.

Esta realidade é fortemente sentida pela geração 360º, composta por cidadãos do mundo, que têm contacto com diferentes pessoas e culturas de uma forma nunca vista. **80,8% dos jovens portugueses dizem ter amigos de outras nacionalidades, 68,5% revelam curiosidade em relação a outras culturas e 92% são a favor da igualdade de oportunidades para todos os que residem em solo nacional.** De realçar que 86,7% dos adolescentes inquiridos consideram que os imigrantes residentes em Portugal devem poder manter os seus costumes e estilos de vida, e 86% defendem a diversidade linguística<sup>68</sup>. A proximidade digital e os novos meios de mobilidade aproximaram

<sup>67</sup> - CULTURAL PARTICIPATION AND INCLUSIVE SOCIETIES, A thematic report based on the Indicator Framework on Culture and Democracy, December 2016

<sup>68</sup> - Matos, M. et al. A SAÚDE DOS ADOLESCENTES PORTUGUESES APÓS A RECESSÃO. Health Behaviour in School - Aged Children. Aventura Social. 2018. [http://aventurasocial.com/publicacoes/publicacao\\_1545534554.pdf](http://aventurasocial.com/publicacoes/publicacao_1545534554.pdf)

realidades que não se conheciam. Perante este novo contacto, a postura pode ser tanto de segregação, isolamento e nacionalismo, como de abertura, interesse e diálogo. Pelo mundo fora, observa-se tanto um, como o outro. A JSD defende a tolerância e a valorização do respeito pela diferença.

**Através do reconhecimento da riqueza presente nas diferentes formas e experiências artísticas, tem-se a oportunidade de desenvolver sentimentos de tolerância, respeito e apreço pela diversidade.** Acreditamos que desta forma constroem-se **sociedades verdadeiramente democráticas e inclusivas, em que todos têm voz e lugar.** Mas não é tudo. Paralelamente, **a participação cultural alimenta também um sentimento de comunidade e pertença,** pois ao tomar conhecimento de uma experiência e legado comuns, de uma história e raiz comum, promove-se a coesão social e combate-se o isolamento, enfrentando tendências segregacionistas. **A participação cultural contribui também para o compromisso cívico e participação política.** Não faltam boas razões para investir na Cultura, através de dinheiro, mas também atenção, tempo e participação.

## 1. A VALORIZAÇÃO DA EXPRESSÃO ARTÍSTICA

### CRIAÇÃO DO ESTATUTO ARTISTA-ESTUDANTE.

Em Portugal, das sete escolas de ensino artístico existentes — onde, além do currículo regular, os alunos têm formação musical ou, em alguns casos, dança — seis estavam no top 50 das médias mais altas nos exames nacionais do 9º ano em 2018. Porém, muitos dos alunos destas escolas, após terminarem o ensino básico, escolheram ser transferidos para o ensino regular. A decisão é tomada pelos seus pais que, ao observarem os elevados resultados escolares dos seus filhos, optam por esta mudança de forma a facilitar a entrada dos filhos no ensino superior, nomeadamente nos cursos que exigem médias mais elevadas. Por exemplo, no Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga, apenas 8 dos cerca de 50 alunos transitaram para o 10º ano, no ano 2017/2018<sup>69</sup>.

Esta realidade representa um enorme fator de empobrecimento musical, cultural e económico para o nosso país. **As regras de acesso ao Ensino Superior, ao basearem-se em resultados académicos matematicamente calculados, constroem os alunos portugueses de desenvolver e investir noutras áreas de profundo enriquecimento pessoal e cultural, como é o caso da música.** Os alunos vêem-se obrigados a abandonar o estudo da música de forma a não comprometer o seu ingresso no ensino superior e, com isso, são forçados a abandonar uma paixão, um possível projeto de vida.

Para além do devastador efeito que acarreta sobre o panorama cultural português, verifica-se também um empobrecimento ao nível da economia portuguesa. **Os alunos que estudam música no âmbito dos cursos de ensino artístico especializado desenvolvem competências que são extremamente benéficas para as outras aprendizagens,** nomeadamente, ferramentas de aprendizagem, de concentração, método de trabalho e resistência à pressão, muito úteis para qualquer área de trabalho.

69 - <https://expresso.pt/sociedade/2019-02-16-Estudantes-de--musica-brilham-em-todas-as-notas>



Não é coincidência que, em 2018, a melhor classificação nos exames nacionais do 9º ano, de entre todas as escolas públicas do país, tenha sido obtido pelo Conservatório Gulbenkian de Braga. **É por isso do maior interesse para Portugal que mais jovens desenvolvam estas capacidades, de forma a enriquecer e melhorar o mercado de trabalho português.**

Conjugar o interesse pela música, pela dança e pelas diferentes expressões da arte, com outras áreas de interesse tais como a medicina ou a engenharia, pode parecer estranho às gerações mais antigas. Porém, esta é uma tendência muito benéfica da geração 360º\*.

**Defendemos por isso a criação de um estatuto artista-estudante, semelhante ao estatuto de atleta de alta competição<sup>70</sup>.** Pretende-se permitir que os alunos que frequentam escolas de ensino artístico possam conciliar o estudo da música ou dança com os seus estudos académicos regulares, sem serem prejudicados relativamente aos seus pares, nomeadamente no momento de acesso ao ensino superior. Assim, promove-se simultaneamente a excelência académica presente nas escolas de ensino artístico musical, e a aprendizagem musical e artística, que muito enriquece a cultura portuguesa.

## 2. PORTUGAL NO MEU ADN

### ATRIBUIÇÃO DE PASSES INTRA-RAIL PARA TODOS OS JOVENS QUE CELEBREM 18 ANOS.

A nível europeu, o recente programa lançado pela UE, *DiscoverEU*, oferece anualmente cerca de 50 000 passes de comboio *interrail* a jovens de 18 anos, dando-lhes assim a possibilidade de viajarem pelo continente europeu. Esta iniciativa, aliada ao programa Erasmus+, que em 2017 envolveu mais de 20 000 jovens portugueses, proporciona o conhecimento mútuo dos diferentes povos europeus, das suas culturas e tradições.



70 - Decreto-Lei n.º 55/2019 de 24 de abril

Esta situação conduz-nos à caricata situação em que alguns jovens, nascidos e criados em certas zonas do país, acabam por ter a oportunidade de viajar ou viver noutra parte europeia, sem nunca terem viajado pelo próprio país. Tendo em conta a riqueza cultural e natural do nosso país, devemos contrariar esta tendência: **os jovens devem conhecer a Europa, mas devem também conhecer o seu país, Portugal.** Neste sentido, é de saudar a medida recentemente anunciada pelo Ministério da Cultura, que permite aos jovens de 18 anos ingressar em qualquer museu, teatro ou palácio que se encontre sob a tutela do Ministério da Cultura de forma gratuita, durante o ano em que atingem a maioridade<sup>71</sup>. Esta medida, que resultou do Orçamento Participativo Portugal 2017, é adequada à valorização cultural em Portugal. No entanto, não é suficiente. De que serve a um jovem de 18 anos poder ingressar em qualquer museu se, no local onde habita, existem apenas um ou dois? De que serve ter entrada gratuita quando não tem meios para chegar às entradas? **O custo de uma viagem de intra-rail, isto é, uma viagem de uma semana de comboio por Portugal continental, é muito elevado, 146 euros, sendo que o desconto de jovem representa apenas uma diminuição de 13% do preço, para 127 euros.** Por este valor, atualmente, são muitas as viagens aéreas internacionais de ida e volta que podem ser feitas pela Europa. Com alguma ginástica financeira, típica dos jovens, é até possível adquirir não só os bilhetes de avião, como toda a despesa decorrente da viagem por este custo. Logo, não existe qualquer motivação para, enquanto jovens, viajarmos pelo nosso próprio país e conhecermos o seu património cultural. E é urgente mudar isso.

Propomos, à semelhança do Programa *DiscoverEU*, **a atribuição de passes de Intra-Rail por Portugal, aberto a todos os jovens que celebrarem 18 anos no ano do concurso.** Através deste programa, os jovens portugueses terão a possibilidade de viajarem por todo o país, do litoral ao interior, do campo à cidade, do norte ao sul, descobrindo assim o rico património cultural português, as paisagens deslumbrantes do território continental, a história específica de cada região e o legado comum que todos partilhamos. Desta forma, estimula-se a economia local de zonas despovoadas, promove-se o conhecimento sobre a própria história e país, desenvolve-se a identidade e pertença a uma comunidade social e política, e fortalece-se o compromisso cívico dos jovens portugueses.

### 3. NA CULTURA RESIDE A ALMA DO POVO

## REALIZAÇÃO DE CENSO CULTURAL. ESTATUTO ESPECIAL PARA OS TRABALHADORES DA CULTURA.

**O sector cultural em Portugal carece de um sistema de proteção efetiva dos seus trabalhadores.** Para que seja possível ao Estado intervir de forma adequada, evitando que se aplique dinheiro público desnecessariamente e deixando negligenciadas as verdadeiras carências do sector, é urgente uma correta perceção deste meio.

**Qualquer estratégia a adotar terá de partir de informações completas, atuais e detalhadas.** Por isso, propomos **a realização de um censo cultural**, de modo a conhecer integralmente os agentes deste meio – consumidores, trabalhadores e entidades patronais – os meios e condições de que dispõem e as necessidades que têm.

<sup>71</sup> - <https://observador.pt/2020/03/04/jovens-com-18-anos-passam-a-ter-acesso-gratuito-a-cultura-a-partir-de-abril/>



Compreendendo a singularidade de condições dos agentes deste meio, que na generalidade das situações trabalham a recibos verdes, propomos a **criação de um estatuto especial para os profissionais desta área que reconheça a intermitência inerente à atividade**. Apesar de a Lei n.º 4/2008, de 27 de fevereiro, ter introduzido um regime de proteção do trabalhador, este tem um alcance limitado. Assim, os **beneficiários deste estatuto beneficiariam de acesso a proteção social e tutela em casos de desemprego, doença, maternidade ou invalidez, gozando igualmente da adaptação do regime de reforma a profissionais com uma carreira contributiva irregular, devido à natureza intermitente inerente às suas funções**.

## 4. MAIS CULTURA

**DESCONTO DE 50%, ATÉ AOS 30 ANOS, EM QUALQUER MUSEU OU PALÁCIO. PROJETO CULTURA DIGITAL. DIVULGAÇÃO DE PROGRAMAS CULTURAIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.**

Apesar de Portugal ter um dos mais ricos patrimónios culturais do mundo, apresenta uma das mais baixas taxas de participação cultural da Europa <sup>72</sup>. O acesso aos museus nacionais é caro para os jovens e, apesar de existirem programas de apoio aos jovens, são muito pouco divulgados e conhecidos. A título de exemplo, os programas já existentes de *Grupos de Amigos dos Museus e Monumentos da Direção Geral do Património Cultural (DGPC)* são de adesão gratuita para todos os jovens até aos 25 anos, e permitem a entrada gratuita em todos os Museus e Palácios dependentes da DGPC, ou seja, mais de vinte museus nacionais, espalhados por todo o território, desde o Porto e Lisboa, a Mafra, Coimbra, Tomar, Alcobaça e Viseu. Porém, **programas como este têm muito pouca divulgação e consequente adesão**, naturalmente contribuindo para a redução da participação cultural por parte dos jovens.



Na medida em que a oferta cultural em Portugal é rica e única no mundo, devemos trabalhar para que se torne acessível para os jovens portugueses. Nesse sentido, propomos:

- **Desconto de 50% para todos os jovens até aos 30 anos, em qualquer museu ou palácio de gestão pública ou privada;**
- Lançamento do **Projeto Cultura Digital** - Concurso anual de soluções de divulgação da cultura portuguesa via soluções tecnológicas inovadoras;
- **Divulgação de programas** semelhantes ao *Grupos de Amigos dos Museus e Monumentos da DGPC*, junto das **instituições dos Ensinos Secundário e Superior**, desenvolvendo parcerias e aproximando realidades.

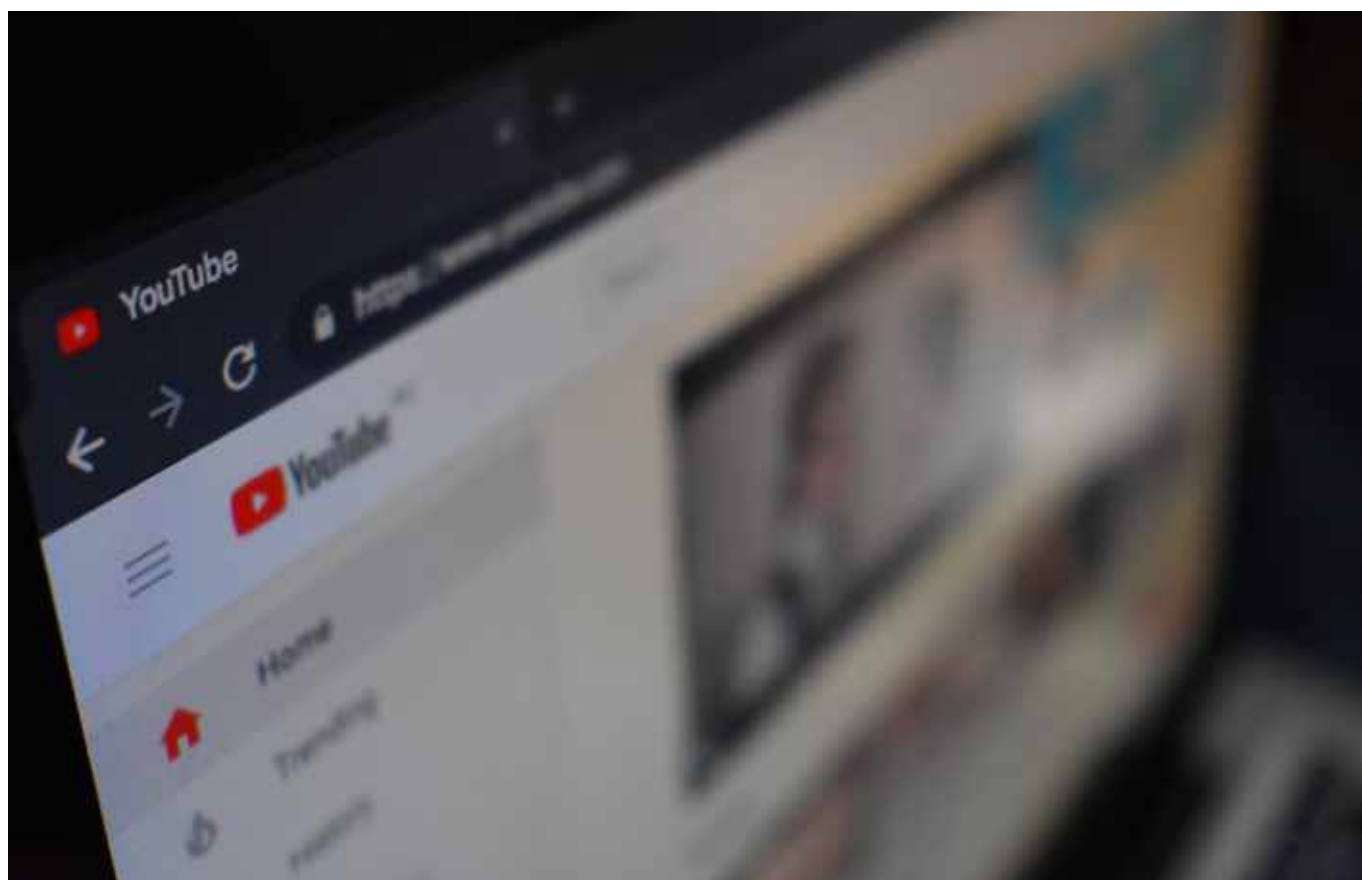
## 5. DIREITOS DE AUTOR NUM TEMPO EM QUE TU ÉS AUTOR

### TRANSPOSIÇÃO DO ARTIGO 13º PARA PORTUGAL COM ATENÇÃO AO INTERESSE DOS JOVENS ARTISTAS POR FORMA A MINIMIZAR BARREIRAS.

A cultura, o conhecimento e o saber são um convívio diário, e os programas a dois, a três, com a família, com o grupo de amigos, assim o exigem. Para que os conteúdos disponíveis tenham garantida a máxima consistência e autenticidade, a regulamentação torna-se um princípio.

Ao abrigo do Código do Direito de Autor, artigo n.º 9, “o autor goza de direitos morais sobre a sua obra”, pelo que qualquer conteúdo que seja utilizado para proveito de outrem, sem a devida fonte enunciada, vai contra os princípios jurídicos fundamentais, protegendo os criadores dos projetos. Para que a marca seja distintiva e irreverente, diretivas comunitárias, como é exemplo **do famoso artigo 13 do regulamento sobre o *copyright* da União Europeia pretendem regular mais estritamente os conteúdos partilhados e difundidos nas plataformas, potenciando o bom uso destes.**

Numa era mainstream, em que a difusão de informação não arrasta padrões de desigualdade, a diretiva da União Europeia, regida pelo artigo 13, **implementa constrangimentos a grandes plataformas tecnológicas, como o YouTube, Facebook, Instagram e Twitter**, condenando-os ao estabelecimento de acordos de licenciamento e de autorização dos autores para usarem trabalhos protegidos por direitos de terceiros, condicionando a exposição de conteúdos por parte destas plataformas. Os grandes *publishers* acabariam por sair beneficiados, ao invés dos pequenos *publishers*. Além disso, o facto de estas plataformas serem portadoras de filtros antes da divulgação de conteúdo, constitui um entrave a estes novos artistas, que muitas vezes fazem o seu trabalho com base na reformulação de conteúdos virais adaptados a contextos específicos e de acordo com a atualidade.



**Os jovens portugueses, como fruto da geração 360º, inquietam-se com o entrave atual à sua emancipação na cultura e nos saberes.** A intervenção do Estado português em matéria de cultura é reconhecidamente insuficiente. Os incentivos que oferece aos jovens artistas são poucos, e a auscultação dos problemas e dos entraves ao desenvolvimento dos seus projetos é também insuficiente. Os filtros rígidos - que condicionam a difusão das suas criações -, a falta de remuneração do uso dos conteúdos destes pelas plataformas, bem como os entraves à criação secundarizada feita a partir de informação primária, não favorecem os jovens. Constituem elementos que **intensificam a precariedade destes trabalhadores, contrariando o manifesto da liberdade da originalidade e da vontade.**

**Conhecemos o regime de trabalho destes trabalhadores,** que oscila entre, sem termo, a termo, ou sem termo definido, muitas vezes agarrados à insustentabilidade dos recibos verdes. **A JSD defende ser fundamental que a transposição desta diretiva pelo Estado português não só tenha em atenção os interesses dos jovens artistas, para que estes consigam crescer e alcançar o seu estatuto de forma independente, como também minimizar os impactos das barreiras que lhes são colocadas a estes pelas grandes plataformas.** O direito de autor confere dignidade e paternidade à obra, pelo que é pretensão desta candidatura salvaguardá-lo.

## 6. OS MEDIA COMO GARANTIA DA DEMOCRACIA

### DEBATE SOBRE OS MODELOS DE FINANCIAMENTO E SUBSISTÊNCIA INDEPENDENTE DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.

O sector da comunicação social enfrenta, há vários anos, desafios exigentes, tanto de sustentabilidade como de credibilidade. A falta de investimento e as dificuldades de adaptação à era digital refletem-se na ausência de modelos de negócio sustentáveis, adequados à produção de jornalismo de qualidade. Reféns de likes, cliques, visualizações e outros medidores matemáticos, os órgãos de comunicação social lutam pela sua subsistência, enquanto os jornalistas trabalham em condições de precariedade. Existe, inevitavelmente, o enfraquecimento da imprensa portuguesa.



Os problemas da comunicação social não dizem apenas respeito aos trabalhadores deste sector. Pelo contrário, afetam sobretudo a saúde da nossa democracia. Apesar de este ser um fator muitas vezes esquecido nos dias que correm, não há como negá-lo: **nunca existiram verdadeiras democracias sem uma imprensa livre, independente e forte.** Ao longo da história, a imprensa foi sempre a pedra basilar por onde os tiranos iniciaram o seu ataque à democracia. Os tempos de pandemia que atravessamos demonstram a importância que a imprensa ocupa na nossa sociedade, com o disparar do consumo de informação e das subscrições de jornais online. A informação continua a ser uma arma muito poderosa, tanto para o bem como para o mal. **Se desejamos o bem da nossa democracia, precisamos inegavelmente de canais de comunicação livres, sustentáveis e com meios.**

**AJSD defenderá, por isso, que os desafios da comunicação social devem ser assumidos por toda a sociedade, em especial pela classe política, como uma prioridade.** Precisamos de criar espaço para a inovação do jornalismo, permitindo que haja criatividade e novidade. Mas tal apenas poderá acontecer num cenário em que haja meios para arriscar, e em que os jornalistas não estejam tão sufocados com o presente que se tornem incapazes de olhar para o futuro.

Acreditamos que a geração 360º ocupa um lugar essencial nesta renovação da imprensa, preparados para os desafios da era digital e comprometidos com causas. **AJSD promoverá o debate sobre os modelos de financiamento e subsistência independente da comunicação social, comprometendo-nos a batalhar pela construção de uma comunicação social que se mantenha fiel aos seus princípios deontológicos seculares, mas capaz de enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.**



# SAÚDE

#ESTAMOSJUNTOS

## 1. SAÚDE NUM CLICK

**EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE. SNS NUM CLICK. RELATÓRIOS CLÍNICOS COM LINGUAGEM ACESSÍVEL. FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE LITERACIA EM SAÚDE POR VIA DOS INSTRUMENTOS FISCAIS VIGENTES ASSOCIADOS AO CONSUMO DE PRODUTOS NOCIVOS À SAÚDE.**

A literacia em saúde é uma das mais necessárias intervenções sociais. **Baixos indicadores de literacia em saúde geram habitualmente mais problemas de saúde**<sup>73</sup>. Literacia em saúde é pensar em promoção da saúde e prevenção da doença, e implica uma **revolução organizacional do sistema de saúde** com a redistribuição do investimento em políticas de saúde, contrariando a realidade atual em que se verifica 99% do Orçamento do Estado da saúde alocado à doença. **Providenciar aos jovens mais conhecimento em saúde tem resultados práticos: menor carga de doença e maior liberdade nas tomadas de decisões**<sup>74 75</sup>. **As principais causas de morte nos jovens entre os 15 e os 29 anos são evitáveis: acidentes rodoviários e suicídio.** É precisamente por se conhecer esta realidade que diversos países têm desenvolvido esforços para educar as suas populações, dotando-as de informação fidedigna<sup>76</sup> e provendo hábitos de vida saudável<sup>77</sup>.

73 - Paasche-Orlow, M. K., & Wolf, M. S. (2010). Promoting health literacy research to reduce health disparities. *Journal of health communication*, 15(S2), 34-41.

74 - Paasche-Orlow, M. K., & Wolf, M. S. (2010). Promoting health literacy research to reduce health disparities. *Journal of health communication*, 15(S2), 34-41.

75 - McCray, A. T. (2005). Promoting health literacy. *Journal of the American Medical Informatics Association*, 12(2), 152-163.

Com estes desafios em mente, a JSD defenderá as seguintes bandeiras<sup>78 79</sup>:

1. Reformular os **currículos académicos do ensino básico e secundário**, incluindo na educação para a cidadania os conteúdos programáticos relativos à **promoção da educação para saúde** desde o primeiro ciclo de estudos até ao fim da escolaridade obrigatória;
2. Tornar o **SNS mais próximo do click**, com a utilização de infografias e outros métodos de de informação nas redes sociais, dinamizar a aplicação MySNS com, por exemplo, concursos sobre literacia na saúde e uniformizar **boas práticas tecnológicas que visam a humanização da saúde**, como a medida recentemente divulgada do Hospital de São João que passou a enviar mensagens aos acompanhantes de doentes na urgência sobre a evolução dos doentes;
3. **Interligação entre MySNS e a linha SNS24**, incorporando na sua resposta a videochamada e triagem médica telefónica;
4. **Anexar aos relatórios e documentos clínicos uma explicação simplificada com linguagem acessível aos utentes sobre o seu estado de saúde**;
5. Potenciar a **utilidade social e de saúde pública dos instrumentos fiscais vigentes associados ao consumo** de determinados produtos nocivos para a saúde, nomeadamente a taxa do açúcar e outras componentes de IEC (IABA e imposto sobre tabaco), canalizando a sua receita para o financiamento global de programas de promoção da literacia em saúde.

## 2. E-HEALTH E A TELE... SAÚDE

### REGULAMENTAÇÃO DA TELEMEDICINA E E-HEALTH.

O contexto pandémico dos últimos meses, e em que ainda nos encontramos, veio impor desafios críticos ao nosso sistema de saúde. **Apar com a imediata capacidade de resposta à COVID-19, colocou-se desde logo a necessidade de assegurar a contínua gestão dos doentes com patologia crónica perante um cenário de distanciamento social. Ora, esta realidade veio traduzir-se num incremental recurso a ferramentas de telemedicina.** Estas ferramentas revelaram, junto dos utentes dos serviços de saúde e da comunidade em geral, a mais-valia que esta complementaridade entre a medicina e as novas tecnologias – isto é, como complemento, sem abdicar do contacto presencial – pode constituir para uma resposta assistencial mais eficiente e que preserve a humanização da prestação de cuidados e que, acima de tudo, mitigue os claros obstáculos de dispersão geográfica que subsistem no nosso país e que, conseqüentemente, comprometem o princípio da equidade em saúde.

76 - Hasnain-Wynia, R., & Wolf, M. S. (2010). Promoting health care equity: is health literacy a missing link?. *Health services research*, 45(4), 897.

77 - Lee, A. (2009). Health-promoting schools. *Applied health economics and health policy*, 7(1), 11-17.

78 - <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19820287>

79 - [http://recursos.ordemdopsicologos.pt/files/artigos/literacia\\_em\\_sa\\_\\_de.pdf](http://recursos.ordemdopsicologos.pt/files/artigos/literacia_em_sa__de.pdf)



Defendemos, por isso, que é relevante **avaliar a incorporação das boas práticas** que têm sido implementadas a nível de **telemedicina** e **e-health** (gestão informatizada de dados clínicos, monitorização epidemiológica, etc.) **como ferramentas integrantes da gestão corrente do SNS** e que tenham como propósito primordial a **maximização de ganhos em saúde**, estando estas abordagens naturalmente subjacentes a uma **adequada regulamentação** e **contratualização** quer com as unidades hospitalares quer com as unidades de cuidados primários.

### 3. SAÚDE MENTAL E FELICIDADE

**APOSTA EM EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES NA COMUNIDADE. RASTREIO VALIDADO PARA O SUICÍDIO. CRIAÇÃO DO CHEQUE-PSICÓLOGO. APOSTA NA TELECONSULTA.**



Falar de saúde mental é mais do que falar em bem-estar; é falar de uma adequada e estruturada perceção do mundo, de nós próprios e da capacidade de nos prepararmos para situações adversas<sup>80</sup>. 87,4% dos jovens portugueses consideram que gozam de excelente ou boa saúde. Curiosamente, são os mesmos jovens que recorrentemente “andam tristes” (49,9%), “irritados ou de mau-humor” (60,2%) e “nervosos” (62,8%). **A geração 360º apresenta-se, face às circunstâncias em que cresceu - a exigência do mercado de trabalho, a velocidade da tecnologia e a pressão dos pares - em risco de desenvolver índices de ansiedade e depressão mais elevados do que as gerações anteriores. Simultaneamente é a geração sujeita a duas crises económicas e ao confinamento decorrente da COVID-19.**



Numa estreita relação com as perturbações depressivas e de ansiedade, existem os comportamentos auto-lesivos, diretamente relacionados com maior probabilidade de suicídio, a segunda causa de morte nos jovens. **Em Portugal, 19,6% dos jovens assumem ter tido este tipo de comportamentos, isto é, terem-se magoado voluntariamente pelo menos uma vez**<sup>81</sup>. Em Portugal, **é entre os 18 e os 34 anos que se verifica maior prevalência de doença mental** com as perturbações ansiosas, afetivas e o abuso de álcool a encabeçarem as patologias mais frequentes.

Segundo o grande estudo *The Global Burden of Disease*, constatou-se que as perturbações psiquiátricas são responsáveis por 40% dos anos vividos com incapacidade, isto é, vidas vividas de forma menos feliz. Se em 2010 a depressão era a 3ª causa de carga global de doença, em 2030 prevê-se que será a 1ª causa mundial, com agravamento da correlação das taxas de suicídio e parassuicídio.

Este é um problema com impactos imediatos, ao nível académico mas também a longo prazo<sup>82</sup>. **Negligenciar a saúde mental agora terá não só consequências na qualidade de vida do adulto de amanhã bem como, nos orçamentos públicos, com um impacto que pode ir até 20% de todos os custos em saúde**, face às decorrentes despesas assistenciais e diminuição da produtividade (e.g., desemprego, absentismo, baixas por doença, apoio a familiar doente).<sup>83 84</sup> Assim, defendemos:

1. Colocar a **saúde mental como eixo do SNS**, através do cumprimento do Plano Nacional para a Saúde Mental 2007-2016 que, face ao seu incumprimento, se estendeu até 2020, e que visam a implementação de políticas que contribuam para a promoção, **prevenção e tratamento das doenças psiquiátricas**; cumprimento das recomendações internacionais que visam, **cuidados de saúde mental de qualidade nos Cuidados de Saúde Primários**, com reforço na contratação de equipas multidisciplinares e pedopsiquiatras; **coordenação dos cuidados de saúde com os técnicos de ação social** nas pessoas com doenças mentais graves; aposta na **criação de parcerias para o progresso**.
2. Uma das principais atividades das equipas multidisciplinares, de forma transversal a todos os agrupamentos escolares, deve ser a **instituição obrigatória de um rastreio validado para o suicídio**, com posterior sinalização conforme o resultado do rastreio, aos Cuidados de Saúde Primários ou aos Cuidados Hospitalares;
3. À semelhança do cheque-dentista ou dos vales-cirurgia do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), propõe-se a **criação do cheque-psicólogo**, garantindo respostas adequadas em tempo útil;
4. Dotar os agrupamentos de escolas e centros de saúde com meios para realizarem mais consultas em modo **teleconsulta de psicologia**, garantindo um maior acesso aos cuidados de saúde mental, em especial nas **regiões do interior com menor acessibilidade**, por forma a combater a tendência identificada de determinadas regiões do interior do país onde existe maior isolamento, suicídio e depressão;
5. Delinear, 20 anos após a descriminalização das drogas em Portugal, **um plano para a mitigação das novas formas de dependência, nomeadamente a canábica e o ecstasy**, bem como as dependências com jogos e internet.

81 - Matos, M. et al. A SAÚDE DOS ADOLESCENTES PORTUGUESES APÓS A RECESSÃO. Health Behaviour in School - Aged Children. Aventura Social. 2018. [http://aventurasocial.com/publicacoes/publicacao\\_1545534554.pdf](http://aventurasocial.com/publicacoes/publicacao_1545534554.pdf)

82 - Rothson, C., Head, J., Klineberg, E., & Stansfeld, S. (2011). Can social support protect bullied adolescents from adverse outcomes? A prospective study on the effects of bullying on the educational achievement and mental health of adolescents at secondary schools in East London. *Journal of adolescence*, 34(3), 579-588.

83 - [http://recursos.ordemdospsicologos.pt/files/artigos/investir\\_na\\_sa\\_de\\_psic\\_em\\_portugal.pdf](http://recursos.ordemdospsicologos.pt/files/artigos/investir_na_sa_de_psic_em_portugal.pdf)

84 - [http://recursos.ordemdospsicologos.pt/files/artigos/transformar\\_a\\_sa\\_de\\_psicol\\_gica\\_em\\_portugal.pdf](http://recursos.ordemdospsicologos.pt/files/artigos/transformar_a_sa_de_psicol_gica_em_portugal.pdf)

## 4. COMBATE AO SEDENTARISMO E TEMPO DE ECRÃ EXCESSIVO

### AMBIENTES PÚBLICOS PROMOTORES DE EXERCÍCIO FÍSICO COMO COMBATE AO SEDENTARISMO E AO USO EXCESSIVO DE ECRÃS.

Em Portugal, entre as crianças com 10 e 11 anos, 64% são pouco ativas fisicamente. O valor da inatividade física sobe abruptamente para mais de 95% em jovens com 16 e 17 anos. Estes factos devem alertar para as consequências nefastas do sedentarismo, uma vez que a atividade física reduz as taxas de mortalidade por todas as causas, bem como diminui a doença coronária, hipertensão, trombose (AVC), síndrome metabólico, diabetes tipo II, cancro da mama, cancro colorretal e depressão. Em 2013, foi definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a meta de reduzir em 10% a inatividade física nos países membros, até 2025<sup>85</sup>.

Por outro lado, nos últimos anos, o uso de tecnologias pelas crianças aumentou de forma exponencial. Cerca de 40% dos jovens inquiridos refere utilizar o *Instagram* (40,5%), assistir a vídeos no *Youtube* (39,2%) e trocar mensagens no *WhatsApp* (35,5%) duas ou mais horas por dia, durante a semana<sup>86</sup>. A evidência científica mais recente tem mostrado que o uso excessivo das novas tecnologias está associado a riscos, nomeadamente obesidade, alterações da visão, perturbações do sono, atrasos da linguagem, problemas de comportamento, entre outros.

Se são inúmeras as vantagens da digitalização do mundo, importa estar atento aos seus riscos, de forma a planear soluções para que a digitalização do mundo seja humanizada. A OMS emitiu, em 2019, diretrizes claras: crianças com menos de um ano não devem ser expostas a ecrãs eletrónicos e crianças entre os dois e os quatro anos não devem estar mais de uma hora por dia expostas a ecrãs. Nas mesmas recomendações, emitiu o parecer de que as crianças entre um e quatro anos de idade devem ter, pelo menos, 3 horas de atividade física por dia, uma vez que a falta de atividade física está relacionada com cinco milhões de mortes em todo o mundo por ano, em todas as faixas etárias, e (em parte) a falta de atividade em jovens e adultos se deve aos aparelhos eletrónicos<sup>87</sup>.

Assim, pretende-se consciencializar os jovens da geração 360<sup>º</sup> para a importância da limitação do tempo de exposição ao ecrã, do aumento da prática de exercício físico, com ambientes públicos promotores da atividade física e da importância da integração nas atividades sociais. Deve ser promovido o convívio em atividades que não incluam ecrãs, incentivando atividades de carácter cultural, artístico ou desportivo e, ainda, a participação social e exercício da cidadania ativa.

Reconhecendo que a implantação de estilos de vida mais saudáveis constitui um processo multidisciplinar, que requer naturalmente o envolvimento e compromisso de vários agentes da comunidade, considera-se igualmente premente a definição de um pacote de medidas e incentivos públicos que reconheça e promova, juntos das indústrias que desenvolvem produtos e serviços potencialmente influenciadores de estilos de vida mais saudáveis, boas práticas e iniciativas de valor acrescentado para esse processo de transformação cultural.

<sup>85</sup> - Direção Geral da Saúde. Perguntas e Respostas do Plano Nacional para a Promoção da Atividade Física. (<https://www.dgs.pt/programa-nacional-para-a-promocao-da-atividade-fisica/perguntas-e-respostas.aspx>)

<sup>86</sup> - Matos, M. et al. A SAÚDE DOS ADOLESCENTES PORTUGUESES APÓS A RECESSÃO. Health Behaviour in School - Aged Children. Aventura Social. 2018. **83** - [http://recursos.ordemdospsicologos.pt/files/artigos/investir\\_na\\_saude\\_de\\_psic\\_em\\_portugal.pdf](http://recursos.ordemdospsicologos.pt/files/artigos/investir_na_saude_de_psic_em_portugal.pdf)

<sup>87</sup> - <https://www.who.int/news-room/detail/24-04-2019-to-grow-up-healthy-children-need-to-sit-less-and-play-more>

## 5. REVENÇÃO DOS COMPORTAMENTOS DE RISCO E VIOLÊNCIA NO NAMORO

### CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO DE PREVENÇÃO DAS IST E VIOLÊNCIA NO NAMORO.

O uso de preservativo é o único método com eficácia na prevenção da transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). **Porém, a percentagem de jovens que utilizam o preservativo diminuiu entre 2014 e 2018, de 70,4% para 66,7%.** A sensibilização sobre o tema das IST é ainda insuficiente, além de que apenas **49,4% dos adolescentes diz alguma ter vez feito um teste de VIH (Vírus da Imunodeficiência Humana), 26% respondeu não saber de que se trata esta infeção<sup>88</sup>.** A educação para a saúde é urgente, e todos contam nestas ações de sensibilização acerca da adoção de estilos de vida saudáveis – as escolas, os centros de saúde, bem como as autarquias –, prevenindo comportamentos sexuais de risco, nomeadamente, gravidez não planeada, VIH e outras IST.

**A violência no namoro é um ato de violência, pontual ou contínua, cometida por um dos parceiros (ou por ambos) numa relação de namoro, com o objetivo de controlar, dominar e ter mais poder do que a outra pessoa envolvida na relação.** Em 2014, a Universidade do Minho inquiriu cinco mil jovens e concluiu que uma em cada quatro relações de namoro era marcada pela violência, 18% confessaram que foram vítimas de comportamentos físicos agressivos, quase 7% sofreram murros, sovas ou pontapés. Entre 2013 e 2016 foram reportados ao Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses 16 casos de facadas e 59 de estrangulamento. **Por questões relacionadas com a falta de privacidade ou mesmo vergonha, a maioria dos adolescentes não procura ajuda para a violência no namoro<sup>89</sup>.**

AJSD condena estes atos, não deve ficar indiferente a estes números e deve **promover campanhas de sensibilização junto da população jovem.** A violência nunca é aceitável e é importante divulgar os meios de apoio às vítimas de violência no namoro, para que parem de sofrer em silêncio.



<sup>88</sup> - Matos, M. et al. A SAÚDE DOS ADOLESCENTES PORTUGUESES APÓS A RECESSÃO. Health Behaviour in School - Aged Children. Aventura Social. 2018. [http://aventurasocial.com/publicacoes/publicacao\\_1545534554.pdf](http://aventurasocial.com/publicacoes/publicacao_1545534554.pdf)

<sup>89</sup> - <http://ensina.rtp.pt/artigo/violencia-no-namoro-uma-prova-de-desamor/>

## 6. ÀS EMERGÊNCIAS RESPONDE-SE COM EVIDÊNCIA CIENTÍFICA E RAPIDEZ

### CONTROLO DE EMERGÊNCIAS DE SAÚDE PÚBLICA INTEGRADO NUMA ESTRUTURA MULTILATERAL.

O contexto em que vivemos, e os primeiros meses de gestão da pandemia em particular, vieram evidenciar que o País e as estruturas de Governo não estão, de todo, eficazmente preparadas para uma adequada gestão técnica e política de cenários de crise sanitária. A expectativa que inicialmente se depositou nas orientações do Conselho Nacional de Saúde Pública depressa se desmoronou a partir do momento em que o próprio Governo contrariou as suas deliberações.

Nesse sentido, a JSD propõe a criação de uma estrutura de comando e controlo de emergência de saúde pública, integrada numa estrutura multilateral, que reconheça que as ameaças biológicas não têm fronteiras. Esta estrutura deverá servir o propósito basilar de sustentar uma ação governativa atempada e eficaz perante situações desta natureza.



## SEGURANÇA SOCIAL E NATALIDADE

#ESTAMOSJUNTOS

**TETO MÁXIMO PARA AS PENSÕES. SISTEMA MISTO CAPITALIZAÇÃO. INCENTIVOS À PARTICIPAÇÃO FORMAL NO MERCADO DE TRABALHO E COMBATE À FRAUDE CONTRIBUTIVA. CRIAÇÃO DO REGISTO FORMAL DE AFORRO. APOSTA NA NATALIDADE.**

**Portugal vive o preocupante cenário de ser o país da União Europeia com menor índice de fecundidade, com número médio de filhos por mulher em idade fértil de 1,2; a reposição de gerações seria assegurada com 2,1 (valor que não atingimos desde 1983). Sem natalidade, a sustentabilidade da Segurança Social (SS) é colocada em causa, o que terá um enorme impacto na vida da geração 360º. Não se pode adiar mais as soluções, a JSD assume assim a liderança da reforma deste tema, pelos adultos de amanhã.**

A população idosa ultrapassou os 20% da população total, representando cerca de 30% do total do eleitorado português. Com o avançar do tempo, a proporção da população idosa irá aumentar, com impacto no seu peso no total do eleitorado. Adiar as medidas de alteração ao regime da SS, só as tornará ainda mais difíceis de tomar.

**Os sistemas de SS foram desenhados numa Europa em que conviviam duas realidades: crescimento económico e uma população jovem.** Com a alteração no panorama demográfico, urge uma revisão ao atual regime de SS que se desenha insustentável. Por um lado, a população idosa representa expressivos custos adicionais em políticas de saúde, por outro lado a dívida pública é também bastante pesada. **A dívida hoje paga por 6 904 000 ativos, será suportada, em 2035, por aproximadamente 5 200 000 ativos,** o que impactará num aumento de

encargos por ativo na ordem dos 32% (sem distinção de empregados e ativos). Acresce ainda que estas mesmas pessoas terão de sustentar a crescente população idosa, que quase atingirá os 3 000 000. Urgem medidas verdadeiramente agressivas de curto e longo prazo que sejam coordenadas.

**A geração 360<sup>º</sup> vive voltada para fora – não se contenta com o imediato, nem com o fácil; pensa a longo-prazo.** Por isso é próprio desta geração pensar no outro, pensar no futuro, pensar na nossa Segurança Social com uma despojada vontade de ousar e de querer fazer melhor.

### 1. Teto Máximo para as pensões

**Defendemos a introdução, para as gerações mais novas, de um limite máximo para efeitos de contribuição, que em contrapartida também determinará um valor máximo para a futura pensão.** Defendemos o plafonamento horizontal do sistema de SS no qual, dentro do limite de rendimentos definido a contribuição, deve obrigatoriamente destinar-se ao sistema público e, a partir desse limite, garantir a liberdade de escolha entre o sistema público e sistemas mutualistas ou privados. Esta reforma deve ser feita em condições de crescimento económico sustentado.

### 2. Definição de um Sistema Misto

**Definição de um sistema misto capitalização/pay as you go** (considerando uma percentagem de descontos a alocar para a vertente de capitalização), com o objetivo de garantir segurança, sustentabilidade e justiça intergeracional. **A reforma deve fazer-se para pessoas abaixo de 25-30 anos que entrem no mercado de trabalho.** Este sistema é complementar ao plafonamento horizontal e estabelecimento do Teto Máximo para as pensões, como forma de garantia da sustentabilidade do sistema e da existência de pensão futura para os atuais contribuintes.

### 3. Combate à Fraude e Evasão Fiscal

Defendemos o **desenvolvimento de incentivos à participação formal no mercado do trabalho e o combate à fraude e evasão contributiva, bem como o fortalecimento dos mecanismos de comunicação de divulgação de participação no mercado de trabalho de forma informal**, em particular em situações de aproveitamento do empregador. Para tal, propõe-se a adaptação à realidade portuguesa da figura do modelo de tributação simplificada brasileiro “SIMPLES NACIONAL”. **Este é um modelo de tributação especial para as micro e pequenas empresas e para os micro-empresendedores individuais** que, tradicionalmente, atuam fora do sistema e contribuem para a economia paralela, não tendo por isso qualquer tipo de proteção social. Este sistema caracteriza-se por ser menos burocrático que o regime geral, por ser composto por taxas mais reduzidas e por, no caso **dos micro-empresendedores individuais, isentá-los do pagamento de impostos e cobrando só um valor fixo mensal diretamente destinado para o sistema de SS.**

### 4. Mais transparência

**Criação do REFORMA (Registo Formal de Aforro) que é um sistema de controlo pessoal das contribuições entregues à Segurança Social resultantes dos rendimentos de trabalho obtidos e declarados e que permite ao contribuinte acompanhar todos os movimentos relevantes para a formação da sua pensão futura.** Neste sistema o contribuinte pode também aferir qual a percentagem das suas contribuições canalizadas para o sistema *Pay As You Go* (ou seja, para suportar as reformas atualmente existentes) e qual percentagem canalizada para o sistema de capitalização que garantirá a sua futura reforma. Para além disso, o REFORMA fornece informação complementar que apoiam na tomada de decisão de poupança para a reforma e estimula a literacia financeira, fortalecendo a capacidade do contribuinte para lidar com situações inesperadas (desemprego, doença, etc.).



O REFORMA é uma aposta estruturante para a relação de confiança, proximidade e transparência que o Estado tem obrigação de acautelar e reforça assim o princípio contributivo e da transparência na relação que se estabelece entre os contribuintes e o sistema de pensões.

### 5. Natalidade

Em todo o mundo temos assistido a um decréscimo da natalidade, sendo particularmente preocupante no chamado mundo desenvolvido. Nos países desenvolvidos a natalidade costuma ser explicada por fatores económicos ou demográficos. Pensa-se que, após uma guerra, se assista a um crescimento da natalidade para repor a mortalidade, sobretudo masculina, que é a principal força laboral de um país. Também se costuma associar a escassez económica e os períodos de crise muito profunda, com a presença da fome e desemprego, que afastam as famílias da ideia de ter filhos.

É fundamental que o Estado promova políticas de promoção e proteção das famílias e do casamento. Assim, a JSD defenderá:

- **Isenção de IVA para todas as creches, jardins-de-infância e centros de atividades de tempos livres, independentemente da natureza jurídica;**
- **Beneficiar empresas que sigam práticas amigas da conciliação do trabalho com a vida familiar, nomeadamente a flexibilização do horário e do local de trabalho;**
- **Deduzir no IRC das empresas gastos com seguros de saúde para o agregado familiar dos trabalhadores.**







## PORTUGAL POR INTEIRO

#ESTAMOSJUNTOS

### 1. **LEVAR O ESTADO PARA TODO O TERRITÓRIO**

## ALTERAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO COM MIGRAÇÃO FASEADA DE ORGANISMOS PÚBLICOS PARA TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE.

Nos últimos anos, tem-se concentrado o desenvolvimento económico nacional no litoral, deixando as regiões do interior e ilhas em situação desfavorecida. **Para inverter a tendência, Portugal exige uma nova política para a coesão territorial, incluindo a aplicação eficiente dos fundos disponíveis.**

**Propõe-se a alteração do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (Lei n.º 99/2019), de forma a permitir o aumento da discriminação positiva nas políticas públicas a favor dos territórios de baixa densidade, fortalecendo o investimento produtivo no interior e concebendo novas formas de descentralização administrativa que maximizem a partilha de sinergias entre serviços públicos centrais, regionais e municipais.**

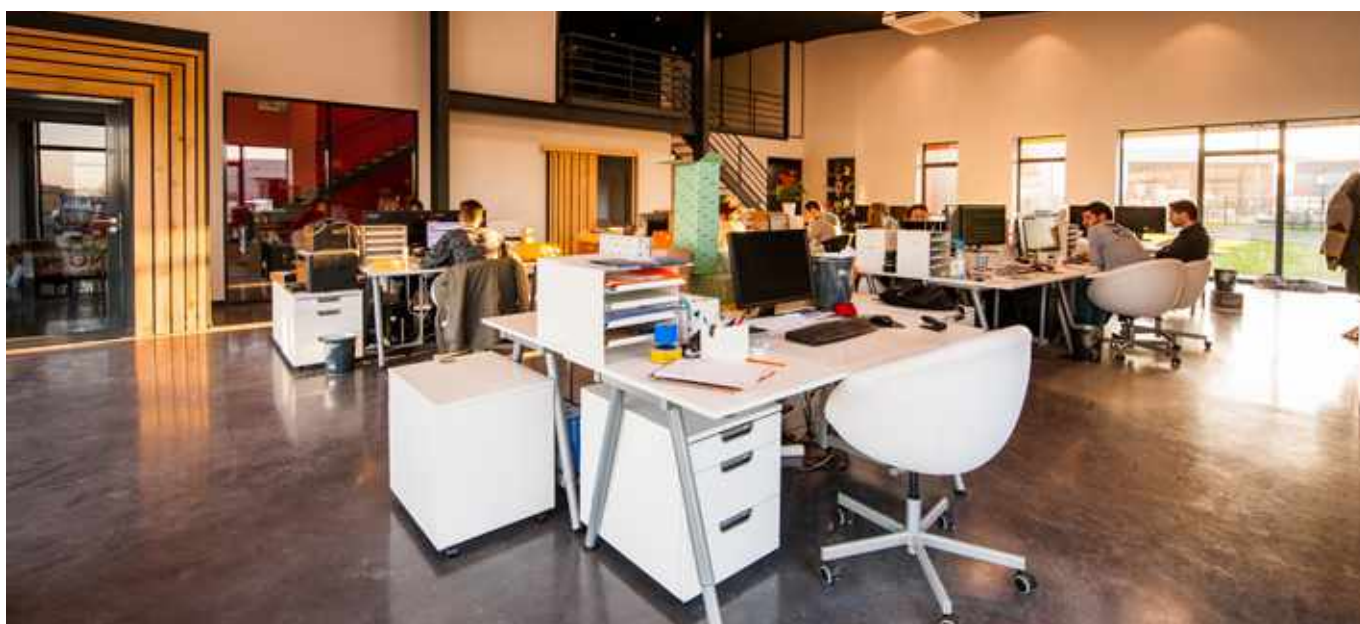
Segundo a OCDE, **Portugal é dos países que mais recursos públicos consome na administração central e menos no local, resultado de um modelo ineficiente**, com competências pulverizadas, que não apresenta correspondência com as realidades territoriais efetivas e que funcionam descoordenadamente, carecendo de legitimação política. **Não servem, pois, o propósito de desenvolvimento harmonioso e integrado para as regiões.**

Defendemos uma distribuição mais justa e racional dos institutos públicos, por forma a equilibrar as sinergias políticas nacionais. Propomos que **todos os futuros institutos devem ser sediados fora dos grandes centros metropolitanos de Lisboa e Porto, e simultaneamente a criação de um programa faseado de migração das sedes atuais de organismos públicos em Lisboa e no Porto para territórios de baixa densidade ou outras capitais distrito e Regiões Autónomas** - não de uma forma atabalhoada, como o atual Governo pretendeu fazer com o INFARMED, colocando os trabalhadores contra a mudança - mas de uma forma organizada e faseada num plano de cinco a dez anos.

## 2. POR UM INTERIOR COM OPORTUNIDADES

### PLANO ESTRATÉGICO DE INVESTIMENTO PARA O INTERIOR DO PAÍS PARA ONDE AS VERBAS EXTERNAS POSSAM SER DIRECIONADAS. ALÍVIO FISCAL DO IRC.

As graves assimetrias observadas entre o litoral e o interior do País tornam necessárias fortes medidas de coesão territorial. Numa faixa de 50 quilómetros marcada a partir do oceano vivem 70% dos portugueses. As áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa agrupam 45% da população<sup>90</sup>. **Para criar condições que permitam combater a despovoação e promover um Portugal por inteiro, é necessário a orientação do investimento externo orientado para o interior do País. Em 1994, o XII Governo Constitucional de Portugal, liderado pelo Professor**



90 - <https://www.publico.pt/2018/05/18/politica/noticia/os-custos-do-portugal-desigual-1830427>

Aníbal Cavaco Silva, encomendou, ao reconhecido Professor Norte-Americano Michael Porter, um estudo sobre a competitividade da economia portuguesa. O estudo identificou clusters estratégicos para Portugal apostar e investir nomeadamente, a produção de vinho, a produção de azeite e o calçado<sup>91</sup>. Inequivocadamente, são três áreas em que, atualmente, o nosso país se destaca internacionalmente.

Assim, **propõe-se a elaboração de um plano estratégico de investimento para o interior do País com identificação de pontos-chave para o seu desenvolvimento, para que as verbas externas possam ser direcionadas**. Para complementar esta medida surge-se o **alívio fiscal do IRC**, que neste momento se situa nos 12,5% para pequenas e médias empresas localizadas no interior, para todas as empresas que desejem aqui investir<sup>92 93</sup>.

### 3. ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE TALENTO

#### a. CIDADES ULTRA-RÁPIDAS

## REDE DE INTERNET ULTRA-RÁPIDA ALIADA A CHOQUE FISCAL, NUM TERRITÓRIO DE BAIXA DENSIDADE, PARA FIXAÇÃO DE EMPRESAS TECNOLÓGICAS COM EMPREGOS BEM REMUNERADOS.

Portugal tem de apostar mais em criar emprego bem remunerado e qualificado. Não nos podemos focar somente na quantidade de postos de trabalho oferecidos, temos de ter em conta a qualidade de vida que esses empregos fornecerão às pessoas<sup>94</sup>. Acreditamos que é escassa a discussão sobre as **políticas de atração de investimento estrangeiro e da criação ou instalação em Portugal de empresas capazes de oferecer empregos especializados e bem remunerados**.

Vivemos, neste momento, a 4<sup>a</sup> revolução industrial – a revolução tecnológica que se caracteriza pela transformação digital e inovação disruptiva. Portugal apresenta as condições necessárias para **surfear a onda de inovação e transformar-se num hub tecnológico**. A JSD defende assim que devemos ser pioneiros na Europa e **criar condições para fixar empresas no interior de Portugal**. Estaremos, desta forma, a promover a empregabilidade jovem bem remunerada bem como, a criar condições para promover a coesão territorial.

A ideia de *Gig City*, já implementada em cidades como Chattanooga, nos EUA, baseia-se na **implementação de uma rede de internet ultra-rápida num determinado território, aliada a um conjunto de medidas de choque fiscal associado ao território em causa, por forma a atrair empresas de tecnologia**. Após a implementação destas políticas em 2010, em Chattanooga, no interior dos EUA, a Universidade do Tennessee publicou um estudo,

91 - <https://www.dinheirovivo.pt/economia/a-estrategia-de-michael-porter-ainda-resulta-20-anos-depois/>

92 - <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/financas-publicas/orcamento-do-estado/detalhe/pme-no-interior-vaio-pagar-taxa-de-irc-de-125-ate-aos-25-mil-euros>

93 - <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/irc-mais-beneficios-para-reinvestir-lucros-e-taxa-reduzida-para-mais-pme/>

94 - <https://www.dn.pt/dinheiro/estudo-sobre-rendimento-adequado-revela-limiar-da-pobreza-subestimado-8612647.html>



em 2015, que atribui diretamente a esta política a criação de entre 2800 a 5200 novos empregos na cidade, bem como aproximadamente mil milhões de dólares em benefícios económicos. Esta medida permitiu fixar inúmeros pequenos negócios assim como grandes empresas multinacionais, como foi o caso da Volkswagen. Em 2014, Chattanooga teve o terceiro maior crescimento salarial entre cidades de tamanho médio, nos EUA<sup>95 96 97</sup>. Este caso de sucesso tem sido usado como um modelo de desenvolvimento e dinamismo para inúmeras outras cidades.

**Propomos a implementação de uma rede de internet 5G que consiga oferecer internet ultra-rápida a um preço acessível numa, ou mais, cidades ou regiões do interior português que possa ser utilizada por empresas e startups para desenvolverem a sua atividade.** Um estudo realizado, em 2017, pela nPerf demonstra que a **velocidade média de internet em Portugal é de 55Mbps, podendo chegar aos 100Mbps.** Com esta nova rede 5G poderíamos fornecer velocidades até 10Gbps, aproximadamente 100 vezes superior à oferta que temos hoje em dia<sup>98</sup>. Este investimento permitirá aumentar drasticamente a competitividade no interior. Por forma a preparar a cidade que irá receber esta iniciativa de elevado investimento, é imperativo a **elaboração de um plano de atração de empresas bem como, a ligação às universidades, que por excelência são sede de inovação.**

---

95 - <https://www.washingtonexaminer.com/weekly-standard/the-real-story-behind-chattanoogas-gig-city-resurgence>

96 - <https://www.pcmag.com/news/gig-city-how-chattanooga-became-a-tech-hub>

97 - [https://www.vice.com/en\\_us/article/ezpk77/chattanooga-gigabit-fiber-network](https://www.vice.com/en_us/article/ezpk77/chattanooga-gigabit-fiber-network)

98 - <https://www.cnet.com/news/the-5g-wireless-revolution-explained/>

## b. EDUCAÇÃO

### 1. Educação orientada para o emprego de cada região

## REFORMAR A MENTALIDADE *ONE SIZE FITS ALL* E REPENSAR O ENSINO VOCACIONAL CANALIZANDO-O PARA O EMPREGO ESPECIALIZADO DE CADA REGIÃO.

Os cursos vocacionais implementados por Nuno Crato foram substituídos por cursos de Educação e Formação, num claro alinhamento com a estratégia facilitista promovida pelo Governo Socialista. Importa destacar que os cursos vocacionais se apresentavam como uma **alternativa viável aos jovens em idade escolar com mais de duas retenções que não pretendem seguir o dito caminho convencional**. Por outro lado, estes percursos são também apontados como uma forma de **combater os elevados níveis de desemprego jovem e de reduzir o desfasamento entre as competências que são adquiridas nas escolas e aquelas que são de facto necessárias no mercado de trabalho**.

Sendo Portugal um país maioritariamente dedicado ao sector terciário, a restante população dualiza-se entre indústria e agricultura. Numa economia de mercado como a Europeia, o País tem a obrigatoriedade de **investir fortemente na formação de técnicos qualificados** em ambas as áreas. Assim, a produtividade dos sectores aumentaria, facilmente justificando salários e contribuições ao Estado gradualmente superiores.

O sistema que atualmente vigora impede os alunos do acesso a vias de ensino verdadeiramente alternativas, conduzindo a uma uniformização do sistema educativo. Assim, jovens com motivações e maturidades distintas do tradicional percurso académico serão, inevitavelmente, prejudicados. Impera, deste modo, **reformar a mentalidade *one size fits all* e repensar o ensino vocacional, canalizando-o para onde verdadeiramente é necessário**. Fosse o investimento Estatal no ensino vocacional uma realidade perante a realidade de cada região, e teríamos agentes mais motivados e capacitados para contribuir para o crescimento económico do País.





## b. EDUCAÇÃO

### II. Incentivos para estudar no interior de Portugal

## REINTRODUÇÃO DA “BOLSA MAIS SUPERIOR” UNIVERSAL.

De ano para ano, Portugal vê as suas assimetrias territoriais aumentarem, com uma dicotomia territorial evidenciada pela maior concentração populacional nas áreas do litoral e uma despovoação e envelhecimento no interior do País, impera que a JSD contrarie esta assustadora tendência.

**Os últimos anos têm demonstrado que existe um sector que pode ser peça-chave na devolução ao interior, da esperança e da dinâmica de que ele tanto necessita. Esse sector é o ensino superior.**

O relatório<sup>99</sup> da OCDE, *Higher Education and Regions - Globally Competitive, Locally Engaged*, conclui que **as instituições de ensino superior tem um impacto relevante na economia local e regional uma vez que são empregadoras e clientes, mas também fornecedores de bens e serviços.** A localização destas instituições em regiões do interior têm como **consequência mais visível a fixação de jovens que gera uma nova dinâmica no comércio local e no mercado de arrendamento**, ou seja, um contributo importante para a regeneração económica destes territórios.

Apesar deste importante contributo que as instituições de ensino geram, **Portugal investe<sup>100</sup> apenas 1,2% do seu PIB no ensino superior, ficando abaixo da média da OCDE que se encontra nos 1,5% do PIB.** Somado a este baixo investimento está o desequilíbrio crónico no financiamento das Universidades que tem por base o histórico financiamento das instituições, pondo de parte as reais e atuais necessidades das universidades.

Importa incentivar **apoios aos estudantes que queiram optar pelas instituições de ensino superior do interior.** Em 2014 foi criada a “**Bolsa Mais Superior**”, que tinha por base o princípio da universalidade, ou seja, qualquer estudante que optasse por estudar numa instituição de ensino superior do interior teria acesso a esta bolsa para o apoiar nas despesas correntes e inerentes à sua fixação nestes territórios. Contudo, o Governo, **em 2016, alterou este princípio e cingiu o acesso a esta bolsa apenas a alunos oriundos de famílias economicamente carenciadas**, terminando a discriminação positiva e uma das únicas formas de incentivo para os estudantes optarem por estas instituições. **Defendemos que seja reintroduzido o modelo da “Bolsa Mais Superior” que tinha por base o princípio da universalidade.**

<sup>99</sup> - [https://www.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/higher-education-and-regions\\_9789264034150-en](https://www.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/higher-education-and-regions_9789264034150-en)

<sup>100</sup> - [https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/EAG2019\\_CN\\_PRT.pdf](https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/EAG2019_CN_PRT.pdf)

## C. FIXAR EMPRESAS NO INTERIOR

# CONDIÇÕES EXCECIONAIS DE HABITAÇÃO PARA OS TRABALHADORES DESLOCADOS PARA O INTERIOR DO PAÍS. RECRUTAMENTO PRIORITÁRIO AOS RESIDENTES DO INTERIOR. INCENTIVOS FISCAIS PARA AS EMPRESAS.

Vivemos de facto num mundo globalizado, que a cada década se torna mais pequeno, perante as tecnologias da informação e comunicação que rompem qualquer fronteira ou distância física. **Se aos jovens 360º se lhes impõe a multidisciplinaridade e a flexibilidade, às entidades patronais exige-se condições de trabalho condizentes com um estilo de móvel, com capacidade de acomodar e potenciar os projetos individuais de cada um, já que o trabalho deve ser sempre uma ferramenta libertadora e de crescimento.** Sobretudo no interior de Portugal, urge criar condições para fixar jovens trabalhadores e novos investimentos.

**Defendemos o papel central das autarquias na linha da frente para atração de novos investimentos e criação de emprego em territórios de baixa densidade populacional.** Um caso paradigmático de sucesso é o do concelho do Fundão<sup>101</sup>. O executivo camarário Social Democrata desta cidade é hoje reconhecido pela capacidade em atrair jovens de todo o mundo para virem trabalhar e residir no interior de Portugal, através de uma estratégia de simplicidade inerente: apostar no sector tecnológico, já que as empresas deste âmbito são mais fáceis de instalar no interior (por exemplo, menos espaço físico necessário, reduzida quantidade de maquinaria pesada a instalar), garantindo condições excecionais de habitação para os trabalhadores deslocados, com a construção de novos edifícios ou comparticipação de parte dos arrendamentos. Seguindo esta linha, **defendemos que os trabalhadores que optem por residir no interior de Portugal tenham acesso a rendas mensais mais acessíveis, durante os três primeiros anos de residência. Vamos ainda mais longe, defendendo que este tipo de benefício pode e deve resultar de um esforço da autarquia local.** Por outro lado, é muitíssimo importante **não esquecer os jovens que já vivem no interior** e devemos evitar que, para estes, a única solução válida para ter um emprego qualificado seja a “emigração” para os grandes centros urbanos. Assim, **defendemos que as empresas que se encontram no interior devam ter de optar pelos residentes das regiões do interior como primeira base de recrutamento.**

Estando conscientes da importância dos grandes grupos empresariais para o interior de Portugal, sabemos que o verdadeiro empreendedorismo começa com cada um de nós, as grandes ideias começam com a grande vontade de uma só pessoa. Assim, **defendemos as autarquias como primeiras financiadoras de ideias empreendedoras, através da criação de gabinetes de apoio a projetos, de forma a aproximar os munícipes do poder local.** Temos, no entanto, consciência de que o **poder local não pode encerrar em si toda a responsabilidade de financiar o processo de empreendedorismo** nas zonas de mais baixa densidade populacional. É por isso necessário que, simultaneamente, se **implemente um pacote de medidas específicas com verdadeiros incentivos fiscais à fixação de novos polos empresariais no interior de Portugal**, nomeadamente:

- Promover uma redução da TSU para a entidade empregadora para o trabalhador;
- Adotar as **taxas especiais de IRS** que vigoram, hoje, para a Região Autónoma dos Açores;
- Aumentar o valor de deduções específicas por sujeito passivo;

101 - <https://eco.sapo.pt/reportagem/fundao-empresas-e-estrangeiros-apaixonados-pelo-interior-do-pais/>



- Aumentar o valor das deduções à coleta no que concerne aos dependentes até 3 anos de idade e no que concerne aos dependentes em geral;
- Aumentar a percentagem de dedução bem como os respetivos limites em sede de IRS das despesas com saúde e de educação;
- Reduzir o valor da taxa de IRC a pagar pelas micro, pequenas e médias empresas para 12,5%, sem limite de matéria coletável;
- Reduzir o valor do IRC em geral para 17%.

## 4. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA SAÚDE

### SAÚDE NO CENTRO DA AÇÃO GOVERNATIVA. FERRAMENTAS DE CARACTERIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES EM SAÚDE. INDICADORES EM SAÚDE ORIENTADOS PARA GANHOS EM SAÚDE. EXPLORAR A FIGURA DA USF TIPO C. PROXIMIDADE ASSISTENCIAL POR VIA DA TELEMEDICINA

Discutir e ambicionar um país coeso, dinâmico e funcional em todo o seu território implica necessariamente a salvaguarda de um compromisso de confiança e qualidade com a dimensão primeira da qualidade de vida de qualquer pessoa: a sua saúde.

Em contraste com os grandes polos urbanos, temos 2/3 do país (o Portugal rural) a encarar um cenário de crescente envelhecimento demográfico, crescente isolamento populacional e perpetuadas assimetrias económicas<sup>102</sup>, tudo isto fatores comprovadamente influenciadores do estado de saúde de cada um. Sabemos, por exemplo, que o grau de escolaridade<sup>103</sup> é, de entre esses fatores, um dos que comprovadamente mais pesa na equação.

Acreditamos que, primordialmente, se deva assegurar um acesso efetivo de todos os cidadãos a uma rede de cobertura eficiente de cuidados de saúde, tal como se consagra no Artigo 64º da Constituição da República Portuguesa<sup>104</sup>, independentemente da sua circunstância económica ou social. Pese embora a relevância que lhe é conferida na lei fundacional da nossa democracia, a verdade é que a defesa desta virtude basilar do nosso sistema de saúde se tem revelado insuficiente por parte do nosso sistema político<sup>105</sup>.

Inerente ao conceito de acesso está o de equidade, que é inequivocamente um dos mais importantes objetivos dos sistemas de saúde das sociedades modernas<sup>5</sup>. Concretizá-la no contexto do nosso SNS e de todo o sistema

<sup>102</sup> - INE. Retrato Territorial de Portugal. 2017

<sup>103</sup> - Lourenço, O. et al. A Equidade na Utilização de Cuidados de Saúde em Portugal: uma avaliação baseada em modelos de contagem. 2007

<sup>104</sup> - Constituição da República Portuguesa. 2005

<sup>105</sup> - Campos-Matos, I. et al. Connecting the dots on health inequalities – a systematic review on the social determinants of health in Portugal. International Journal for Equity in Health. 2016

nacional de saúde é, desde logo, garantir que **em cada região do País a capacidade de resposta é proporcional às necessidades e contrastes que nela se identificam.**

**Numa área particularmente exigente e com crónica limitação de recursos como é a saúde, todos os esforços e toda a cooperação devem ser considerados.** Por isso mesmo, devemos trabalhar para um futuro que acolha, com rigor, o potencial e o valor acrescentado dos elos **de colaboração entre sector público, privado e social. Basta de barreiras ideológicas. Mais importante do que quem presta o serviço de saúde, é que todos os portugueses tenham acesso aos cuidados que carecem.**

**Assumimos também que, pela natureza do modelo assistencial que se exige, e colocando sempre o cidadão no centro de qualquer política, parte considerável desta ação recai na capacidade prestadora da Rede de Cuidados de Saúde Primários (CSP).** Portugal assume, na história das reformas dos sistemas de saúde modernos, um lugar de destaque pela sua abordagem pioneira ao fortalecimento da oferta local de cuidados de saúde<sup>106</sup> e deve, portanto, estar à altura de construir uma visão integrada, sustentável, holística e multidimensional para o futuro da preservação e maximização do estado de saúde de todos os portugueses, de norte a sul, do interior ao litoral, e as regiões autónomas.

Neste âmbito, defendemos que a política de coesão territorial deve:

- **Reconfigurar o modelo governativo atual, colocando a saúde no centro da ação governativa,** numa ótica de assumir que o potencial máximo de saúde do indivíduo não depende exclusivamente da ausência de doença, mas também de outros fatores sociais mitigáveis por via de outras intervenções, reconhecendo **que não há economia sem saúde;**
- Assegurar a **implementação** a nível nacional, regional e local, de **ferramentas que permitam medir e avaliar as desigualdades em saúde** por território, por forma a assumir a **redução das desigualdades territoriais em saúde como um dos eixos estratégicos do Plano Nacional de Saúde 2020-2024;**
- Incorporar, quer nos **indicadores de desempenho** das Unidades Funcionais dos CSP quer nos Contratos-Programa das Unidades Hospitalares, métricas que permitam **avaliar os ganhos em saúde (patient-reported outcomes)** decorrentes das intervenções realizadas e os **health outcomes**, no geral, ao invés do recorrente enfoque no volume de produção;
- Projetar um **pacote de medidas verdadeiramente atrativas para promover a fixação de profissionais de saúde** nas regiões do país que revelem essa carência;
- **Explorar a figura jurídica das USF tipo C,** prevista para suprir insuficiências na rede pública, materializando-a num modelo concreto de contratualização entre SNS e parceiros do sector social, cooperativo ou privado;
- Garantir **igualdade de condições de acesso**, em todos os ACES, a recursos para **realização atempada de exames de diagnóstico e rastreio** previstos no âmbito dos Programas de Saúde Prioritários;
- **Criar proximidade assistencial dos CSP,** particularmente em regiões de maior dispersão geográfica, quer por via de **recursos humanos e físicos** (p.ex. equipamentos, transporte) quer pela **implementação de boas práticas no âmbito da telemedicina e da e-health.**

## 5. MOBILIDADE – UM PORTUGAL

### MOBILIDADE COM EIXO ESTRATÉGICO PARA UM PAÍS COESO E PARA O EMPREGO. REDUÇÃO DOS CUSTOS DE TRANSPORTES DE MERCADORIAS. ELETRIFICAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS.

Se é verdade que Portugal, em 1990, contava apenas com 316 km de extensão de autoestrada, é igualmente verdade que em 2017 contava já com 3 065 km. Apesar do notável avanço, resta a questão: o alcatrão é sinónimo de aproximação entre cidadãos e menos desigualdades?

Apesar de a extensa rede rodoviária portuguesa superar, em largas centenas de quilómetros, a de países europeus com um território maior que o nosso, registam-se falhas entre as principais cidades dentro dos próprios distritos. E tudo isto é agravado pelo preço inenquívavel das portagens. Não existe, igualmente, forma de justificar que um autocarro, em Portugal, demore, entre Bragança e Lisboa, cerca de 7h; ou que um carro que parta de Valença do Minho em direção a Cabo de Santo Maria demore entre 6h30 e 9h, com um custo superior a 100 euros pelo trajeto<sup>107</sup>.



<sup>107</sup> - [https://www.viamichelin.pt/web/Itinerarios?departure=valen%C3%A7a%20do%20minho&departureId=31NDF5dHoxMGNOREI1TURJek9UWTjTFRndU5qTXpNams9&arrival=Cabo%20de%20Santa%20Maria%2C%20Portugal&index=0&vehicle=0&type=0&distance=km&currency=EUR&highway=false&toll=false&vignette=false&orc=false&crossing=true&caravan=false&shouldUseTraffic=false&withBreaks=false&break\\_frequency=7200&coffee\\_duration=1200&lunch\\_duration=3600&diner\\_duration=3600&night\\_duration=32400&car=hatchback&fuel=petrol&fuelCost=1.534&allowance=0&corridor=&departureDate=&arrivalDate=&fuelConsumption=](https://www.viamichelin.pt/web/Itinerarios?departure=valen%C3%A7a%20do%20minho&departureId=31NDF5dHoxMGNOREI1TURJek9UWTjTFRndU5qTXpNams9&arrival=Cabo%20de%20Santa%20Maria%2C%20Portugal&index=0&vehicle=0&type=0&distance=km&currency=EUR&highway=false&toll=false&vignette=false&orc=false&crossing=true&caravan=false&shouldUseTraffic=false&withBreaks=false&break_frequency=7200&coffee_duration=1200&lunch_duration=3600&diner_duration=3600&night_duration=32400&car=hatchback&fuel=petrol&fuelCost=1.534&allowance=0&corridor=&departureDate=&arrivalDate=&fuelConsumption=)

A rede de ferrovia representa também um excelente meio de mobilidade e pilar de desenvolvimento. Houve, nos últimos anos, um aumento significativo no número de passageiros transportados. Porém, a rede ferroviária continua a não ser encarada com parte de uma estratégia e visão a longo prazo. **Defendemos que a ferrovia pode ser uma das principais forças motrizes desta nova era, com impacto direto e indireto no emprego.** Por um lado, enquanto gerador de empregos diretos – manutenção tecnológica das linhas ferroviárias, controlo de tráfego, automatização do controlo de carruagens e vagões – e por outro lado, impactando nos empregos indiretos das indústrias que florescem à volta da construção das peças, linhas e manutenção<sup>108</sup>.

Tendo como central o objetivo de potenciar o crescimento económico português, **propõe-se a redução dos custos de transportes de mercadorias** por forma a incentivar a exportação, um dos sectores de maior crescimento nos últimos anos. Não obstante a preocupação com o crescimento económico, importa reforçar que este seja aliado à sustentabilidade ambiental, com a **eletrificação dos transportes públicos**, que resultarão não só na diminuição da pegada ecológica, mas também em mobilidade mais rápida e de maior segurança.

**O argumento da rede de ferrovia ser motor de coesão territorial não é do século passado. Aproximar cidades significa, aproximar pessoas.** Ou seja, incentivar o comércio local e o próprio sector imobiliário, o que resulta no desenvolvimento das cidades e vilas por onde as linhas de comboio passam, como podemos constatar nas linhas do Barreiro, Cascais, Entroncamento e Sintra<sup>109</sup>. **Urge uma estratégia de ferrovia para potenciar o nosso território na sua totalidade**, capitalizando o emprego, a inovação e desenvolvimento, o ambiente e, em última instância, a coesão territorial.

## 6. A DIMENSÃO ATLÂNTICA DO NOSSO PAÍS – PORTUGAL INSULAR

As Regiões Autónomas são dotadas de características que impactam nas suas dinâmicas económicas, políticas e sociais, dentro das quais se destaca o seu afastamento da Europa Continental, a topografia difícil, a pequena dimensão e a grande dependência económica em poucos produtos. Baseada nestes fatores, a União Europeia atribuiu-lhes a designação de “Regiões Ultraperiféricas” porém, muito antes disto, a Constituição da República Portuguesa desenhou um projeto que protegia os arquipélagos, mas, essencialmente, potencializava os seus traços únicos. Este projeto é a Autonomia.

O projeto autonómico, implementado pelo esforço das estruturas regionais e nacionais do Partido Social Democrata, está em constante evolução, não sendo um “dado” adquirido. **Urge uma adaptação à visão política atual: a visão do jovem 360º. Uma visão que capacita os poderes autonómicos existentes para o progresso na autonomia. Ambicionamos que as Regiões Autónomas de Portugal estejam na vanguarda.**



<sup>108</sup> - JM d., Garmendia Antín, M., y Coronado Tordesillas, JM (2009). Nuevos procesos de metropolización facilitados por la alta velocidad ferroviaria

<sup>109</sup> - Les grans infraestructures de transport i el desenvolupament local de la ciutat mitjana. J Feliu Torreny

## a. REGIÕES 360º

# NEUTRALIDADE CARBÓNICA. INVESTIMENTO NAS ÁREAS STEAM E NA RELAÇÃO ENTRE O SECTOR PRIVADO E OS CENTROS DE INVESTIGAÇÃO. APOSTA NA CONTINUIDADE TERRITORIAL. PASSE SUB-23 EM CIRCUNSTÂNCIAS DE IGUALDADE.

### I. Ambiente

A insularidade aliada aos recursos naturais das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores proporciona o cenário perfeito para a utopia ecológica - produção nula de carbono. Neste sentido, os sectores público e privado das duas Regiões tiveram níveis de investimento louváveis. **Nos Açores**, principalmente graças à produção de energia geotérmica, **quase 50% da energia produzida é de origem renovável**. Na Madeira com a conclusão da Barragem do Pico da Urze, prevê-se **um salto para os 53%**. Existe, simultaneamente, um projeto desenvolvido em parceria com o Grupo Renault, no qual se objetiva **libertar a ilha do Porto Santo de energias fósseis**. O Governo Regional da Madeira, liderado pelo PSD, tem consubstanciado a sua preocupação nesta área subsidiando, na Madeira, em 5 000€ a aquisição de viaturas elétricas, e em 10 000€ para quem resida no Porto Santo. **AJSD, como voz ativa dos jovens, congratulará os esforços atuais e apoiará veementemente a intensificação destes.**

### II. Educação, I&D e Emprego qualificado

A economia das nossas Regiões Autónomas é altamente dependente do turismo, sector volátil e que tem registado uma tendência negativa nas regiões. **Importa combater esta dependência, apostando nos sectores de ponta: as áreas STEM**. Estes sectores beneficiam da facilidade em exportar a sua produção, nomeadamente de software, e implementar uma produção transnacional. Adicionalmente, não sendo um sector industrializado, complementa os objetivos ecológicos. **Porém, esta mudança exige um leque de medidas abrangentes que espelhem verdadeira vontade política, nomeadamente um arrojado investimento na educação para a adaptar ao novo paradigma**. Simultaneamente, é necessário que, ou ao abrigo da Lei do Mecenato que deve discriminar positivamente o investimento em territórios com limitações geográficas, ou através de um novo instrumento legal, **se criem condições para o aumento do investimento privado**.

Uma **aposta nas áreas STEM das Universidades da Madeira e dos Açores** permitirá alcançar o prestígio necessário para que os jovens insulares sejam procurados pelas empresas instaladas na sua Região. **A promoção da investigação, simultaneamente a uma relação estreita entre o sector privado e os Centros de Investigação, terá de ser uma prioridade**, para que as Regiões Autónomas sejam mais do que importadoras de tecnologia. Colocar o foco do desenvolvimento 360º das ilhas nas universidades, impulsionará o desenvolvimento da Autonomia.

Ainda no que concerne à educação, mas no que toca aos programas de Ensino Básico e Secundário e respeitando a

lógica da possibilidade de cada aluno construir o seu percurso, **defendemos a criação e introdução de disciplinas que contemplem conteúdos de cariz regional.** O respeito pela cultura e pela história do nosso património contribuirá para cidadãos mais holísticos.

### III. Mobilidade

**Deve ser uma prioridade a aposta na continuidade territorial, que no Estatuto Político-Administrativo deve ser assegurada pelo Estado.** Neste sentido, foi aprovada na Assembleia da República uma proposta do PSD que altera o subsídio social de mobilidade, para que os madeirenses paguem unicamente o preço estipulado para as passagens aéreas de ida e volta, sem haver a necessidade de adiantamento de valores com posterior reembolso. Apesar da aprovação desta medida que deveria ter entrado em vigor no dia a seguir à publicação do Orçamento do Estado 2020, tal não se verificou, revelando o desinteresse do Partido Socialista no que concerne aos desejos, necessidades e direitos dos insulares. **Com o fim de diminuir as desigualdades dos jovens estudantes insulares, a JSD defenderá a concretização deste projeto político, para todos os portugueses residentes no território insular, isto é, Madeira e Açores.**

**Ainda no que toca a questões de mobilidade, importa referir que o Passe Sub-23 é um compromisso do Governo da República que nunca foi cumprido para com os estudantes portugueses que escolheram as instituições universitárias e politécnicas das Regiões Autónomas.** Sendo o Ensino Superior uma competência específica e única do Governo da República constata-se que as assimetrias relativas aos territórios insulares têm sido assim agravadas pelos Governos Socialistas. Se hoje o Passe Sub-23 é uma realidade, deve-se à comparticipação do Governo Regional da Madeira a partir de 2018, que o Governo Regional dos Açores apenas acompanhou no orçamento de 2019. **Acreditamos num Portugal por inteiro e repudiamos qualquer conduta que promova desigualdades. A JSD defenderá que o Governo da República seja o responsável pelo pagamento das indemnizações compensatórias às empresas de transportes terrestre diretamente, sem qualquer intermediação dos Governos Regionais.**

Considerando a continuidade territorial por via marítima, existe a promessa – novamente, incumprida – do Governo da República liderado por António Costa, da criação de uma linha Funchal-Lisboa. Promessa essa, até hoje, por cumprir. **Não compactuaremos com esta inércia. A JSD defenderá, sempre, um Portugal por Inteiro, com Regiões próximas do resto do país.**

## b. + AUTONOMIA

# AUTONOMIA FISCAL. ALTERAÇÃO DA LEI DAS FINANÇAS REGIONAIS. FIM DO CARGO DE REPRESENTANTE DA REPÚBLICA.

O projeto autonómico beneficia, inquestionavelmente, de mais autonomia. Colocando a atenção no indiscutível sucesso do Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), evidencia-se como lógica a importância dos Governos Regionais terem a possibilidade de definir as suas regras de tributação. **Defendemos a autonomia**



**fiscal como próximo passo lógico para a potencialização da economia das Regiões Autónomas.** Possuindo esse estatuto jurídico, os Governos Regionais poderiam utilizá-lo para mais eficientemente atingir a sua visão política, nomeadamente energias 100% limpas.

Apesar de, atualmente, o dinheiro pago pelos portugueses dos Açores e da Madeira ser receita dos respetivos Governos Regionais, para que exista uma redução de impostos nas Regiões é necessário que a mesma venha plasmada em Orçamento do Estado. **A JSD defenderá que, considerando que as verbas ficam nas Regiões, os Governos Regionais devem ter a possibilidade de fixar as regras de tributação.**

**Se queremos que Portugal cresça na sua dimensão transatlântica e europeia, importa reconhecer as Regiões Autónomas como veículo para este fim.** Aos Açores e à Madeira devemos 80% do território do nosso país. Se representamos a mais ampla Zona Económica e Exclusiva da Europa, e uma das maiores do mundo, deve-se ao posicionamento atlântico dos Açores e da Madeira. Assim, compreender-se-á que não é plausível que existam regiões do país que se financiem junto do Estado Central, de forma mais cara do que o Estado Central se financia junto dos mercados internacionais. **Entendemos, por isso, que os juros a pagar por empréstimos feitos pelo Estado Central às Regiões Autónomas devem ter um valor igual ou inferior ao que Portugal se financia no exterior.**

**A urgente necessidade de alteração da Lei de Finanças Regionais ficou clara durante a pandemia da COVID-19, provando-se que o atual quadro legal não responde às necessidades dos portugueses insulares.** Se a legislação não deve permitir o endividamento descontrolado por parte dos Governos Regionais, também não deve constituir uma limitação ao exercício das funções dos Governos Regionais eleitos por sufrágio universal e direto. A Lei das Finanças Regionais deve, simultaneamente, privilegiar o equilíbrio financeiro e o aumento da autonomia. **Defendemos uma alteração que dote os Governos Regionais de maior Autonomia em matéria de captação de novas receitas, novas fontes de financiamento e instrumentos da gestão da dívida, nomeadamente através da criação de um Sistema Fiscal Próprio das Regiões.** A JSD defenderá o debate entre os modelos que permitirão esta alteração: através da manutenção dos atuais impostos, mas atribuindo autonomia aos Governos Regionais para definirem as taxas e redistribuírem a carga fiscal privilegiando as suas prioridades, alteração espelhada na lei das finanças regionais, ou através da criação de um sistema novo, com a possibilidade de criar novos tributos e isentar cidadãos do pagamento de impostos nacionais, dotando as regiões de regras novas que implicariam uma revisão da Constituição.

**Independentemente de qual dos modelos deve ser adotado, a JSD estará ao lado dos jovens, defendendo que é fundamental criar uma base fiscal que permita aos jovens insulares afirmarem-se no empreendedorismo, mitigando as assimetrias vividas por quem pretende alavancar uma atividade económica.** A dimensão do mercado, os transportes e as barreiras geográficas são custos acrescidos que desincentivam o investimento nas ilhas, facilitando o despovoamento dos territórios pelos jovens, resultando numa fuga de cérebros que deve ser combatida.

**No âmbito da reforma do Sistema Político, não há motivo para a manutenção constitucional do cargo de Representante da República, à luz dos novos tempos.** Se o poder legislativo é igual em todo o País, não obstante a hierarquia das fontes de direito existentes, não há razão para que o Senhor Presidente da República nomeie alguém para exercer as suas funções junto das Assembleias Regionais, ao invés do próprio o exercer, à semelhança do que faz no que toca aos diplomas da Assembleia da República.





## JOVEM 360º: O CIDADÃO DO MUNDO

#ESTAMOSJUNTOS

### FACILITAR PROCESSOS BUROCRÁTICOS PARA INTERNACIONALIZAÇÃO. ENRIQUECIMENTO DA RELAÇÃO COM A CPLP.

O mundo deixou de ter distâncias inalcançáveis desde o dia em que nos transportamos para outro continente através de um *click*. Com a redução da distância, a aproximação dos povos e a interculturalidade cresceram. O jovem 360º sente-se em casa em qualquer parte do mundo, porque o mundo é a sua causa. Com horizontes cada vez maiores, firmes nas suas origens, a nossa geração reconhece as vantagens da pluralidade de experiências. **A JSD acredita que há mais oportunidades por via da liberdade de circulação e da liberdade económica.** Mais oportunidades impactará em mais felicidade.

Além de sermos adeptos de viajar, a nossa geração pondera muitas vezes a emigração, quer seja para estudar ou trabalhar. Vemos nesta vontade uma oportunidade. **AJSD defende que se deve facilitar os processos burocráticos para cada jovem perseguir o seu sonho de internacionalização, criando também condições para que o jovem português não perca o seu vínculo ao seu país, por forma a regressar assim que bem o entender.** A “circulação de cérebros” tornou-se vulgar no seio do projeto europeu e trazem consigo novas visões, novas soluções, que resultam do confronto cultural. Defendemos por isso que se **aposte nos programas europeus já existentes, mas que se vá mais além, com o enriquecimento da relação com a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), nossos parceiros naturais.**

## 1. EURES PARA TODOS

### ALARGAMENTO A MAIS EMPREGADORES. APROXIMAÇÃO AOS POLOS UNIVERSITÁRIOS.

A EURES (European Employment Services – Serviços Europeus de Emprego) é uma rede de cooperação formada por serviços públicos de emprego, com o principal objetivo de facilitar e potenciar a livre circulação de trabalhadores dentro do Espaço Económico Europeu (EEE) e na Suíça.

A nossa geração caracteriza-se por ser altamente qualificada e extremamente motivada para uma experiência laboral no estrangeiro. Há que aproveitar esta nova vocação e canalizá-la para uma rede que seja eficaz na possibilidade de corresponder às expectativas dos jovens. **Como o programa ERASMUS+ está, hoje, bem cotado na opinião dos mais jovens por oferecer um intercâmbio ao nível do ensino. Defendemos que também a rede EURES deve estar presente no início da integração do jovem no mercado de trabalho.**

Contudo, necessitamos de alargar as oportunidades oferecidas pela EURES. Atualmente, a rede conta com um total 15 475 empregadores<sup>110</sup>, a nível europeu, que oferecem oportunidades de emprego em diversas áreas da economia. No entanto, este **reduzido número de empregadores à escala europeia surge como o maior entrave à sua disseminação. Defendemos uma maior aposta, a nível europeu, neste programa.**

A JSD defende que também é necessário **aproximar o EURES aos polos jovens** (escolas, faculdades, politécnicos), isto é, dar a conhecer o programa ao seu público-alvo através de, por exemplo, disponibilização **de gabinetes de apoio ou de sessões de esclarecimento sobre o mesmo**. A existência de **orientadores/tutores** que aconselham e acompanham os jovens ao longo de todo o processo de colocação pode ser importante para dar o apoio necessário àqueles que venham a usufruir desta rede. **Acreditamos na aposta no EURES como programa que possa promover a igualdade de oportunidades para todos os jovens que aspirem uma primeira experiência de emprego internacional.**



<sup>110</sup> - EURES, Portal Europeu de Mobilidade Profissional: <https://ec.europa.eu/eures/public/pt/homepage>

## 2. ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS ERASMUS A TEMPO E HORAS

### MANUTENÇÃO DA ATRIBUIÇÃO MENSAL DA BOLSA, MAS COM PAGAMENTO DE UMA TRANCHE INICIAL ANTES DO INÍCIO DO PROGRAMA.

Hoje, mais do que nunca, o programa Erasmus+ possui uma importância ímpar, tendo dado origem à nossa “geração Erasmus”, já que incorpora a fusão de diversas componentes geracionais importantes: estudo, formação, voluntariado, estágios e desporto. A Comissão Europeia estima que, de 2014 a 2020, iremos alcançar os 2 milhões de estudantes e meio milhão de estagiários beneficiários do programa<sup>111</sup>. Estes valores representam o dobro das oportunidades oferecidas nos últimos 30 anos. Acresce os efeitos duradouros do Erasmus+ com 1 em cada 3 estagiários do programa a receber uma oferta para uma posição permanente na empresa onde estagiou ao abrigo do programa; e com o acréscimo salarial de 23% em todos os que possuem “Erasmus+” no seu currículo.

O orçamento do programa Erasmus+ de cerca de 15 mil milhões de euros para o período de 2014-2020, representa um aumento de 40% quando comparado com o período anterior. Não obstante esta evolução positiva, **continuam-se a verificar falhas nos pagamentos e morosidade na burocracia** acabando por ser alvo de queixas recorrentes dos estudantes que participam neste programa. Se, por um lado, a Comissão Europeia propõe o valor de 30 mil milhões, o que representa um aumento superior a 100%, perspetivando-se um futuro risonho para este programa; por outro lado, **no entender da JSD, não será o aumento no orçamento que resolverá o problema, porque o problema reside na forma como as bolsas são pagas**<sup>112</sup>.

Atualmente, o pagamento é feito mensalmente, sendo que existe um valor que é pago após o semestre de intercâmbio. Esta última verba está sujeita a uma prova de aproveitamento académico do estudante. Na prática, **os jovens**



<sup>111</sup> - Comissão Europeia, “Relatório anual Erasmus+: Folha Informativa”, 2017

<sup>112</sup> - Comissão Europeia, “Relatório anual Erasmus+: Folha Informativa”, 2017

têm de pagar as despesas iniciais, como a renda da casa e a viagem para o país de destino, sem qualquer apoio, sendo que o hiato temporal entre o Erasmus e o pagamento da bolsa é enorme.

Não são raros os jovens que deixam de ter a oportunidade de ingressar nesta experiência por não terem, à partida, condições socioeconómicas favoráveis. A JSD propõe a alteração do método de pagamento das bolsas. **Propomos a manutenção da atribuição mensal de parte da bolsa, no entanto acreditamos que a parte que é paga após a experiência deve paga antes do início do Erasmus.** Esta medida seria o suficiente para que nenhum jovem ficasse impossibilitado de estudar fora, com a possibilidade de enfrentar as despesas do primeiro mês, que são sempre mais elevadas. **Propomos que esta primeira tranche possa continuar a ter uma componente meritocrática, sendo que se o aproveitamento académico fosse negativo, esse estudante gerava uma dívida junto da UE<sup>113</sup>.**

### 3. ÉS TU QUE ESCOLHES

## MAIS ECTS POR CADEIRA. INCENTIVO ÀS CADEIRAS OPCIONAIS. POTENCIAR BOLSAS DE MESTRADO A ALUNOS CARENCIADOS E EXPANDIR OS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.

Apesar da existência de vários programas de mobilidade internacional universitária, apenas algumas instituições de ensino superior portuguesas são capazes de providenciar aos seus alunos a possibilidade de estudar no estrangeiro por um período de curta duração, o que é por si uma desigualdade que o jovem português enfrenta. Acresce o facto de atualmente o plano curricular da maioria das faculdades oferecer variadas cadeiras obrigatórias, e apenas um leque diminuto de cadeiras opcionais.

Em países como a Holanda ou a Dinamarca, o ensino universitário encontra-se num estágio de maturação completamente díspar da realidade portuguesa. Os alunos destes países frequentam maioritariamente cadeiras de 8 ou 12 ECTS e cuja creditação não reflete apenas o trabalho em ambiente de sala de aula mas também o trabalho autónomo e em grupo. **Assim, ao invés de pesados horários semanais, os alunos conseguem um horário relativamente reduzido permitindo o desenvolvimento pessoal extra-faculdade.** Os alunos dispõem de total liberdade no emprego do seu tempo, verificando-se que a maioria opta por trabalhos em regime de *part-time* - o que lhes permite pagar as despesas universitárias - ou por participar em clubes e organizações promovidas em ambiente de faculdade. As aulas representam um mero instrumento de verificação do trabalho autónomo, sendo os alunos dotados de grande liberdade na construção do seu futuro. **Estes jovens acabam por se emancipar mais precocemente, quer pela aquisição de *soft skills*, quer pelo facto de serem instigados a procurar o seu próprio sustento.**

Em Portugal tal cenário assemelha-se utópico e inconciliável, pois os programas estão sobrecarregados de cadeiras relativamente pequenas (3 a 5 créditos) que não refletem quantitativamente o esforço dos alunos. Simultaneamente, a fraca carga somatória destas cadeiras e obrigatoriedade na frequência impedem que os jovens que desejam estudar no exterior obtenham tais valências. Assim, um jovem que pretenda concorrer ao

113 - Erasmus University Rotterdam, Erasmus School of Economics: <https://www.eur.nl/en/ese/exchange/visiting-students/your-exchange/courses-and-registration>





programa Erasmus, por exemplo, debater-se-á com dificuldades na conversão e nos programas curriculares pois a maioria das faculdades assenta, ainda, em programas antiquados em clara dissonância com o modelo Europeu. Urge, assim, repensar a formulação programática das matérias lecionadas no ensino superior das cadeiras por forma a:

- Dotar as referidas cadeiras de uma **maior carga de ECTS**, diminuindo assim o número de disciplinas lecionadas e recursos despendidos;
- Promover uma **reestruturação do tronco curricular com o intuito de estimular o ensino de cadeiras opcionais**, complementares à formação específica. A arbitrariedade destas cadeiras permitirá não só que o aluno possa construir o currículo que melhor se adequa aos seus objetivos como também abrirá a via para o ensino em faculdades estrangeiras parceiras, em sistema de mobilidade;
- **Potenciar bolsas internacionais de mestrado para estudantes carenciados e expandir os critérios de elegibilidade favorecendo estudantes com participação ativa em movimentos cívicos ou de solidariedade social**. Na incapacidade de ser o Estado a promover as referidas bolsas, estimular parcerias privadas cujo mecenato promova isenção ou redução da carga fiscal.



## O SISTEMA POLÍTICO

#ESTAMOSJUNTOS

### EQUILÍBRIO DA REPRESENTATIVIDADE DOS ÓRGÃOS ELEITOS. CONSAGRAÇÃO DE CÍRCULOS UNINOMINAIS, COMPLEMENTARES COM CÍRCULOS PLURINOMINAIS. VOTO ELETRÓNICO.

Ao fim de 45 anos, a III República é já o regime político mais duradouro sob a bandeira republicana. A solução encontrada consagrou **um modelo assente na perpetuação da estabilidade política, em que o equilíbrio de poderes conduziu até aqui a um rotativismo governamental entre os dois maiores partidos**, gerando um sistema conservador que não admite grandes variações eleitorais. Todavia, **os últimos atos eleitorais demonstraram uma inversão do paradigma**, com o crescimento de partidos de nicho, com discursos sectoriais e eleitorados perfeitamente identificados. A entrada de rompante de deputados do PAN, Livre, Chega e Iniciativa Liberal, aliada ao crescimento dos discursos antissistémicos **espelha o galopante sentimento de desconfiança dos eleitores face aos partidos tradicionais**.

**Os jovens da geração 360º alhearam-se do discurso dos políticos, mas não necessariamente do discurso político, pelo que os vemos frequentemente a empregar esforços em torno de causas.** O crescimento ininterrupto da abstenção em Portugal é a expressão máxima do afastamento dos cidadãos face ao poder político, concretizando-se num contexto propício ao **surgimento de fenómenos que colocam em causa a Democracia: a corrupção, a desinformação e o populismo**. Urge assim que a JSD avance com propostas no âmbito da reforma do sistema político (1) e eleitoral (2).

**Portugal deve ponderar uma reforma do sistema político (1).** Necessitamos de um reequilíbrio do poder executivo, excessivamente concentrados num Primeiro-ministro que usufrui de uma diminuta legitimidade democrática.

O facto de os deputados não representarem o círculo eleitoral pelo qual foram eleitos, sendo deputados da Nação, gera um vazio representativo, sem vínculo estabelecido entre o deputado e os eleitores que nele votaram. Se é importante que tenhamos parlamentares inteiramente dedicados às causas nacionais, não seria igualmente pertinente ter parlamentares focados em assegurar a representatividade dos seus eleitores? Cabe à JSD fomentar este debate na sociedade.

**Simultaneamente, o nosso sistema eleitoral (2) está repleto de fragilidades. Sabias que nas últimas eleições legislativas houve 680 mil votos que não elegeram qualquer deputado?**

O fenómeno dos “votos desperdiçados” deve-se ao sistema eleitoral vigente em Portugal. **Em cada eleição existem milhares de cidadãos que votam em partidos que não conseguem eleger um único deputado no seu círculo eleitoral.** Estes votos, que não se traduzem em qualquer mandato, têm uma força política meramente simbólica, fragilizando sobretudo os pequenos partidos. A esta fragilidade do sistema eleitoral português acresce o facto de o **processo de formação das listas de candidatos a deputados estar exclusivamente no domínio dos partidos**, sem que haja qualquer necessidade dos mesmos em dialogar com os cidadãos. **Todo este cenário contribui exponencialmente para o afastamento dos eleitores.**

Para invertermos esta situação pretendemos que a JSD defenda uma reforma eleitoral (2) mais próxima do modelo eleitoral alemão<sup>114</sup>. Sem menosprezar a proporcionalidade do sistema eleitoral, segundo o método de Hondt, **a JSD defenderá a consagração de círculos uninominais complementares com os círculos plurinominais.** Neste regime de voto uninominal cada eleitor dispõe de dois votos no seu boletim: com o primeiro, escolhe a lista partidária que prefere, de entre as apresentadas no círculo plurinominal, que determinará a composição global do Parlamento e define a quota territorial de mandatos a que cada partido tem direito. Com o segundo, escolhe o seu deputado, de entre os candidatos no círculo uninominal.

Ainda na sequência da reforma eleitoral, importa **ponderar-se o voto eletrónico, requerido pela generalidade da população enquanto mecanismo de facilitação do direito de voto e ferramenta de combate à abstenção.** O nosso sistema eleitoral já contempla duas ferramentas suportadas por sistemas tecnológicos que dão suporte ao processo eleitoral: o Recenseamento Eleitoral e o Escrutínio Provisório. Contudo, a falta de maturidade destes sistemas não cria segurança suficiente para a implementação, por um lado, do voto eletrónico e, por outro, de um sistema de publicitação instantânea dos resultados provisórios. Assim cabe à JSD, durante o próximo mandato, apresentar uma solução séria, centrada nos direitos políticos e aos dados pessoais dos cidadãos, mas sem nunca hipotecar a soberania portuguesa e o Estado de Direito.

A adoção do voto eletrónico terá de permitir o exercício do Direito de voto em qualquer Secção de Voto Eletrónico do país. Deverá ainda: aumentar a celeridade dos processos eleitorais; inibir a existência de votos nulos; publicar de forma instantânea os resultados provisórios; aumentar a independência dos cidadãos eleitores portadores de deficiências; e reduzir os custos associados aos atos eleitorais. Por forma a alcançar estes objetivos em segurança, defenderemos medidas técnicas e organizativas que assegurem a confidencialidade do sentido de voto.

Poderíamos alegar, com envergonhada inocência, que ninguém deu pelo depauperar da qualidade da nossa democracia. Todavia, aqui chegados, **já não é possível optar por fechar os olhos, e esperar que o povo português torne a depositar a sua confiança neste sistema político.** Já dizia Einstein: «loucura é continuar a fazer sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes».

<sup>114</sup> - Castro, José Ribeiro e, in Jornal i, link: <https://ionline.sapo.pt/artigo/654574/-eleger-o-deputado-nao-so-o-partido-o-modelo-portugu-s?seccao=Opini%C3%A3o>





## MISSÃO 2021: JOVENS TODO O TERRENO

#ESTAMOSJUNTOS

### AUSCULTAR E OUVIR AS ESTRUTURAS. PLANO DE AÇÃO DA CPN DA JSD PARA OS NÚCLEOS RESIDENCIAIS, CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS PARA AS AUTÁRQUICAS 2021. MAIS JOVENS NO PODER AUTÁRQUICO. CONVENÇÃO AUTÁRQUICA DA JSD.

Somos a geração 360º. Reconhecidos por sermos os mais tecnológicos e info-incluídos, os mais exploradores e viajados, os que mais gostamos de partilhar espaços comuns. **Somos uma geração de valores porque tivemos uma adolescência peculiar. Convivemos com os sacrifícios modernos, a crise financeira de 2008, o resgate financeiro e a pandemia mundial.** Apesar de tudo isso, damos continuidade aos nossos sonhos e acreditamos num mundo melhor, cheio de oportunidades, reconhecendo que é preciso saber persistir.

**A nossa geração quer saber. Importa-se. Alguns de nós juntam-se às juventudes partidárias, outros criam movimentos de causas na sociedade. A JSD quer acolher, e tem espaço para todos, jovens cheios de vontade e de espírito.** Jovens empoderados das melhores ferramentas e dos conteúdos mais fundamentados para se tornarem em melhores cidadãos, mais profissionais, mais capazes de responder com certezas e segurança ao que assola a nossa sociedade.

A Comissão Política Nacional (CPN) da JSD tem um papel estrutural no apoio às estruturas distritais, concelhias e núcleos residenciais estando constantemente a par das atividades das estruturas locais, acompanhando os

momentos que se mostrem fulcrais para estas. **A CPN deve adotar métodos que permitam um diálogo contínuo, quer a nível concelhio, quer a nível distrital, de forma a perceber cada uma das realidades sociais, possibilitando uma intervenção contextualizada e adaptada a cada círculo.**

Cada região apresenta as suas singularidades. **Deve ser obrigação da CPN potenciar a comunicação entre estes dirigentes associativos, enquanto ponte entre eles,** com o objetivo de garantir que há convergência de boas práticas entre as diversas estruturas. Só assim será possível construir canais com as estruturas locais.

**Só conhecendo e auscultando o ímpeto, os desafios, as dificuldades e as motivações das estruturas, será possível montar um plano de ação concertado para todos os núcleos residenciais, concelhias, distritais e regionais do país no que toca às eleições autárquicas de 2021. A CPN da JSD estará ao lado de todos.**

Atualmente, **a JSD orgulha-se de ver representados, por todo o país, mais de 3 centenas de jovens a integrarem as estruturas do poder local,** entre listas às freguesias, assembleias e câmaras municipais. Contudo, sabendo que a nível nacional temos mais de 35 500 autarcas, **queremos que a JSD tenha mais representatividade nestes órgãos locais, aumentando o número de jovens nestas estruturas.** Queremos garantir que os líderes das estruturas locais desempenham um papel interventivo e fulcral nas eleições que se avizinham, as autárquicas de 2021.

Ao longo dos anos, temos vindo a formar quadros mais competentes, promissores e meritocráticos e, por isso, queremos dar voz a portadores de exemplos de sucesso, de cidadania e de talento. Enquanto dirigentes associativos e militantes das nossas estruturas, temos o dever de nos fazermos representar nos órgãos municipais e de freguesia. **Queremos que a CPN da JSD disponibilize todos os apoios e meios que estejam ao seu alcance para fortalecer cada um dos agentes de mudança da estrutura. Com esse objetivo, defendemos a organização de uma grande Convenção Autárquica, para que todos os eleitos da JSD possam partilhar boas práticas, fazer rede e capacitarem-se mais.**

**Só adquirindo uma real representação no poder local nas autárquicas de 2021, é que os agentes de mudança terão maior poder mobilizador, conseguindo desenvolver as suas ideias, realizar os seus projetos, podendo fazer com que aqueles jovens que hoje menos acreditam, possam voltar a ter esperança num futuro melhor, com mais representatividade, dotado de pessoas de valor e com vontade de contrariar o que por vezes não é bem conseguido.** Temos connosco quadros que acreditam, que têm vontade de fazer acontecer, que trazem consigo a energia que identifica os jovens, que têm conhecimento e qualificação, e que rapidamente conseguem desenvolver e munir-se de informações com destreza. **Acreditamos numa JSD que acredita na sua força, os jovens.**



## REVOLUCIONAR A JSD

#ESTAMOSJUNTOS

Ao longo dos últimos anos, e em particular dos últimos dois anos, a JSD tem-se vindo a transformar de forma a estar mais próxima dos militantes e dos jovens. Quer na relação com a militância, quer na comunicação, têm sido várias as inovações: se inicialmente a implementação da JSD nas redes sociais foi inovadora, atualmente contactamos com todos os nossos militantes por via do *whatsapp*. Se a presença na comunicação social na JSD era difícil, hoje a JSD está habituada a fazer notícia. Porque tem conteúdo e sabe comunicá-lo.

**Devemos, assim, honrar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. No entanto, isso não significa que não devam ir mais além e querer uma JSD ainda mais criativa e ao ritmo da revolução 4.0. Na verdade, queremos revolucionar a JSD.**

Queremos que a JSD intensifique a sua presença na comunicação social, que seja, mais do que nunca, a voz dos jovens nas capas dos jornais e no topo das partilhas de notícias. **Queremos uma JSD que se assuma tanto responsável, quanto irreverente, numa atitude atenta às políticas impostas pelo Governo de Esquerda,** reforçando a forma como comunica com a juventude e garantindo ferramentas de trabalho adequadas para que todos os militantes se possam sentir parte da estrutura. Porque a estrutura só existe, porque cada um de nós lhe dá vida.

A Juventude Social Democrata, enquanto líder da Geração 360º na defesa das causas do século XXI, tem de se digitalizar, ao mesmo tempo, que garante maior acesso aos seus militantes às ferramentas essenciais para o cumprimento das suas responsabilidades enquanto dirigentes bem como, salvaguarda os direitos dos seus militantes.

# 1. QUERO SER DA JSD!

## 1.1. MAIS TRANSPARÊNCIA NA FILIAÇÃO

### PACK MILITANTE INTERATIVO. FILIAÇÃO DIGITAL DE MENORES.

A filiação na JSD deverá ser um processo transparente para militantes menores e maiores, com a criação de um sistema de alertas que permitirá a cada interessado em filiar-se saber em que fase está o seu pedido de inscrição. **No momento da inscrição, o novo militante receberá, no seu e-mail, um pack militante interativo em que terá acesso imediato a contactos úteis, à agenda, ao whatsapp da JSD e todos os meios que possam facilitar a sua participação política ativa o mais precocemente possível. Apostaremos também na filiação digital de menores.**

## 1.2. DESBUROCRATIZAR É APROXIMAR

### LUTAR PELA TRANSIÇÃO AUTOMÁTICA DOS MILITANTES MENORES DA JSD PARA O PSD.

Um dos principais constrangimentos ao alcançar os 18 anos, que acaba por afastar os jovens e prejudicar o seu tempo de militância, impactando na sua capacidade eleitoral, é a necessidade de preencher uma nova ficha de militante. Assim, lutaremos pela transição automática dos militantes menores da JSD para o PSD, **com a notificação automática dos mesmos por e-mail e/ou whatsapp sobre a sua transição e obrigatoriedade de comprovativo de morada e quotas inerente ao PSD**, acabando com um sistema complexo e burocrático, que causa tantas vezes constrangimentos. Queremos ser uma estrutura que aproxime os jovens da política!

### 1.3. DO PAPEL AO DIGITAL

## FIM DOS PROCESSOS EM PAPEL.

Quando para transferir dinheiro basta ir a um *website* ou utilizar uma *app*, não faz sentido que para participar civicamente seja necessário mais do que um *click*. Assim, propomos a transformação digital dos processos administrativos via website da JSD, com integração de processos de atualização de dados concelhios, de documentação e gestão de inscrições. Pôr fim aos processos em papel fará parte das prioridades, quer pela questão ambiental, quer pela simplificação do processo.

### 1.4. ALL ABOARD?

## ENCONTRO ANUAL DOS NOVOS MILITANTES – “JSD ON BOARDING”

Porque ser militante da JSD é mais do que entregar uma ficha de militante, defendemos a criação do encontro anual dos novos militantes - “JSD on boarding”. A integração dos novos militantes deve ser uma preocupação de todos os dirigentes da estrutura. Em cada novo militante, há um potencial líder da construção do futuro e nenhum deve ser menosprezado. Criar condições para que, após a inscrição, não haja afastamento é uma prioridade.

### 1.5. O CORPO DE VOLUNTÁRIOS DA JSD

## CORPO DE VOLUNTÁRIOS DA JSD EM QUE QUALQUER MILITANTE PODERÁ PARTICIPAR.

São inúmeros os militantes espalhados pelo nosso país que, por estarem fora das estruturas eleitas nas suas concelhias, ou por as próprias estruturas locais não terem atividade, querem participar, vendo-se no entanto muitas vezes inibidos. A JSD é um espaço de todos os que dela queiram fazer parte, a sede da JSD é a casa para todos os seus militantes. A Secretaria Geral da JSD terá dentro da sua organização o “Corpo de Voluntários da JSD”, em que qualquer militante que queira participar terá oportunidade. São inúmeras as formas de participar, e todas devem estar ao dispor. Seja pela produção de conteúdo, pela ajuda na organização de eventos, em questões logísticas ou em *brainstormings* que se considerem importantes. Na JSD que sonhamos, todos têm oportunidade de integrar ativamente a estrutura.

## 2. TRABALHAR EM REDE – A CHAVE PARA O SUCESSO DE UMA GERAÇÃO

### 2.1. SHARK TANK DA JSD

#### CRIAÇÃO DE CONCURSO DE IDEIAS PARA APROXIMAR OS MILITANTES DA ESTRUTURA.

Com militantes criativos por todo o país, e sabendo que a “criatividade é a inteligência a divertir-se”, urge a criação do *Shark Tank* da JSD, enquanto oportunidade para que todo o capital intelectual de ideias passe do papel à realidade.

A criação de um concurso de ideias permite aproximar os militantes das estruturas locais e regionais à estrutura nacional. Tendo presente que os recursos destas estruturas são, muitas vezes, escassos e de difícil materialização, o *Shark Tank* da JSD contorna esta realidade, possibilitando a concretização de ideias estratégicas e estimuladoras.

Assim, tem por objetivo **capacitar as estruturas e os militantes com meios materiais ou imateriais que permitam a prossecução da sua atividade**, correspondendo aos sonhos e às ambições das equipas que as constituem.

Os participantes deverão honrar o **espírito empreendedor e a imaginação, para apresentarem a uma equipa de júris com representatividade nacional, as suas propostas, que serão votadas e divulgadas por todo o país.** Tentando ser o máximo persuasivos e proativos nas suas apresentações, com ideias bem fundamentadas e sustentadas, **as propostas deverão reconhecer valor e ser motor de réplica de boas práticas a nível nacional.**

### 2.2. TU ÉS CIDADÃO DO MUNDO

#### CONCURSOS PROMOVIDOS PELA JSD PARA PROPORCIONAR EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL.

Dar continuidade aos concursos meritocráticos promovidos pela JSD com o objetivo de proporcionar experiências nacionais e internacionais, quer do ponto de vista político, com maior conhecimento das instituições europeias e do YEPP, quer do ponto de vista de aposta na formação dos quadros da JSD através de parcerias promotoras de conhecimento.

## 2.3. REVOLUÇÃO 4.0: A REDE À DISTÂNCIA DE UM CLICK

### ESPAÇO RESERVADO A CADA ESTRUTURA NO SITE DA JSD. APP DA JSD.

Se o ímpeto do militante da JSD é transversal – o bem comum – então, torna-se necessário **criar mecanismos para facilitar a partilha de ideias e a comunicação entre dirigentes**. Assim, e na sequência, por exemplo, do trabalho em rede já realizado pelo JASD – Jovens Autarcas Social Democrata importa reforçar este tipo de estruturas e passá-las também para o campo do digital.

O reforço da comunicação interna entre dirigentes, a possibilidade de cada estrutura local ter um espaço reservado no *website* da JSD onde possam encontrar ferramentas de modernização administrativa das estruturas, elementos gráficos, como, por exemplo, logótipo, imagens, entre outros, para a comunicação da JSD ser consertada, um espaço onde possam promover a divulgação do seu trabalho – não só com o objetivo de o divulgar, mas também de o partilhar para ser replicado – e plataformas de divulgação das boas práticas serão uma prioridade, no âmbito de um plano de modernização e transformação digital da JSD.

Nesta sequência, a criação de uma **aplicação móvel**, de *download* gratuito, será uma prioridade. Não podemos permitir que a vontade de um jovem participar esteja mais distante do que a distância de um *click*. Esta aplicação da JSD será um espaço não só de partilha e aproximação entre estruturas e dirigentes – com um espaço reservado para os próprios e com um calendário dos eventos –, mas também na aproximação da JSD à sociedade civil, com a disponibilização do “Manual do Militante” e a filiação através da aplicação

## 2.4. JSD À VELOCIDADE DA LUZ

### DESMATERIALIZAÇÃO DOS PROCESSOS ELEITORAIS E REFERENDOS ONLINE

AJSD implementará uma **plataforma online** com o objetivo de **desmaterialização dos processos eleitorais, modelos de acta eletrónica e o desenvolvimento de referendos online periódicos sobre matérias de interesse nacional**.



## 2.5. CONCRETIZAR A REVOLUÇÃO

### CRIAÇÃO DO GABINETE DA REVOLUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA JSD.

Por forma a garantir a coordenação e implementação de toda a estratégia de revolução da JSD, propõe-se a criação do “**Gabinete da Revolução e Transformação Digital da JSD**”. **Sob a coordenação da Secretaria Geral**, este Gabinete funcionará em articulação com as Coordenações dos Gabinetes de Comunicação e Gabinete Administrativo e Financeiro.

## 2.6. PORTUGAL POR INTEIRO

### INEXISTÊNCIA DE ASSIMETRIAS ENTRE FICHEIROS REGIONAIS E NACIONAIS.

Desde cedo que a JSD reconheceu a Autonomia das Regiões Autónomas como uma das suas principais bandeiras, conferindo autonomia estatutária às duas regionais. Importa que, no âmbito da digitalização e revolução da estrutura, as Regiões Autónomas acompanhem a mudança. Atendendo que o processo de filiação passa primeiramente pelas estruturas regionais, e só depois pela estrutura nacional, **será prioridade da Secretaria Geral da JSD assegurar a inexistência de assimetrias entre ficheiros regionais e nacionais, por forma a assegurar uma verdadeira dimensão nacional da estrutura.**



### 3. JSD – PORTA-VOZ DOS JOVENS, CONSCIÊNCIA CRÍTICA DO PSD

**3.1. “UMA ESTRUTURA EM QUE SÓ NÃO CONHECEMOS O NOME DE TODOS, PORQUE SOMOS TANTOS E HÁ CADA VEZ MAIS A QUEREREM JUNTAR-SE A ESTE SONHO” — ALEXANDRE POÇO**

#### REATIVAR NÚCELOS RESIDENCIAIS, NESD, CONCELHIAS E DISTRITAIS.

Segundo o Inquérito Social Europeu, em 2016, 38% dos jovens partilhou online conteúdos sobre política, 27% assinou uma petição, 15% contactaram um político, 8 % usaram um símbolo de uma campanha e apenas 6% participaram numa manifestação. **Podemos concluir então que os jovens não estão afastados da política, mas apenas têm outra forma de participar. Para que possamos verdadeiramente ser voz dos jovens, temos de fortalecer a estrutura. A Secretaria Geral estará comprometida a ir onde os jovens estão, por forma a dar corpo a um plano de reativação de núcleos residenciais, núcleos de estudantes Social-Democratas (NESD), concelhias e distritais do País.**

#### 3.2. FAZER DA JSD A MELHOR ESTRUTURA POLÍTICA A COMUNICAR EM PORTUGAL

#### ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO IRREVERENTE VOCACIONADA AOS JOVENS FORA DA ESTRUTURA.

Para que a voz dos jovens possa ser motor de mudança, é necessário comunicar, denunciar, ser responsabilmente irreverente. Garantir uma **estratégia de comunicação externa irreverente** através dos *media*, mas também através do espaço público (*outdoors*), redes sociais, *whatsapp*, com conteúdo apelativo - como vídeos, infografias, live streams, textos de opinião - será uma prioridade da JSD. Vamos fazer da JSD a organização com melhor comunicação política do nosso país.

### 3.3. OS DEPUTADOS ELEITOS DA JSD: OS TEUS PORTA-VOZES

## CLARIFICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS DEPUTADOS ELEITOS DA JSD. APROXIMAÇÃO DO PODER POLÍTICO AOS JOVENS ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS: “EU PERGUNTO POR TI”; “PEDIDO DE REUNIÃO”; “EXPOR UMA IDEIA”.

Qualquer Deputado eleito por indicação da estrutura tem o dever acrescido de ocupar parte da sua atividade parlamentar, aos temas da juventude e às preocupações dos militantes da JSD. Assim, quer no *website* da JSD, quer na aplicação móvel, existirá uma **página dedicada a cada deputado**. Nesta área poderá encontrar-se o seu currículo, as comissões parlamentares que integra, as suas intervenções na Assembleia da República, os diplomas que submete. Todas estas medidas terão como fim último uma **clarificação e transparência da prestação de contas**. Igualmente importante será a **aproximação do poder político aos militantes e à sociedade civil**, através da existência dos formulários “**eu pergunto por ti**” - instrumento que poderá ser utilizado pelos militantes e cidadãos para pedir aos deputados que façam perguntas parlamentares sobre temas que consideram relevantes -, “**pedido de reunião**” em que um militante ou uma estrutura pode requerer uma reunião com o deputado e “**expor uma ideia**”, por exemplo, para apresentar uma proposta.





# FORMAÇÃO

#ESTAMOSJUNTOS

## CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE DIGITAL DA JSD.

**Um dos principais objetivos da JSD deve ser a formação dos seus militantes.** O contexto da juventude é especialmente favorável à formação – primeiro por questões de disponibilidade e em segundo lugar porque são estes os anos mais determinantes na constituição do caráter e na estruturação do pensamento. **Queremos, nestes dois anos, produzir uma revolução na postura formativa.**

Entendemos a política como um serviço à sociedade e ao País, acreditamos que devemos estar voltados para fora, para o outro, colocando a pessoa humana no centro da nossa ação. **A política é uma atividade demasiado séria e exigente para ser tomada a meias ou com amadorismo,** e é por quisermos servir mais e melhor os outros que sabemos que devemos apostar na formação.

Defendemos que a JSD deve criar e disponibilizar meios que possibilitem e propiciem o desenvolvimento político dos seus militantes. **Sem uma base bem firme como podemos elaborar propostas para apresentar aos portugueses? Sem uma identidade geradora definida, de que forma podemos construir um programa político para Portugal? Mais expressivamente – sem saber o que é a JSD, o que fazemos nós na JSD?**

Vemos a política como uma atividade de elevada potencialidade humana. **A formação na JSD deve estar aberta às várias áreas do saber, não deve ter medo de romper com os lugares-comuns e ir muito além da “política de café”.**

A insatisfação da sociedade portuguesa, em relação à mediocridade que alastra epidemicamente sobre a sociedade política, obriga-nos a reagir. Se de facto acreditamos numa nova classe política que irá levantar o país,

isto requer uma reflexão. O que trazemos nós de novo? As boas intenções? Essas sempre abundaram... A vontade de mudar? Que geração a não teve também? **Se não colocamos um forte acento na formação, não poderemos trazer nada de novo. Só com uma aposta forte na formação para levantar a qualidade da classe política.**

**É por isso que a Universidade de Verão é tão cara à Juventude Social Democrata. É uma marca nossa, e revolucionou a formação em todas as estruturas da JSD. É o mais mediático evento de formação política em Portugal, por onde passaram cerca de 1700 alunos. É um momento incontornável na política nacional. Apenas da interrupção neste ano de 2020, a UV tem de voltar em força em 2021, sendo igual a si mesma: rigorosa, pontual, espaço de livre pensamento, aberta a pessoas de outros quadrantes, sempre com oradores de superior capacidade pedagógica. Na UV fazemos formação, jamais evangelização. Mas, a geração 360º quer ir mais longe.**

Na era do digital, da velocidade e do instantâneo, muitas são seguramente as forças que se opõem a uma formação saudável e sustentável. Torna-se mais árdua uma formação que crie raízes profundas, que permita um pensamento estruturado e coerente, que permita uma visão que não seja meramente decorativa, mas compreensiva da exigente dinâmica da realidade. Por outro lado, não podemos desperdiçar as várias vantagens que a era do digital potencia. **Defendemos assim, a constituição duma Universidade digital, ao longo de todo o ano, com aulas em formato *podcast*, *webinars*, com exames, com avaliações, com concursos, com *papers* escritos pelos alunos, com debates.**

O digital permite combater as distâncias e as desigualdades, pelo que a cooperação com as distritais será fundamental para trazer a esta iniciativa um carácter nacional, que ajudará a colocar os militantes de todo o país no mesmo patamar. **Qualquer militante poderá ter acesso às plataformas formativas e terá assim oportunidade de fazer florescer o seu pensamento político.**

Esta Universidade é uma iniciativa que procura responder a esta determinante exigência dos nossos dias. **Não deverá ser a fonte única de formação política, como sabemos: “o saber não ocupa lugar”; não existe formação a mais.** Procuramos abrir a sede e os apetites, para que haja entre os jovens do nosso partido cada vez uma maior vontade de servir mais e melhor o nosso país. Procuramos contribuir para que a **futura classe política seja constituída por cidadãos responsáveis, honrados e patrióticos, que saibam colocar os seus interesses pessoais ao serviço do bem comum e dos interesses nacionais.** Procuramos hoje uma revolução na formação da JSD, para que possamos amanhã revolucionar o modo como se faz política em Portugal.





# #ESTAMOSJUNTOS POR PORTUGAL HOJE E SEMPRE!

Agradeço a todos os companheiros e companheiras, a todos os que se inquietam com o futuro da nossa geração e de Portugal, o contributo e participação nesta Moção de Estratégia Global que apresento ao XXVI Congresso Nacional da JSD, no âmbito da nossa candidatura aos órgãos nacionais da Juventude Social Democrata.

O futuro é construído com todos, com a reflexão e com a ação de cada um nós.

A todos os congressistas da JSD, deixo esta mensagem do senador americano, Robert F. Kennedy, e que representa o que sinto e penso sobre o nosso papel no futuro do nosso país:

***“SOME MEN SEE THINGS AS THEY ARE, AND ASK WHY. I DREAM OF THINGS THAT NEVER WERE, AND ASK WHY NOT.”***

É este sonho do que ainda não existe que me faz candidatar a Presidente da JSD. Estamos Juntos por Portugal.